

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Rogério dos Santos Bueno Marques

**A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONALISMO NA
AGRONOMIA: TRABALHO, CIÊNCIA E PODER**

GOIÂNIA
2009

ROGÉRIO DOS SANTOS BUENO MARQUES

**A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONALISMO NA
AGRONOMIA: TRABALHO, CIÊNCIA E PODER**

**Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito para obtenção do título
de mestre do Programa de Pós –
Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Goiás, área de
concentração “Sociedade e Região”,
sob orientação do Prof. Dr. Jordão
Horta Nunes.**

Orientador: Jordão Horta Nunes

**GOIÂNIA
2009**

ROGÉRIO DOS SANTOS BUENO MARQUES

**A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONALISMO NA
AGRONOMIA: TRABALHO, CIÊNCIA E PODER**

Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito para obtenção do título
de mestre do Programa de Pós –
Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Goiás, área de
concentração “Sociedade e Região”,
sob orientação do Prof. Dr. Jordão
Horta Nunes.

Prof. Dr. Jordão Horta Nunes

Prof. Dr. Revalino Antônio de Freitas

Prof. Dr. Edilson José Graciolli

*Aos meus avós, Dona
Maria e Seu Miguel, cuja
saudade bate à porta
sempre.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Alice e Digaully, por todo o amor e pela formação íntegra que me proporcionaram. Posso não ser aquilo que eles sonharam, mas tento ser o melhor que posso.

À minha madrinha, Valdivina, que mesmo à distância não deixa de dar todo o amor de uma segunda mãe.

À minha família como um todo, em especial à tia Sônia, grande incentivadora dos meus estudos.

À Camila, por todo o amor, graça, presença, carinho e apoio: “Termina essa dissertação logo!” (risos).

Ao meu orientador, Jordão, pela paciência com as decepções que por ventura lhe proporcionei, mas acima de tudo, pela demonstração de integridade, amor e dedicação ao trabalho.

Aos amigos de graduação e mestrado, que em maior ou menor grau compartilharam momentos de alegrias, angústias e tristezas, em especial a Juliana Dias, Wanessa Costa, Andréia, Pablo, Raimundo, Miryam, Najla, Alessandra e Leila. Ao restante da galera, guardo carinho por tod@s.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais, em especial, Rabelo, Pedro Célio, Dalva, Luiz Melo, Amparo, Revalino e Silvana.

À Universidade Federal de Goiás, instituição que contribuiu muito para o que hoje sei e sou.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de construção do profissionalismo na agronomia. Parte-se do pressuposto que diferentes segmentos da classe trabalhadora vivenciam o trabalho de maneira diversa. Assim, trabalhadores com maiores níveis de qualificação e pertencentes às classes médias percebem e agem de maneira distinta em relação ao trabalho do que trabalhadores de chão-de-fábrica, por exemplo, que se configuram em sujeitos amplamente estudados nas ciências sociais. Assim, parte-se de um estudo sobre a formação de entidades representativas destes profissionais, para posteriormente, através de relatos de profissionais com larga experiência, construirmos a argumentação sobre os elementos que constituem este conceito de profissionalismo – proteção do mercado de trabalho, relação com clientes, relação com o Estado, o conhecimento específico dentre outros fatores. Também se investiga, em nível mais elementar, a construção de hierarquizações dentro do grupo profissional, no caso a hierarquia de gênero, a fim de demonstrarmos as heterogeneidades e as diferentes valorizações simbólicas existentes entre os profissionais. A construção de uma ideologia do profissionalismo é analisada a fim de demonstrarmos as diversas possibilidades de manifestação do trabalho enquanto categoria humana.

Palavras-chave: Profissionalismo, trabalho, agronomia, associações profissionais, mercado de trabalho.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to comprehend the process of construction of the professionalism in Brazilian agronomy. We state that different strata of the working class face the labor world in different ways. Workers who are more educated and belong to middle classes, act and regard the labor process in a different way from *blue-collars*. We studied the process of formation of agronomists representative institutions to, in a second stage, discuss the concept of professionalism through six non-structured interviews with experienced professionals. Labor market, client relations, State, knowledge are some of the concepts we discuss to build our thesis. We also research, in a more elementary level, the hierarchies inside the professional group in order to show how distinctions are made and what kinds of symbolic values are related to professional success among agronomists. A study of the professionalism ideology is also done so that we can discuss about some possibilities of understanding the labor as a human capability.

Key-words: Professionalism, labor, agronomy, professional associations, labor market.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. O TRABALHO VISTO A PARTIR DAS OCUPAÇÕES.....	13
OCUPAÇÕES E PROFISSÕES: A DIFÍCIL CONCEITUAÇÃO.....	16
ENLACES NA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES: DESENVOLVIMENTOS TEÓRICOS RECENTES.....	22
A PROFISSÃO DE ENGENHEIRO NA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA.....	31
CAPÍTULO 2. ENGENHEIROS AGRÔNOMOS: HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE UM GRUPO PROFISSIONAL.....	37
TECNOLOGIA E ENSINO AGRÍCOLA.....	38
A AFILIAÇÃO PROFISSIONAL SE INSTITUCIONALIZA: A FAEAB.....	42
QUAL PROFISSÃO?.....	46
CAPÍTULO 3. VIVÊNCIAS, TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONALISMO: O GRUPO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO TEMPO....	55
RELAÇÃO COM CLIENTES: PROFISSIONALISMO EM CONSTRUÇÃO.....	57
UM MERCADO DE TRABALHO NASCENTE: EMPRESAS SE OFERECEM PARA PROFISSIONAIS.....	63
TECNOLOGIA E COMPETÊNCIAS: DO REGULAR DOS PARAFUSOS ÀS IMAGENS DE SATÉLITES	69
TESTANDO TEORIAS: ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL E PROTEÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO.....	73
MULHERES NUMA OCUPAÇÃO MASCULINIZADA.....	79
CONCLUSÃO.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar a profissão de engenheiro agrônomo e o processo de construção do profissionalismo na agronomia no Brasil sob o prisma da sociologia das profissões. Partimos do pressuposto que as ocupações e profissões se constituem como elementos a partir dos quais é possível analisar a problemática do trabalho nas sociedades contemporâneas. Assim, uma cisão entre uma sociologia do trabalho e uma sociologia das profissões se revelaria infundada, já que no âmago das discussões de cada uma destas áreas de pesquisa está o trabalho enquanto categoria a ser discutida e problematizada. Com isso, este trabalho busca elementos e produtos da longa tradição dos estudos sobre o trabalho e alia-os a uma vertente analítica pouco desenvolvida na sociologia brasileira e que, por conseguinte, tem a quase totalidade de suas referências bibliográficas em autores estrangeiros, notadamente de origem anglo-americana.

As motivações para a escolha deste tema se relacionam a alguns questionamentos comuns em estudos sobre o mundo rural e as relações entre os processos de produção e apropriação dos saberes científicos e técnicos sobre a natureza, as formações de profissionais das ciências agrárias e as relações destes conhecimentos com os outros saberes sobre a natureza, tais como os de comunidades rurais. Desta maneira os engenheiros agrônomos puderam ser identificados como possíveis agentes que exemplificariam toda a problemática que os saberes de matriz racional e científica tendem a impactar na realidade agrícola. A necessidade, a consolidação e a institucionalização de uma profissão como a de engenheiro agrônomo permitem, pois, que o debate sobre natureza, ciência e saberes se alargue e encontre no ponto de vista da sociologia das profissões e do trabalho um olhar complementar e que busque respostas a questões até hoje discutidas nos programas que objetivam o desenvolvimento rural de um país com fortes raízes agrárias como o Brasil.

Na construção do problema de pesquisa buscamos elaborar um conjunto de questionamentos que buscasse compreender os trajetos, discursos e caminhos empreendidos por um grupo profissional para se legitimar enquanto profissão necessária e requerida pela sociedade. A conquista de status, os diferentes projetos para a profissão e as hierarquizações que se vão constituindo no interior do grupo profissional são elementos também importantes para interpretarmos os rumos e as formas de

organização dessa categoria especial de trabalhadores, que, escolarizados e com um status maior, buscam se diferenciar de trabalhadores menos qualificados e menos valorizados socialmente. Para tanto, um estudo sobre a identidade destes profissionais que leve em conta uma breve discussão sobre estratificação social não pode ser deixado de lado; afinal de contas: o que são profissionais? A que estrato da sociedade ele se identificam? Quais estratégias são utilizadas por estes agentes a fim de buscar uma escalada em termos de status e de representação de seu grupo? Como estes agentes vem lidando com as mudanças nas esferas produtivas que acarretam reorganizações nos projetos de vida das classes trabalhadoras e das classes médias? Pode se falar em uma desqualificação ou de uma proletarização dessa camada de trabalhadores?

Na intersecção das discussões típicas da sociologia do trabalho e da sociologia rural, teríamos outros questionamentos a serem feitos, tais como os impactos do avanço tecnológico sobre o trabalho dos engenheiros agrônomos. Essas questões devem levar em conta a apropriação dos saberes científicos, a forma como o domínio destes saberes se constitui em um diferencial entre profissionais no mercado de trabalho e de que maneira estes profissionais lidam com as diferenças em relação aos diferentes níveis de saber que se apresentam entre eles e seus clientes.

Foi realizado um amplo trabalho de pesquisa bibliográfica envolvendo teses e dissertações, livros e periódicos nacionais e internacionais que pudessem colaborar na elaboração de um referencial que sustentasse toda a problemática exposta. É possível notar que, como já foi afirmado, boa parte do referencial se encontra em língua inglesa, devido à longa tradição de pesquisa por britânicos, norte-americanos e canadenses no que se refere ao tema das profissões, ao passo que em outros países, como, por exemplo, a França, os estudos sobre as profissões vêm, em sua maioria, na esteira de pesquisas sobre educação profissional e qualificação. Autores ligados a diversas correntes de pensamento social tais como o funcionalismo e o marxismo e vertentes interpretativistas como a fenomenologia e o interacionismo simbólico são trazidos à cena para que possamos delimitar com mais precisão um fenômeno que perpassa diversas fontes de interesse de pesquisa. Além disso, foram realizadas seis entrevistas com profissionais que se dedicam a posições destaque no associativismo profissional ligado à agronomia, tendo como base o fato de terem ocupado cargos de diretoria da Associação Goiana de Engenheiros Agrônomos e de terem participado de discussões envolvendo a profissão nos congressos de agronomia e no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Com isso, buscaremos englobar a diversidade do trabalho do engenheiro

agrônomo e a própria construção desta divisão do trabalho entre agrônomos e demais ocupações vizinhas, como a engenharia agrícola, a engenharia florestal, de pesca e as profissões técnicas de nível médio, especialmente a de técnico agrícola. A divisão do trabalho é outro fator a ser problematizado, afinal de contas, esta se constitui em uma rica fonte de debates na história dos estudos sobre o trabalho e teve entre autores como Everett Hughes, Andrew Abbott e Eliot Freidson, uma renovação em termos de fontes e olhares.

No primeiro capítulo, destacamos um percurso teórico da chamada sociologia das profissões, incluindo suas principais vertentes analíticas e os autores mais citados. Partimos do pressuposto de que se faz necessário um diálogo entre as tradições de pesquisa da chamada sociologia do trabalho e os estudos sobre as profissões. Assim, as intensas mudanças pelas quais passaram e ainda passam o mundo do trabalho devem ser trazidas à tona num esforço interpretativo que busque nas profissões um olhar complementar aos processos sociais amplamente investigados nos estudos sobre trabalho.

No segundo capítulo temos uma reconstrução histórica do processo de institucionalização da profissão de engenheiro agrônomo no Brasil, além de uma reconstrução das formas organizativas desta profissão. Assim, as desigualdades tais como a de gênero e a formação de interesses internos distintos dentro do grupo profissional são levados em consideração. Realizamos uma busca em anais de congresso, atas de reuniões, publicações de associações de engenheiros agrônomos, além de teses e dissertações que tratassem de algum aspecto da história do grupo profissional em questão.

Já no terceiro capítulo colhemos elementos que nos permitiram realizar uma interpretação dos processos de profissionalização, de construção de fronteiras ocupacionais, de uma divisão do trabalho, das desigualdades e relações de poder no interior do grupo profissional, além dos impactos que as grandes mudanças nas formas organizacionais do trabalho e da produção têm sobre este grupo. Para tanto, selecionamos seis casos de indivíduos com larga experiência na profissão agrônomo e que, por intenção da pesquisa, vieram também a ocupar cargos de diretoria de órgãos de defesa profissional. Com isso buscamos nas experiências de cada um, nas histórias de vida, a construção de significados do profissionalismo para estes sujeitos. Além disso, buscamos compreender as relações causais e de poder que existem entre diversas variáveis que são tipicamente analisadas nos estudos sobre o trabalho, como o mercado

de trabalho e as decisões individuais, as questões ligadas ao associativismo entre trabalhadores – questão esta que enseja um série de discussões sobre as semelhanças e diferenças entre as associações profissionais e os sindicatos, estes últimos bem mais analisados pelos cientistas sociais que se dedicam à temática do trabalho. Outras relações importantes que podem ser erigidas a partir desta discussão são os temas já mencionados sobre a construção das profissões e suas relações de conflito com demais ocupações similares no que tange ao controle jurisdicional de determinadas atividades e outras discussões que se dão neste nível, bem como as relações entre desenvolvimento tecnológico e o cotidiano de trabalho destes profissionais. Assim, questões ligadas ao desenvolvimento material da sociedade e suas relações com a profissão também são levadas em consideração para que se possa buscar uma compreensão mais abrangente dos processos que envolvem a construção de uma profissão. Nas entrevistas realizadas buscamos compreender através das histórias de vida de cada personagem a construção do sentimento de pertença a profissão, de uma identidade profissional e da construção da profissão nas interações sociais, nas escolhas de cada um e nos motivos que levaram a estas escolhas, nas opiniões e nas relações que estas experiências têm com os grandes debates que se sucederam nos congressos de agronomia analisados desde o ano de 1963. Trata-se, assim, de um estudo sobre a profissionalização da agronomia no Brasil, levando em consideração toda a problemática que um estudo sobre ocupações deve ter: aspectos políticos, ideológicos, o cotidiano de trabalho, a história da profissão, as relações da profissão com toda a problemática analisada nos estudos sobre o trabalho, e, mais do que isso, um estudo da maneira como estes profissionais encaram o trabalho.

CAPÍTULO 1

O TRABALHO VISTO A PARTIR DAS OCUPAÇÕES

A edição número 12, do ano de 2002, da Revista do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) trouxe como destaque a possibilidade de implantação do chamado “novo modelo de qualificação profissional”, que consistiria basicamente na criação de novos mecanismos de credenciamento de formandos em cursos superiores tradicionais, técnicos e tecnológicos cujo exercício está sob organização e supervisão do Confea. Este projeto se estende até os dias de hoje, e tem como premissa o fato de que

cada vez mais a especialização no trabalho contribui para um maior nivelamento da qualidade de serviços do mercado. Com isso, quem ganha é a sociedade, que passa a contar com profissionais mais qualificados e competentes. Essas são as razões pelas quais o Sistema Confea/Crea tem buscado a melhor forma para estruturar um novo modelo de habilitação profissional para as atividades que abrange. A exemplo de organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), esse exame é considerado o meio mais eficiente para medir a competência dos profissionais formados (Revista do Confea, 2002)¹.

De fato, a idéia de se implantar mecanismos de filtragem para o exercício de determinadas ocupações não é tão recente por parte do órgão de controle da engenharia, arquitetura e agronomia (dentre outras ocupações). Um fator que preocupa órgãos como o Confea e outros conselhos reguladores de profissões é a crescente oferta de vagas em cursos superiores e, por conseguinte, a crescente oferta do número de profissionais habilitados a atuarem no mercado de trabalho. Aliado a isso, a preocupação com a qualidade dos cursos superiores é igualmente, ou mesmo mais preocupante, do que a grande oferta de vagas em cursos superiores. Assim, além da preocupação com novas formas de regulação do exercício de determinadas atividades, nota-se uma crescente preocupação com relação às estruturas curriculares de vários cursos superiores² e a qualidade do ensino oferecido.

O desenvolvimento de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a explosão da

¹ Outras informações cf.: http://www.confea.org.br/revista/materias/edicao_12/materia_08/materia.asp

² Como indicador desta preocupação também com os cursos superiores, e não apenas com o credenciamento de profissionais, podemos citar o caso do recente acordo do Conselho Federal de Administração com o Ministério da Educação para a reforma curricular e a instauração de um grupo de trabalho com vistas a inspecionar de maneira mais incisiva a qualidade dos cursos de administração. O presidente do Conselho Federal de Administração, Rui Otávio Bernardes de Andrade afirmou que “essa parceria possibilita que o Conselho Federal de Administração, responsável pelo exercício profissional, e o MEC, que cuida da autorização e qualidade dos cursos, desenvolvam estudos para que a expansão do ensino superior tenha como prioridade a qualidade, atendendo inclusive as demandas regionais”. Sobre estas reformas curriculares de cursos superiores e parte do debate sobre suas causas e consequências, cf. <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/default.asp>

oferta de vagas no ensino de nível médio (com habilitações técnicas, inclusive) e de nível superior, as tentativas de controle e regulação do exercício profissional e de busca de qualidade da formação profissional trazem uma série de inquietações quanto à organização das ocupações e profissões³. A partir deste ponto de vista, questiona-se em que medida uma crescente oferta de vagas em cursos superiores produz mudanças nas condições de organização profissional e nas representações que se produzem em relação a determinadas profissões. Isto faz do estudo sociológico das ocupações e profissões uma maneira de enxergar outros elementos do mundo do trabalho pouco enfatizados na produção sociológica no Brasil. Além disso, a crescente oferta de vagas em cursos superiores abre espaço para maior diversidade e uma heterogeneização dos grupos profissionais – fenômeno este que tem amplas relações com padrões de mobilidade ocupacional e social e com as próprias hierarquizações que se dão no interior de grupos profissionais.

Outro fator relevante numa abordagem sociológica das profissões é o fato de que a constituição de ocupações e profissões, processo historicamente observável, também pode ser problematizada no sentido de percebermos fenômenos como a construção de identidades, a constituição de campos de atuação exclusivos para determinadas ocupações e mesmo os processos de conflito e negociação em relação a atividades profissionais que são construídos ao longo do tempo, que Rodrigues (2002) designa como “jogo de organização” e “jogo de discurso”. Assim, a identidade, a imagem que é construída sobre uma determinada profissão ou ocupação, ou o seu “ethos”, podem ser interpretados através de um recurso que busca na história o seu caminho de interpretação⁴. Uma contribuição que nos parece fundamental para os objetivos deste trabalho é a noção de princípio ocupacional de organização do trabalho, em oposição a um princípio administrativo – largamente utilizado na sociologia do trabalho. O conceito sociológico de profissão, afirma Eliot Freidson, “liga corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo” (1995, p.1). Nesse sentido, ao perceber as profissões como um espaço de disputas, discursos, relações de poder, negociações de papéis e formação de identidades, Freidson torna a temática das profissões passível de ser amplamente estudada com vistas a uma compreensão da produção simbólica das interações, das identidades e das subjetividades que se dão no mundo do trabalho⁵.

³ A distinção entre “ocupação” e “profissão” será examinada adiante.

⁴ É conhecido o interesse particular do funcionalismo sobre esta temática. Ainda na década de 1930, Talcott Parsons (1939) traz à tona artigos em que busca relacionar as profissões e seu nível de organização e desenvolvimento com a estrutura social. Segundo Rodrigues (2002), o primeiro estudo sociológico sistematizado sobre as profissões encontra-se em Carr-Saunders e Wilson (1934), que, num intuito semelhante ao de Parsons, tentam definir o que é um profissão – preocupação esta que tomará grande fôlego por parte de muitos pesquisadores – e buscar entender as conexões que se estabelecem entre a organização das profissões e a estrutura social.

⁵ Vale ressaltar que em termos de uma perspectiva interacionista simbólica, os estudos de Everett Hughes, em especial sua obra *Men and their work*, publicado em 1958, já lançavam as bases para uma aproximação do

No caso dos engenheiros agrônomos, algumas das questões clássicas sobre a temática das profissões também vêm à tona. Em reportagem realizada pela revista Globo Rural⁶ acerca do centenário da mais tradicional instituição de ensino superior agrícola do Brasil, a ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, situada em Piracicaba-SP), diversos personagens ligados à história da agronomia no país opinaram sobre os rumos que a ciência agrônoma e a profissão de engenheiro agrônomo deveriam seguir, bem como relataram experiências de vida relacionadas à sua profissão. Assim, depoimentos sobre o crescente parcelamento das atividades do engenheiro agrônomo, a falta de contato com a realidade agrária decorrente da mudança do perfil dos novos estudantes de agronomia e os avanços tecnológicos tomaram grande parte dos discursos dos entrevistados. Selecionamos alguns exemplos que foram expostos na matéria:

Os alunos de agora são menos imaturos e mais bem informados. E o ensino é menos demonstrativo, com mais aulas teóricas. Mas atualmente tenho dúvidas se devemos ensinar cada cultura isoladamente, o milho, a soja... pois entender o sistema de produção como um todo passou a ser mais importante (Professor Júlio Marcos Filho, formado em 1969, atual diretor da ESALQ)

O perfil do aluno mudou. Antes ele vinha do interior, era filho de fazendeiro, gente que morava na roça e tinha vontade de aprender. Essa base mudou. Hoje passam no vestibular aqui alunos da capital, que não sabem nada de agricultura, não têm sensibilidade para a área. Por isso tem muita escola de agronomia do interior, lá do Centro-Oeste, por exemplo, formando ótimos agrônomos para trabalhar com agricultura. São turmas menores, de gente que vive lá, no meio das plantações. (Professor José Branco Miranda Filho, pesquisador de milho híbrido, da ESALQ, formado no ano de 1968)

A pesquisa agrônoma no Brasil é uma referência mundial em agricultura tropical. E hoje o conhecimento científico também virou mercadoria, é mensurável, vale dinheiro. Mas, como pesquisador, tento ficar próximo da ciência aplicada, aquela que ajuda a resolver os problemas do produtor. (João Flávio Veloso Silva, 36 anos, pesquisador da Embrapa Soja, em Londrina, PR)

Hoje há um dilúvio de informações, muito diferente da década de 30, quando as distâncias eram longas e a gente achava que café só dava em terras de montanha. E os cerrados? Ninguém pensava no seu aproveitamento. É fato que alcançamos grande avanço científico e tecnológico. A escola de Viçosa, sob influência norte-americana, investiu muito na prática, nas experimentações e demonstrações, com ensino mais aplicado que teórico. O aluno aprendia fazendo. Mas isso só era possível porque as turmas eram pequenas; hoje, há turmas de 150 alunos. Naquela época, se podia ser abrangente como agrônomo, receber formação ampla e não tão especializada como é atualmente. Sou cioso de que a sabedoria precisa ser alcançada e não é

interacionismo simbólico em relação ao mundo do trabalho. Também antes dos trabalhos de Freidson, Howard Becker e outros pesquisadores da Universidade de Chicago, como Anselm Strauss e James Carper, também se destacaram no que se refere aos estudos sobre o trabalho, ainda que a preocupação destes últimos em relação a esta temática tenha sido mais esporádica. O que se quer ressaltar aqui é o caráter inovador que Freidson lança ao colocar a profissão como uma possibilidade de quadro de referência de análise sobre o trabalho.

⁶ Para outras informações, cf.: http://globorural.globo.com/barra.asp?d=/edic/188/rep_agronomoa.htm

com especialização que se vai entender esse mundo (Edson Potsch Magalhães, um dos 13 diplomados em agronomia no ano de 1938, na sétima turma de formandos em Viçosa. Ex-reitor da universidade mineira por duas vezes na década de 1960)

De acordo com o *Censo da Educação Superior*⁷ do Ministério da Educação, no ano de 2006 estavam matriculados 37876 estudantes em 163 cursos de graduação em agronomia em todo o país, sendo que, somente neste ano de referência, ingressaram 10100 alunos através de vestibulares para o curso de agronomia. A constante ampliação da oferta de vagas no ensino superior tem, pois, aumentado a heterogeneidade de diversas ocupações, o que pode ser relacionado, de acordo com o que será adiante exposto, com processos de hierarquização e de fracionamento do grupo profissional. Além disso, o aumento do número de profissionais no mercado pode ser analisada a partir do ponto de vista das desigualdades de posições e de hierarquizações no grupo profissional. A mudança dos perfis profissionais, o crescente aumento do número de vagas em cursos superiores e as preocupações de organismos reguladores das profissões constituem, assim, um ponto de partida para analisar sociologicamente o significado do termo profissão e as causas de se pensar o trabalho a partir desta categoria. Desta maneira, podemos problematizar a questão de uma organização do trabalho também a partir das ocupações e profissões, tendo como quadro de referência a construção do profissionalismo entre os engenheiros agrônomos.

OCUPAÇÕES E PROFISSÕES: A DIFÍCIL CONCEITUAÇÃO

A preocupação com a temática das ocupações e profissões tem sido desenvolvida em torno de uma questão simples, mas que se tornou fonte de grandes debates durante boa parte do século XX: o que constitui uma profissão? A partir desta questão inicial, passou-se a questionar o que poderia definir e distinguir uma profissão de uma ocupação, e quais os mecanismos que possibilitariam tais distinções. Além disso, outras questões se tornaram protagonistas no que se convencionou classificar como uma sociologia das profissões, como os processos de profissionalização ou desprofissionalização pelos quais passam determinados grupos e quais seriam os condicionantes de tais processos. Segmentação por classe, surgimento de novos estratos sociais e novas hierarquizações ligadas ou não ao mundo do trabalho, proletarização, complexificação sistêmica da ordem social, crenças e processos (des)legitimadores de ações, (des)construção de significados do mundo do trabalho: estes são apenas alguns termos a partir dos quais se constrói um debate que perpassa as grandes matrizes de pensamento sociológico.

⁷ Mais informações podem ser obtidas no sítio <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>

Algumas revisões bibliográficas sobre os debates iniciais na temática das profissões⁸ ressaltam uma preponderância do pensamento de matriz funcionalista que emerge, sobretudo, contra as matrizes utilitaristas de teorização da vida social. Foi assim que, ainda em fins da década de 1930, Talcott Parsons publica um artigo no qual lança a possibilidade de interpretação da realidade a partir de um quadro de referência que toma as profissões como fator importante para a organização da estrutura social. Parsons via nas profissões uma fonte de organização da estrutura do que hoje chamaríamos de mundo do trabalho, e que teria relações diretas com o desejo de aprendizado científico e sua aplicação prática na medicina, tecnologia, direito e no ensino, ao contrário das visões racionalizadoras que enxergavam os indivíduos como perseguidores de um auto-interesse que seria a chave para a compreensão das condutas humanas. O objetivo central do autor de *The Structure of Social Action* era buscar elementos para compreender a organização social fora dos limites das perspectivas economicistas; assim, um exemplo típico de aplicação de um modelo teórico que via na relação assimétrica dos níveis de conhecimentos entre indivíduos a fonte de legitimação das profissões, se constituía numa chave para a configuração de sua teoria alguns anos mais tarde. Diante desta assimetria entre os níveis de conhecimento seriam gerados mecanismos de controle a fim de evitar uma relação de exploração entre os profissionais e os clientes, mecanismos estes que confluíam na formação de instituições fiscalizadoras das profissões bem como na produção de uma ideologia do profissionalismo, que prescreveria as profissões a partir de sua função altruística, algo que confrontaria a visão dos homens de negócios, movidos por interesses particulares.

O modelo funcionalista de análise das profissões segue, em linhas gerais, o ideal das profissões como uma forma altruísta de ação que, segundo Merton (1982), seria institucionalizada por meio de um sistema de recompensas, “cuja particularidade consiste em fazer coincidir o fazer com o ter – o prestígio, a estima, os rendimentos e a autoridade, distribuídos de acordo com o cumprimento das expectativas normativas associadas ao papel” (MERTON, 1982, apud RODRIGUES, 2002, p.14). Os processos de formação e desenvolvimento das profissões, ou seja, a passagem de uma ocupação para uma profissão, resultariam numa série de atributos que, segundo Carr-Saunders e Wilson (1934), residem na especialização da atividade, na criação de associações profissionais e na constituição de um sistema de formação específica baseado num conjunto intenso de teorias.

A distinção entre ocupação e profissão nos primeiros trabalhos orientados por uma visão funcionalista residiria na questão dos saberes, de um estatuto funcional, de um reconhecimento da competência e da formação de instituições que regulassem as práticas profissionais. Este conjunto

⁸ Por exemplo, Rodrigues (2002), Sciulli (2005), Klegon (1978), Evetts (2003) e Brint (1993)

de características que distinguem profissões e ocupações no modelo funcionalista é analisado por Brint (1993) como um dos traços característicos do desenvolvimento inicial da sociologia das profissões, que também se caracterizaria por dois outros tipos de abordagens também bastante difundidos: uma visão processual que tem adeptos na tradição funcionalista e uma visão fenomenológica que prioriza uma abordagem contemporânea dos usos do termo profissão pelas diversas partes envolvidas na construção dos significados no mundo do trabalho. Desta maneira, os estudos do Goode (1957) e Wilensky (1964) introduziriam uma espécie de critério que mensura o grau de profissionalização de uma determinada ocupação. Os vários traços característicos das profissões, de acordo com os textos de Parsons (1939) e de Carr-Saunders e Wilson (1934), seriam convertidos em variáveis que objetivariam a construção de um *continuum* analítico para o estudo dos processos de profissionalização. Estas características seriam relativizadas para uma construção metodológica que negaria todo e qualquer traço universalista de abordagem das profissões e argumentaria que uma abordagem histórica seria apropriada para o estudo de ocupações típicas de *white-collars*⁹ que aspirariam ao estatuto de profissão, e, logo, enfatizaria uma análise dos processos de profissionalização como o principal motor de uma análise sociológica sobre as profissões, e não o conceito de profissão. Wilensky (1964) caracteriza a profissionalização como o processo de formação de autoridade e de jurisdição exclusiva sobre determinada atividade e sobre a formação. Envolve o processo de dedicação à atividade de tempo parcial para integral, controle sobre a formação e criação de associações profissionais, além de um código de ética e de proteções no nível das legislações. Uma questão a que Wilensky se refere é a tentativa de análise generalizada dos processos de profissionalização que muitos cientistas sociais estariam a realizar, e que, de acordo com sua pesquisa, nega a proposição de que a profissionalização é um caminho inevitável ou mesmo natural, como sustentariam autores de matriz funcionalista e mesmo interacionista como Everett Hughes (1958). O alcance a uma posição de autoridade e suas relações com os clientes e a estrutura burocrática seriam fatores importantes na formulação de variáveis que distinguiriam os processos de profissionalização dos grupos estudados.

Numa vertente de análise de influência fenomenológica e etnometodológica, os estudos de Dingwall (1976) também se destacam na contestação de qualquer forma genérica de conceituação de profissão. Assim, a distinção entre ocupações e profissões seria tomada como uma construção simbólica por parte dos agentes envolvidos em tais processos e, dessa maneira, não se constituiria num fato unívoco e dependeria de sua aplicação nos mais variados contextos e situações sociais. A abordagem das profissões seria tomada como uma *folk category*, produzida no nível das interações sociais. Este tipo de análise, por mais que invocasse um estudo diferenciado do fenômeno das

⁹ Este termo se refere a trabalhadores de escritórios, vinculados a funções administrativas e geralmente ligadas a estruturas burocráticas. Cf. Wright-Mills, C. *A nova classe média*. Rio: Zahar, 1976.

profissões, tem suas raízes numa abordagem que concorria à época com os textos de matriz funcionalista e que tem no trabalho de Everett Hughes (1958) uma de suas contribuições fundamentais. A coletânea *Men and their work*, ainda que se intitulasse uma obra que não se restringe ao estudo específico das profissões, mas a um *approach* do mundo do trabalho a partir de uma matriz interacionista simbólica, contribuiu de maneira fundamental para um estudo que incorpora as contribuições de autores funcionalistas e de historiadores na temática das profissões. Hughes parte do ponto de vista que é fundamental nos estudos prosseguidos por Howard Becker, James Carper, Anselm Strauss e Eliot Freidson, que é a divisão do trabalho. Tratada de forma um tanto marginal nos estudos sociológicos, a divisão do trabalho é considerada a chave principal para o entendimento das relações entre atores, das negociações e da construção de realidades nos ambientes de trabalho. Tal como foi afirmado, Hughes incorpora alguns elementos das vertentes de estudo das profissões até então predominantes e acrescenta uma nova percepção e tratamento da realidade que pauta os conflitos, as hierarquizações e negociações entre atores como elementos fundamentais para se entender o mundo do trabalho. Estas hierarquizações se dão numa relação entre o profissional e sua clientela que constitui algo comparável à relação entre sagrado e profano, clero e laico, iniciado e não iniciado, e que o fenômeno do profissionalismo se pauta em duas noções, a de diploma (*licence*), tida como a autorização legal para exercer algumas atividades que outros não podem, e a de mandato (*mandate*), que é a obrigação legal de assegurar uma função específica. Com isso, *licence* e mandato constituem os fundamentos de uma divisão moral do trabalho que define como o processo em que diferentes funções valorizadas por uma coletividade são distribuídas entre seus membros, por grupos, categorias e indivíduos, em simultâneo. A hierarquização do ponto de vista moral é trabalhada a partir da questão de portar um saber de caráter científico, ou seja, o porte de um diploma, fruto de um estudo mais sistemático e de maior valorização simbólica pode ser interpretado como um fator de distinção no ambiente de trabalho. Nesse sentido, esta divisão do trabalho produz conflitos e hierarquizações das funções, dividindo-as entre as funções essenciais (sagradas) e as funções secundárias (profanas). Com isso, deve-se separar os profissionais dos ‘outros’ (*licence*) e confiar-lhes uma missão (*mandate*). A hierarquização das funções é algo incorporado por Hughes e, posteriormente por Freidson (por exemplo, 1998). Desta maneira, a divisão do trabalho é tratada no interacionismo simbólico como um processo de constante interação e negociação:

na base, então, do mundo do trabalho cotidiano do qual abstraímos concepções sobre a divisão do trabalho, parece correto ver na divisão do trabalho um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas...[no entanto] deve-se considerar que a interação que ocorre na divisão do

trabalho opera dentro de certos limites amplos e permissivos como aqueles tratados por ecologistas, teóricos organizacionais e outros (1998, p. 95).

A divisão do trabalho para o interacionismo simbólico é, pois, desde Hughes até os trabalhos mais recentes como o de Freidson, uma categoria fundamental de análise das ocupações e profissões. No interacionismo simbólico as profissões são entendidas como ocupações que adquirem títulos honoríficos e se situam em termos de um estatuto superior. Como bem sintetiza Rodrigues, a visão interacionista

enfoca o processo de transformação das ocupações, nas interações e nos conflitos, bem como nos meios e recursos mobilizados nesse processo, chamando assim a atenção para o papel jogado pelas reivindicações e os discursos sobre o saber, na transformação de uma ocupação em profissão (2002, p.17).

Freidson interpela a tradição funcionalista sobre a questão da divisão do trabalho ao afirmar que “não é a diferenciação lógica ou funcional de tarefa que constitui a realidade histórica da especialização, mas a diferenciação social do trabalho produtivo que é *interpretada* como diferenciação de tarefa” (idem, 88). Esta idéia de uma interpretação da divisão do trabalho como algo que realmente é central, remete ao estudo precursor em termos de estudos sobre o trabalho por parte de teóricos do interacionismo simbólico.

A diferença em termos de técnicas de pesquisa, de seleção dos sujeitos das pesquisas, e de uma concepção de “mundo social”¹⁰ tornam os trabalhos de Hughes, Freidson e dos pesquisadores filiados a esta perspectiva referência em termos de uma abordagem que não nega as contribuições de outras vertentes analíticas, mas que enfatizam o conflito e a negociações, ou, em termos gerais, as interações, os focos de análise aos quais se deve deter. As profissões são aqui tratadas não como blocos homogêneos ou, como afirma Goode (1957), *community within a community*, mas são palco de inúmeras disputas que colocam os destinos do grupo profissional longe de qualquer concepção teleológica e de caracterização universalmente válida.

A exposição feita até aqui buscou caracterizar uma espécie de abordagem geral das vertentes iniciais que se debruçaram sobre a temática das profissões e que têm, em algum ponto, conexões com abordagens que se encontram presentes até os dias de hoje. Excluímos até o presente momento qualquer abordagem que tenha sido produzida a partir de amplas sínteses teóricas, apesar de que, como se pode perceber, as produções sociológicas de matrizes distintas como funcionalismo ou interacionismo simbólico guardam, notoriamente, elementos comuns. Alguns elementos que não

¹⁰ Utilizo este termo no sentido empregado por Lahire (2002), o qual a emprega a idéia de visão de mundo como uma variável fundamental para a compreensão de estratégias e recortes metodológicos utilizados por autores no âmbito das ciências sociais, culminando no termo “mundo social”.

podem ser esquecidos quando tratamos de estabelecer uma diferenciação temporal linear numa revisão de literatura são aqueles vinculados ao panorama da produção nas ciências sociais, que se modificou sobremaneira ao longo do século XX. Como exemplo de tal mudança nos rumos das teorizações e das preocupações nas ciências sociais nos últimos tempos, alguns autores como Melucci (2005) e Flick (2004) destacam a importância que a crescente individualização e pluralização dos estilos de vida contribuem para a construção de novos recursos metodológicos que dêem conta destas novas realidades. Melucci, por exemplo, destaca o crescente interesse pelo estudo da vida cotidiana – que principalmente através da perspectiva dramaturgica de Erving Goffman (2003) ganhara relevância especial na pesquisa sociológica – “como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação” (2005, p.29). Os processos de diferenciação e a cada vez maior intervenção humana no meio ambiente e na cultura também são caracterizados por Melucci como fatores que contribuem no interesse maior em relação à pesquisa qualitativa.

Além dos processos sociais acima citados, Melucci destaca o que ele chama de fontes intelectuais e fontes institucionais que promovem este interesse pela pesquisa qualitativa. A virada lingüística (*linguistic turn*), a nova sociologia da ciência, os modelos construtivistas do conhecimento advindos das ciências cognitivas, a hermenêutica, a etnometodologia, o interacionismo simbólico, os estudos culturais, as pesquisas feministas, a sociologia das organizações e o pós-modernismo são as fontes intelectuais enumeradas pelo autor. Do lado das fontes institucionais destaca-se fundamentalmente a cultura empresarial, a crescente importância do terceiro setor, a publicidade as políticas públicas que demandam este conhecimento proporcionado pelo avanço em termos de criatividade e de reconstruções na metodologia qualitativa. A busca pela compreensão da realidade através da construção de “conceitos sensibilizantes”, ou de “tipos ideais”, recorrendo ao termo cunhado por Weber para exprimir um pensamento semelhante, vai contra a formulação de leis gerais e de estratégias dedutivistas. A pesquisa social como um todo, e não somente os métodos qualitativos passam, nesse sentido, por uma grande mudança. Melucci fala de uma “virada epistemológica”. Esta “virada epistemológica” corresponde a uma redefinição que coloca, por exemplo, a linguagem como algo central na sociologia. A linguagem se apresenta como um campo fértil de análise visto que “é sempre culturalizada, de gênero, étnica, sempre ligada a lugares específicos” (idem, 33). A pesquisa social, e, por conseguinte, os estudos sociológicos que têm nas ocupações e profissões seu objeto de análise, não poderiam ficar imunes à crescente diversidade de olhares e novas inquietações em termos de problematizações na produção sociológica, o que não significa que as preocupações dos pesquisadores de ontem e de hoje sejam absolutamente díspares. Ao contrário, ao lermos trabalhos da década de 1930 como os Carr-Saunders e Wilson ou das décadas de 1980 e 90 como os de Abbott ou de Freidson, perguntas

fundamentais do tipo “o que é uma profissão?”, ou “quais as condições que permitem a transformação de ocupações em profissões?” e mesmo “quais os recursos utilizados para que se estabeleça uma profissão?” encontram-se presentes de alguma maneira.

ENLACES NA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES: DESENVOLVIMENTOS TEÓRICOS RECENTES

As diversas contribuições de autores filiados ao funcionalismo ou ao interacionismo simbólico, bem como dos historiadores que se dedicaram a interpretar as profissões e seus processos de constituição, trazem muito pesadamente a marca da produção acadêmica norte-americana, algo que pode ser verificado nas grandes obras que se tornaram referência no assunto, assim como nos periódicos onde foram e ainda são amplamente veiculadas pesquisas sobre a temática em questão. Especialmente a matriz anglo-americana tornou-se dominante nesta área; todavia as contribuições de orientações diversas, que se baseiam na análise de classes, ou em termos mais genéricos, de estratificações sociais, também se fazem presentes através de pesquisadores de orientações marxistas, estruturalistas e weberianas, oriundos de diversos países. Este fato é destacado por Sciulli (2005) que, ao tratar das contribuições de sociólogos da Europa continental na temática das profissões, afirma que

teóricos sociais do continente estavam notavelmente ausentes do esforço inicial da sociologia das ocupações e profissões [...] nenhuma língua continental mesmo depois da segunda guerra mundial desenvolveu um termo sinônimo ou originalmente equivalente ao termo inglês ‘*profession*’. Pelo contrário, os termos próximos no alemão, francês e italiano se referem a categorias sociais mais generalizantes: classe média (*bürgertum*; *bourgeoisie*; *borghesia*), classe média econômica (*wirtschaftsbürgertum*) e classe média educada ou culta (*bildungsbürgertum*; *bourgeoisie a talents*; *borghesia umanistica*) (2005, p. 915).

A partir desta constatação primária de ordem lingüística, Sciulli destaca as possibilidades de análise das ocupações e profissões a partir de uma base que toma as divisões em termos de classe e suas relações com as profissões. Logo, os conceitos de ocupação e profissão não poderiam ser discutidos sem uma direta menção ao de ocupações ligadas às classes médias. Diversos estudos foram, então, realizados partindo-se da perspectiva tanto por pesquisadores do continente quanto por pesquisadores da tradição anglo-americana. Um exemplo típico desta empreitada é o trabalho de Larson (1977) que se propõe a analisar as profissões segundo o ponto de vista de que as mesmas se constituem como grupos de interesses que se relacionam diretamente à estrutura de classes. O processo de profissionalização constitui-se, pois, como fruto de uma ação coletiva que busca não

apenas posições financeiramente melhores para o grupo, mas a busca por status e por prestígio. Para Larson, e posteriormente para Freidson, como veremos, os grupos profissionais buscariam constantemente uma delimitação no mercado de trabalho. O monopólio do conhecimento e a proteção do mercado são tidos como traços constitutivos fundamentais nos projetos dos grupos profissionais.

Com Larson tem-se uma primeira expressão do poder dos grupos profissionais e sua relação com a esfera política, tentando aglutinar o legado marxista e weberiano (a autora se caracteriza como uma “neoweberiana”). A profissionalização como um fechamento do mercado e da formação, traz como consequência a exclusão e a oposição de outros grupos e tem de se apoiar na garantia do Estado para que o monopólio do exercício das atividades seja consolidado. A negociação na esfera política a fim de conferir maior poder e exclusividade no mercado de trabalho para determinadas ocupações tem, para Larson, grande importância e destaca um dos temas de maior influência nas pesquisas sobre as profissões após a década de 1970: a questão do poder. Num trabalho que segue as linhas mestras lançadas por Larson, Paradeise (1988) trabalha a idéia das profissões como mercados fechados e define o processo de profissionalização como marcado por três atores sociais: os empregadores, os trabalhadores e o Estado. Outro autor que se destaca ao analisar o poder das profissões é Freidson (1998) que, ao analisar os caminhos percorridos pelos pesquisadores que se detiveram sobre as profissões, destaca os anos 1960 como um divisor de águas, pois antes se dava mais atenção às normas profissionais, aos papéis e às interações nos locais de trabalho, enquanto depois se passou a investigar outras características, como a influência política das profissões, as elites econômicas e políticas e sua relação com o Estado, bem como as relações entre profissões, mercado e sistema de classes. A própria caracterização do conceito de profissão gerou amplas divergências, visto que inicialmente a consideração funcionalista das profissões como uma forma altruísta de realização do trabalho e dos grupos profissionais como homogêneos recebeu várias críticas. Freidson chama atenção para o fato de que há um claro problema de definição do que seja uma profissão, problema esse que se relaciona à própria tradição anglo-americana. Afirma o autor de *Renascimento do Profissionalismo* que este problema “surge com a tentativa de tratar a profissão como se fosse muito mais um conceito genérico que um conceito histórico mutável, com um enraizamento específico numa nação industrial fortemente influenciada por instituições anglo-americanas” (1998, p. 50).

Como já se afirmou, as preocupações e os rumos tomados por diversos estudiosos da temática ligados às mais diversas orientações teóricas não podem ser tomados como algo estanque. Na verdade, muito do que se encontra nos trabalhos anteriores ainda é remanescente em novas formulações analíticas. Como exemplo disso, a abordagem de Freidson, que se filia ao interacionismo simbólico, trabalha questões típicas das análises funcionalistas sobre o

conhecimento como uma variável central nas profissões.

O recurso ao saber científico, ou em termos mais gerais, o saber sistematizado enquanto fonte legitimadora de uma ocupação tem ampla ressonância na sociologia das profissões, constituindo aquilo que Freidson chama de “credenciais”, fator que é também trabalhado também por outros autores. Para Freidson, a relação entre autonomia, credenciais e monopólio do conhecimento forma o tripé no qual se ergue o conceito de profissão. A autonomia, ou autoridade do *expert*, efetiva-se por meio de processos sociais que culminam numa autonomia de realização do trabalho, algo cuja matriz de interpretação data das primeiras pesquisas sobre as profissões. Parsons, num texto clássico, afirma que o papel dos profissionais se dá na relação com os clientes, e que, a partir de uma reciprocidade assimétrica é que se permite a sua institucionalização. Tal como afirma Parsons e, de certa maneira, algo que é consensual nos estudos sobre as profissões,

a autoridade profissional, como outros elementos do padrão profissional, é caracterizada por uma “especificidade de função”. A competência técnica que é uma das principais características definidoras das regras e do status profissional é sempre limitada a um “campo” particular de conhecimento e habilidades. Esta especificidade é essencial ao padrão profissional, não importando quão difícil pode ser, em um determinado caso, desenhar as exatas fronteiras de determinado campo [...] Um profissional possui uma “autoridade” somente em seu próprio campo (PARSONS, 1939, p. 460).

A autoridade, tal como apresentada por Parsons e também trabalhada por Freidson, cria um campo de atuação exclusivo para o profissional, que tem como suporte também um sistema de credenciais. Neste ponto, também se estabelece uma aproximação entre as pesquisas, tanto de matriz funcionalista quanto de matriz interacionista simbólica. Assim, diversos autores tais como Parsons (1939), Goode (1957), Carr-Saunders e Wilson (1934), Hughes (1958), Johnson (1972), Larson (1977) e o próprio Freidson (1998), partilham do conceito de autoridade, de uma *expertise* ou autonomia profissional que se dá por meio de relações com os clientes, de monopólio de um conhecimento, de capacidade de controle de uma determinada tarefa ou de um conjunto de tarefas.

Ao lado da autoridade, as credenciais e o monopólio do conhecimento constituem, para Freidson, os conceitos que propiciam analisar o poder das profissões e as formas com as quais as ocupações se estabilizam e se profissionalizam. As credenciais podem resumidamente ser tomadas como controles institucionais sobre os domínios de interpretação e realização de tarefas. Desse modo, os diplomas, certificações e toda a formação teórica e científica são arroladas no conceito de credenciais (*gate keeping*). É, assim, um controle sobre a atividade realizada que produz um monopólio que se constitui em grande fonte de poder por parte dos profissionais.

As exposições teóricas até aqui enumeradas tratam dos processos de profissionalização e conferem uma espécie de visão positiva de tais processos. Entretanto, a bibliografia sobre as

profissões traz importantes contribuições sobre processo que pode ser considerado como contrário aos até aqui mencionados, quais sejam, as questões da desprofissionalização e da proletarização.

Uma primeira análise que poderíamos aqui trazer remete à queda do prestígio dos profissionais frente ao público, aos clientes. O esquema analítico proposto por Merton (1982) e que já foi brevemente exposto, trata do ideal das profissões como uma forma altruísta de ação que seria institucionalizada por meio de um sistema de recompensas. Todavia, ao passo que se estabelece tal ordenamento nas profissões institucionalizadas, a conduta altruísta que se espera dos profissionais e que se encontra institucionalizada em regimentos e códigos de ética, por exemplo, não corresponde à conduta de fato destes agentes. Desta maneira, a discrepância entre um tipo ideal altruísta e as condições em que estes agentes se encontram – imersos em grandes estruturas burocráticas, fragmentação das atividades – promove uma espécie de descrédito frente ao público. Haveria, nas palavras de Rodrigues (2002), uma quebra do altruísmo e, por conseguinte, um declínio na confiança pública a respeito das profissões. Este esquema proposto por Merton encontra alguma ressonância em estudos posteriores, contudo as concepções de desprofissionalização e proletarização tendem a tratar este fenômeno do descrédito dos profissionais em níveis mais amplos de análise. Incorporam, inclusive, análise das tendências de organização dos trabalhadores, do aumento do nível de escolaridade da população, da divisão do trabalho e da própria questão do conhecimento científico na atualidade, bem como as condições nas quais se desenvolve o trabalho, tal como Merton havia ressaltado.

A relação entre o profissional e a sua clientela se tornou um ponto bastante analisado. Assim, Haug (1977), na esteira de Merton, enumera algumas mudanças nos padrões de interação entre os clientes e os profissionais que tiveram como consequência um descrédito do poder dos profissionais. Os elementos considerados causas dessa tendência ao descrédito têm suporte na difusão do conhecimento na sociedade e na elevação dos níveis de escolaridade da população como um todo. Haug também se refere à especialização do trabalho e à divisão que lhe é acompanhada. Este processo causaria uma espécie de quebra de um monopólio do conhecimento sobre determinadas tarefas. A autora também traz à tona uma visão destoante da maioria dos autores que enxergam a realidade das ocupações como uma inevitável teleologia rumo ao estatuto de profissões. Haug sustenta que, pelo contrário, a partir de dados por ela recolhidos e analisados pode-se inferir uma propensão à desprofissionalização, entendendo por este termo a referida tendência à perda da legitimidade sobre determinada função ou tarefa. Interessante notar que, nessa perspectiva, a vulgarização do conhecimento científico se dá de maneira contrária à vislumbrada por autores como Giddens ou Bourdieu, no contexto de uma problemática similar. Para Anthony Giddens (1991), a modernidade traria como uma de suas marcas para as relações sociais uma espécie de confiança, a qual ele chama de sistemas peritos, que representariam justamente o poder dos profissionais em

realizar tarefas e a outorga deste poder e de uma expectativa de bem fazê-lo por parte dos indivíduos, ou dos clientes, como se consagrou chamar na literatura específica sobre as profissões. Já Pierre Bourdieu (2000) tem, neste caso, um posicionamento similar ao de Giddens, mas que diferencia nos rumos que chega à suas conclusões. Bourdieu se utiliza do conceito de campo, visto que entende que uma sociedade é constituída por um conjunto de microcosmos sociais caracterizados por uma autonomia relativa, com lógicas e necessidades próprias e com interesses e disputas relacionadas ao funcionamento de outros campos. Desta maneira, à popularização do conhecimento científico não corresponderia uma perda do poder dos profissionais. Na perspectiva de Bourdieu não se pode relacionar este processo de aumento dos níveis de escolaridade da população a uma perda do monopólio dos profissionais, já que os profissionais – ao serem impelidos pela concorrência em termos de seu poder explicativo e de dominância na estrutura simbólica cientificizada – tendem a aumentar a cientificidade no intuito de conservar seu monopólio e de não serem desacreditada toda a legitimidade de suas funções. Com efeito, os profissionais tendem, nesta perspectiva, a aumentarem o grau de cientificidade e de tecnicidade de seus trabalhos, com vistas a separarem suas funções em relação aos profanos.

Voltando à tese de Haug sobre a desprofissionalização, é necessário, pois, ressaltar que a autora vê na perspectiva relacional entre profissionais e clientes uma fonte de legitimidade que passa por um processo de erosão. Na esteira da uma nascente e já forte legislação de defesa dos consumidores nos anos 1970 e que, a título de curiosidade, consolida-se no Brasil apenas na virada da década de 1980 para a de 1990, os movimentos de consumidores tendem a produzir novas expectativas e novos padrões de relações entre clientes e profissionais. As reivindicações em termos de busca por responsabilizações de erros cometidos por profissionais e a crítica à possível falta de atuação enérgica pelos conselhos e órgãos reguladores das profissões se somariam a um aumento da educação formal dos indivíduos e culminariam num maior ceticismo em relação aos profissionais. Outro fator relacionado por Haug, já relatado, trata da crescente divisão do trabalho e suas conseqüências para um domínio sobre o trabalho. Esta crescente especialização teria como uma de suas implicações a perda do controle sobre a totalidade do trabalho e, num grau extremado, o descrédito das capacidades e das potencialidades do profissional perante tanto à gerência quanto ao cliente, o que reforçaria a perda de legitimidade dos profissionais.

O mote da divisão do trabalho é utilizado por Braverman (1987) para uma aproximação original do marxismo em relação à questão das ocupações e profissões, ou seja, uma aproximação ao trabalho dos *white-collar*, e não apenas aos *blue-collar*. Argumenta Braverman que as gerências, a burocracia, ao estimularem e fragmentarem a divisão do trabalho, produzem um processo de estranhamento, de alienação, dos profissionais em relação ao conhecimento e ao poder sobre o processo produtivo. Há aí uma degradação do trabalho com conseqüências sobre diversos níveis

ocupacionais, dentre eles os trabalhadores qualificados, que têm seu trabalho rotinizado, minorado em termos de importância. São enumerados três fatores como causais em todo esse processo: 1) a busca pelo aumento da produtividade via divisão de funções; 2) busca pela redução dos custos da produção e 3) busca pelo máximo controle sobre os trabalhadores.

Ao se referir aos trabalhadores de escritório, Harry Braverman afirma que a divisão do trabalho atinge cada vez mais os profissionais de áreas administrativas. Assim como os trabalhadores fabris, os trabalhadores de escritório não têm mais o domínio de todo o processo de trabalho, como o faziam em outra época. Diferentemente, eles têm de se submeter a fortes mecanismos de controle, aos métodos de racionalização que lhes impõe uma condição limitada de ação. Os trabalhadores de escritório do século XX são muito mais executores do que planejadores das tarefas. Braverman equipara-os aos trabalhadores de chão de fábrica, de quem são exigidos apenas esforços de ordem física. Assim, estas duas categorias de trabalhadores se assemelham por se limitarem a desempenhar apenas funções operacionais. Não há uma distinção entre estes dois tipos de trabalhadores, o fabril, menos instruído, e o de serviços, com maior grau de escolaridade, no que se refere à inserção no modo de produção capitalista. Para Braverman, são situações que no âmago são similares, visto que “quando o trabalhador não oferece esse trabalho diretamente ao usuário de seus efeitos, mas, ao invés, vende-o ao capitalista, que o revende no mercado de bens, temos então o modo de produção capitalista no setor de serviços” (1987, p.304).

A desqualificação se configura como uma tendência dominante no capitalismo e ocorre devido ao fato de que os próprios postos de trabalho qualificado são em número reduzido e tendem, com o decorrer do tempo, a serem atingidos por processos de desqualificação.

A dependência dos trabalhadores qualificados em relação às gerências – detentoras estas do conhecimento do processo de produção, afeta entre outros fatores a identidade ocupacional e mesmo as motivações, expectativas e padrões de relações sociais nos ambientes de trabalho. É assim, por exemplo, que Huw Beynon (1997) tende a uma visão similar, desqualificadora das profissões, a partir da constatação empírica de que inúmeros de seus interlocutores, trabalhadores de diversos estratos, afirmaram ter passado por expressivas mudanças nas suas rotinas de trabalho. O mundo do trabalho vem sendo constantemente analisado como uma realidade em constantes processos de mudança social, o que se configura numa chave para o entendimento das mudanças que acontecem em nível global nos dias de hoje.

Uma característica fundamental no campo dos estudos sobre as ocupações e que é amplamente problematizada por Beynon é a identidade ocupacional. A partir de relatos de indivíduos pertencentes a diversas ocupações e profissões, este autor afirma que é notória uma discrepância nas trajetórias vidas destes trabalhadores. Antes era possível enxergar toda uma carreira em uma única empresa. O autor ilustra esta situação inicial ao citar o caso de uma cidade no

País de Gales em que aos jovens daquela localidade restavam sonhar com empregos em minas de carvão ou em siderurgias. Para os mais escolarizados o caminho das profissões liberais também se abria, como também se abriam postos de trabalho mais hierarquicamente superiores nas próprias siderurgias e minas de carvão. Ressaltando a divisão sexual do trabalho, Beynon cita o caso das jovens, a quem cabia o serviço de operadoras de máquinas na indústria do vestuário da cidade. Para as mulheres também havia a possibilidade de, após o casamento, não terem de trabalhar fora do ambiente doméstico. Fica claro, a partir dos exemplos e situações relatados pelo autor, a existência de um compromisso de longo prazo existente por parte dos trabalhadores em relação às empresas onde trabalhavam. As relações de gênero também se interpunham nas possibilidades de ascensão social por via do trabalho.

Este tipo de formação social é caracterizado por Beynon como um Estado de bem-estar social, típico do fordismo e do que ele chama de industrialismo fumacento. A caracterização de tais tipologias responde a um quadro de mudança na sociedade salarial, para usar um termo de Robert Castel, que encaminha em direção a um período de anti-estatismo, que na Grã-Bretanha foi claramente representado pelo governo de Margaret Thatcher¹¹, que reestruturou a legislação trabalhista no sentido de uma flexibilização bem como, além de outras inúmeras ações, promoveu uma abertura de mercado, forçando um rearranjo das estratégias empresariais no contexto da concorrência capitalista. A privatização de inúmeros serviços estatais vem acompanhada de uma diminuição no quadro de pessoal das empresas em questão. Quando se remete à realidade das empresas originalmente privadas a realidade se apresenta também com números bastante contundentes que exemplificam as mudanças nas relações de trabalho. Beynon afirma que, em 1979, mais de 7 milhões de pessoas estavam ocupadas na indústria manufatureira no Reino Unido. Em pouco menos de 20 anos, em 1995, este número caiu para 3,75 milhões.

Outra característica desse novo padrão concorrencial da economia capitalista é a migração de empresas para localidades, sejam estas localidades países ou outras regiões de um mesmo país, com vistas a uma redução com os gastos de pessoal. Huw Beynon cita o caso da indústria têxtil e de couro - que se insere nessa política de transferência de atividades para países com mão-de-obra mais barata -, a qual empregava 723 mil trabalhadores em 1979 e passou a empregar 366,2 mil trabalhadores em 1995. As consequências de tais medidas para os trabalhadores são, dentre outras, um crescente medo, ou um trauma em relação aos cortes de pessoal nas empresas, que também se dá no âmbito da terceirização e da subcontratação. Esta terceirização se apresenta também com um único objetivo, qual seja, o de diminuir os custos com a mão-de-obra. Nesse sentido, em uma

¹¹ Para uma melhor compreensão do ideário ao qual estavam vinculadas as políticas implementadas por Thatcher, confira o site da “Thatcher Foundation”: <http://www.margarethatcher.org/> no qual podem ser acessados vários textos de autoria da própria ex-primeira ministra inglesa, conhecida também como a “dama de ferro”, por suas medidas ortodoxas no campo do que se convencionou chamar de neoliberalismo.

mesma empresa pode-se ter vários funcionários de diferentes empresas exercendo a mesma função. No serviço público esta lógica tem se inserido de maneira rápida, o que contribui para a perda da identidade do trabalhador com a empresa na qual ele trabalha, fato esse agravado pela disseminação dos contratos temporários.

Transformação subjetiva. É assim que podemos qualificar as conseqüências que as mudanças nas práticas de trabalho. O sentimento de medo perante os processos de enxugamento, as mudanças em relação à postura no ambiente de trabalho¹², constituem exemplos notórios desta transformação subjetiva. O autor cita o caso de uma reportagem feita pelo *The Observer* em que foram entrevistados vários consultores de recursos humanos com o objetivo de determinar “como ter certeza de que você não rodará no próximo corte”. Vejamos alguns dos resultados:

Jo Bonds, do *Coutts Career Consultants*, declarou: “Mantenha-se em forma e saudável. Quanto mais velho você for, mais importante é projetar um visual sadio e em dia com a ginástica; isto é altamente recomendável para pessoas com mais de 40”. Elaine Aaron, recrutadora de emprego na Eversheds, aconselha: “Mantenha-se distante da política. Não faz bem a ninguém comparecer a reuniões do sindicato, oficiais ou não. Essa gente nunca se dá bem quando ocorrem cortes na gordura de mão-de-obra. Lamentavelmente, é como se estivéssemos de volta para as Eras da Escuridão, quando os empregados tinham de levar sempre o pior” (*The Observer*, Londres, 26 de maio de 1996, p.34).

Estes depoimentos refletem o tipo de implicações materiais e simbólicas que decorrem destas novas práticas do trabalho. Os trabalhadores “hifenizados” (*part-time-workers*, trabalhadores de tempo parcial; *temporary-workers*, temporários; *casual-workers*, emprego casual e os *self-employed-workers*, trabalhadores por conta própria) são cada vez mais comuns, o que também ocorre simultaneamente com a crescente participação do setor de serviços no conjunto da força de trabalho urbana. Se antes era comum andar nos ônibus e metrô ao lado de operários fabris, hoje essa paisagem se torna cada vez mais rara, e caminha para que cada vez mais andemos lado a lado com profissionais liberais e funcionários do comércio.

Se esta situação pode ser enquadrada na idéia de precarização das relações de trabalho, Beynon destaca que há, por parte de alguns autores, a idéia de existe uma certa vantagem para os trabalhadores, especialmente para as mulheres, que têm de conciliar a vida profissional aos trabalhos no lar. Interessante notar que essa precarização nem sempre é representada como algo negativo, justamente nas situações como a que o autor citou, no caso uma garçonete de um grande hotel:

¹² Um exemplo é a diminuição da influência do sindicato na vida dos trabalhadores como resultado de uma estratégia de defesa em relação ao próprio emprego por parte do trabalhador,

Craig, meu filho mais velho, tinha 5 anos quando comecei a trabalhar aqui. E era somente à noite então. Comecei esporadicamente à noite quando as crianças eram muito pequenas e meu marido tomava conta delas. Eu só fazia banquetes...Daí, pouco a pouco, comecei a pegar cafés da manhã aos fins de semana e um almoço aqui e outro ali. Aí, peguei cafés da manhã nos dias úteis. Caiu muito bem, já que meu marido estava trabalhando por perto e podia acompanhar as crianças pela manhã para mim. Então, as crianças cresceram a uma idade em que podiam ser deixadas em casa sozinhas (1997, p.21)

As relações de gênero e a divisão sexual do trabalho são componentes fundamentais nas percepções e práticas no trabalho¹³. A precarização se acentua de tal maneira que a flexibilidade que lhe é inerente – e que constitui uma forma a mais de exploração do trabalhador – passa a ser vista como algo vantajoso por algumas pessoas, dada a configuração da realidade de determinados extratos da classe trabalhadora.

A queda da taxa de sindicalização é outro aspecto de todo esse processo de mutação das práticas de trabalho. A pressão imposta por grande parte das empresas para que seus funcionários se afastem das atividades sindicais, tal como foi exposto atrás, além das pressões impostas pela própria dinâmica do mercado de trabalho – cada vez mais concorrido e com empregos escassos e precários – faz com que o poder de negociação dos sindicatos diminua cada vez mais, visto que o número de filiados se constitui num grande indicador do poder de representação de um sindicato¹⁴.

Este excerto, que retrata boa parte do panorama sobre as temáticas presentes nos estudos sobre o trabalho e sobre ocupações e profissões, traz elementos importantes para pensarmos as transformações que grupos profissionais passam, as conexões causais que são estabelecidas no intuito de se buscar compreender o fenômeno das profissões, nas quais são vários os fatores que podem ser ora causa, ora efeito, como é sintomático o caso do debate sobre profissionalização e desprofissionalização. A problematização trazida por Beynon é conveniente para estabelecermos pontes entre temas de interesse nos estudos sobre o trabalho e suas relações com a temática das profissões. Concordamos com Sciulli (2005), ao afirmar que se torna bastante profícua uma tentativa de junção entre perspectivas teóricas, visões de mundo e interesses de pesquisa da tradição anglo-americana com as perspectivas “continentais”. Com isso buscamos estabelecer diálogos entre

¹³ Essa relação entre a condição da mulher, e principalmente da mulher trabalhadora a domicílio e que também acumula as tarefas domésticas é interessante no sentido de que as práticas associativas, sejam formas de cooperativismo formal ou informal e também o sindicalismo são também vistas de maneira negativa, mesmo não se inserindo em relações de trabalho formal tal como o próprio Beynon citou no caso dos consultores de recursos humanos e suas dicas para a não demissão, tal como foi citado anteriormente. Cf. NUNES, J. H. . *Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia*. In: 30º Encontro Anual da Anpocs, 2006, Caxambu. 30º Anpocs 2006. Rio de Janeiro : Multimídia Design Studio, 2006. v. 1. e também MARQUES, Rogério dos Santos Bueno e NUNES, J. H. . O associativismo no setor de confecções em Goiânia. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível on-line em www.sbsociologia.com.br

¹⁴ Cf. CARDOSO, Adalberto Moreira. *Um referente fora de foco: Sobre a representatividade do sindicalismo no Brasil*. Dados, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

interesses sobre determinadas realidades, visto que a própria sociologia se configura como uma construção social que busca interpretar outra construção social, tal como nos fala Bourdieu. Assim, ao falarmos sobre uma determinada profissão, não podemos nos furtar a buscar entender elementos que possam ter relações com a própria dinâmica do grupo profissional. As relações de gênero, a estrutura ocupacional, as hierarquizações dentro do grupo ocupacional, a divisão do trabalho, as ações coletivas de grupos profissionais, a estrutura à qual este grupo lida no seu cotidiano e do qual faz parte, as interações com clientes, com o Estado, as instituições de ensino, a história do grupo profissional e diversos outros elementos que foram até aqui trazidos, são fundamentais na busca por uma interpretação sistemática que busque uma visão aprofundada sobre as ocupações e profissões.

Assim, ao estudarmos um grupo profissional em termos de sua identidade, por exemplo, deve-se “constituir repertórios a partir dos quais os homens se pensam, pensam o mundo em que vivem e ordenam suas relações” (LÓPEZ-RUIZ, 2004). Na empreitada de teorizar a questão das profissões não se pode deixar de lado questões como a estratificação social. No caso das profissões, o fator a ser questionado com base na literatura é a questão da classe média. As idéias de nova classe média e de empregado dependente são tratadas como conceitos que tentam dar conta do período em que começa a ser gestada a chamada teoria do capital humano. que dará um novo fôlego à figura do empreendedor, um *revival* do empreendedorismo, só que em bases diferentes. Desta maneira, uma análise sobre o *ethos* destes indivíduos, suas representações da vida social, sua pertença a determinado estrato social, seus estilos de vida, pode revelar dimensões dos grupos profissionais que se relacionam diretamente com outro ramo da sociologia que tem nos estudos sobre estratificação social o seu objetivo central.

A PROFISSÃO DE ENGENHEIRO NA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

As iniciativas de estudo sobre a profissão de engenheiro no âmbito das ciências sociais têm enfatizado, na sua maioria, um tratamento generalizante sobre esta ocupação sem se atentar às diversas divisões, ou melhor, sem se preocupar com as inúmeras ocupações que se escondem atrás do título de engenheiro. Nos diversos trabalhos consultados nota-se uma tentativa de interpretação da profissão de engenheiro a partir de alguns problemas de pesquisa que se tornaram clássicos, tais como a influência das empresas sobre a constituição da identidade destes trabalhadores, tomando como pressuposto a idéia de que substantiva parte dos engenheiros se converteu em funcionários de gerência. Como é afirmado em uma das boas revisões de literatura sobre a área, “os engenheiros perderam sua visibilidade individual, tornando-se funcionários de empresas enterrados dentro das organizações, algures entre o trabalho e a gestão, com identidades progressivamente estruturadas

por relações intra-organizacionais” (DOWNEY et. al., 1989, p.190).

De acordo com Rodrigues (1999), tem-se assim uma mudança da imagem do engenheiro quase como artesão, uma autêntico inventor, para uma simples engrenagem das estruturas organizacionais, se inserindo na atualidade mais como um reproduzidor destas estruturas e se afastando por completo de uma imagem criadora e um tanto heróica nas ocupações que lidam com um trabalho manual. Este componente das representações sobre uma ocupação é de grande importância na medida em que se relaciona diretamente com o “sucesso” de ocupação na sua tentativa de se impor no mercado de trabalho de maneira fechada, criando mecanismos de credenciamento, de regulação e de garantia de um controle sobre as atividades dos profissionais.

A visão da profissão como um todo homogêneo, tributária das iniciativas funcionalistas de estudo das profissões, implicou na caracterização das profissões como comunidades e o compartilhamento de valores comuns a todos os membros de um mesmo grupo profissional. Por outro lado, diversos estudos que enfatizaram a questão do poder sob as mais diversas orientações teóricas, não o discutiram em termos de sua construção, ou seja, do poder profissional como um processo social, uma construção histórica. Desta maneira, Rodrigues defende a orientação de estudos sobre a profissão de engenheiro a partir de duas premissas: 1) a necessidade de estudos históricos e comparativos com o objetivo de dar conta dos processos construtivos das profissões e de elucidar os diversos projetos de organização profissional que se produzem ao longo do tempo. Um estudo que enfatize a dimensão histórica tem a vantagem de demonstrar como as interações entre indivíduos e grupos têm implicações no *status* e seu sucesso na definição de um mercado de trabalho para a profissão. A autora defende que este tipo de abordagem revela as diferenças nacionais nos projetos de profissionalismo e de organização do trabalho para as profissões em questão. 2) uma espécie de estratégia verificacionista em relação ao que a autora chama de teses de tendência, ou seja, as visões que estudiosos têm sobre as profissões como uma tendência à profissionalização, ou ao declínio do poder profissional, à desprofissionalização ou proletarização, tal como foi esboçado anteriormente. Esta defesa em direção a uma estratégia um tanto dedutiva tem a vantagem, segundo a autora, de que não se pode afirmar que um grupo profissional se insere em qualquer uma das tendências em questão, e que, dada a heterogeneidade dos grupos profissionais e seu difícil enquadramento em categorias analíticas mais genéricas, tais como burguesia, classe média ou proletariado, é de se notar que processos de perda do poder profissional sejam percebidos ao lado de ganhos de status por parte do mesmo grupo em questão.

Um exemplo de como esta primeira defesa da autora, ou seja, a de se enfatizar a dimensão histórica e processual, revela diferenças marcantes entre projetos profissionais e modelos de organização da profissão, é o artigo de Meiksins e Smith (1993) que, com base em dados de seis países industrializados, constroem quatro tipos ideais de organização da profissão de engenheiro. O

primeiro destes tipos é o de ofício (*craft*), que caracteriza o trabalho do engenheiro como estando no topo da hierarquia do trabalho manual. A aprendizagem neste modelo se dá próxima a uma visão clássica de ofícios, em que as competências são aprendidas em situações de trabalho. Há neste modelo uma repulsa às credenciais e licenças decorrentes de diplomas em instituições formais. Como resultado, tem-se um grupo de trabalhadores com relativa homogeneidade visto que não há credenciais que estratificam e diferenciam e também se percebe um grupo mais fragmentado, já que a aprendizagem se dá em situações práticas e variam de empresa para empresa. Neste modelo, a hierarquia entre engenheiros e trabalhadores manuais, técnicos, tende a ser menor, e nota-se também uma diferenciação entre engenheiros e gerência, sendo a migração dos engenheiros para cargos de gestor mais difícil. Na história da profissão de engenheiro, o caso que mais se aproxima de tal modelo é do Reino Unido, em que a procura por engenheiros não atingiu o mesmo sucesso que em outros países, e, por conseguinte, tradicionais instituições de ensino britânicas como Oxford e Cambridge só ofereceram cursos de engenharia a partir da década de 1950 (cf. Krause, 1988).

O segundo modelo proposto por Meiksins e Smith pode ser traduzido como modelo de gestão (*managerial*), no qual o trabalho técnico é entendido em boa parte como trabalho de gestão. A dicotomia entre gestão e produção que se verifica no modelo anterior é minimizada na medida em que os técnicos são vistos também como gestores. Neste modelo a formação se dá em instituições formais de educação, sendo que a engenharia é percebida mais como um corpo de conhecimentos e habilidades que se aprende em instituições de ensino do que no trabalho cotidiano. Desta forma, os que detêm o diploma se qualificam para assumir cargos de maior nível de abstração como os de diretoria e gerência, sendo que a execução de trabalhos manuais é simbolicamente desvalorizada, ao contrário do modelo anterior. As associações profissionais são mais fortes e buscam um fechamento do mercado, o que é dificultado pela pouca distinção entre o trabalho manual e o trabalho administrativo para estes profissionais. O caso dos Estados Unidos é exemplar, visto que o componente de gestão é bastante valorizado no ensino de engenharia, que é, por sua vez, bastante pulverizado e diversificado, havendo forte hierarquia entre os formandos das mais diversas instituições de ensino. Há também um predomínio de um associativismo de organizações profissionais em detrimento de sindicatos, que mesmo assim conseguem dividir o grupo profissional em termos de preferência no que se refere à representação.

Um terceiro modelo de organização da profissão de engenheiro é o que os autores chamam de modelo de estratos que é caracterizado por uma hierarquização de técnicos nos níveis médios de organização das empresas que se constrói devido a uma luta de técnicos credenciados a fim de se diferenciarem em termos de uma jurisdição. Este modelo guarda semelhanças com o modelo de gestão devido ao fato de o sistema de formação em instituições de ensino formal ser de grande importância. Todavia o fechamento do mercado de trabalho neste modelo obtém maior sucesso,

sendo que só é permitido exercer a profissão àqueles que possuem as credenciais legalmente reconhecidas.

Há, pois, uma maior estratificação já que se cria uma diferenciação entre estes profissionais em relação tanto à gestão quanto à produção, em que os engenheiros possuem uma identidade ocupacional bastante distinta dos demais trabalhadores. A consolidação deste modelo passou por um controle em relação ao número de escolas formadoras de engenheiros e conseqüente controle do número de engenheiros no mercado de trabalho, e que, com a pressão das empresas por mais profissionais, produz novas estratificações em relação a engenheiros formados por escolas com menor prestígio e oriundos de camadas mais pobres da sociedade. Neste modelo há uma relação direta entre a qualificação e a posição dos engenheiros da divisão do trabalho no interior das organizações. Esta hierarquia é reforçada pelo Estado, quando este define uma série de categorias de trabalho técnico e concede privilégios a algumas destas. A formação de engenheiros busca realçar o caráter científico e abstrato, ao mesmo tempo em que busca formar indivíduos com um capital cultural reconhecidamente superior, tudo isso em troca de reconhecimento e *status*. É o caso, segundo autores, da França e da Alemanha, no qual há uma grande intervenção do Estado na profissionalização dos engenheiros.

O quarto e último modelo identificado por Meiksins e Smith é o modelo chamado de *corporatist*, que aqui, tal como feito em Rodrigues (1999), preferimos traduzir como modelo de empresa. Este modelo é caracterizado pelo esforço no intuito de produzir um sentido de solidariedade em relação à empresa que supere as clivagens entre as diversas ocupações que fazem parte da empresa. As empresas buscam engenheiros com formação generalista nas universidades e tendem a complementar a formação na prática. São recrutados indivíduos em início de carreira para que estes se formem também dentro das empresas. Este modelo surge de uma espécie de intenção das empresas em não produzir hierarquizações entre trabalho manual e intelectual, e mesmo entre engenheiros que atuem em ambientes similares. Há uma ênfase na formação de engenheiros que vai desde o auxílio a tarefas da produção até cargos de gestão. É o caso típico, segundo os autores, do Japão.

Na tentativa de estabelecer conexões entre diferentes realidades e a organização da profissão de engenheiro, Meiksins e Smith destacam a questão de quando se deu o processo de industrialização e a natureza de tal processo. Países industrializados tardiamente, por conta da busca por fatores que sustentassem um crescimento industrial, contam com uma forte intervenção do Estado na regulação e nos rumos das profissões, bem como na formação de mão-de-obra. Afirmam os autores que outros fatores podem também ser enumerados, tais como a capacidade da classe dos industriais em “controlar” o Estado além de fatores ideológicos como status da tecnologia e a percepção dos trabalhadores que trabalham com a tecnologia. Além disso, a capacidade de

associativismo dos engenheiros, além da forma como são absorvidas as experiências de gestão e de organização do trabalho que porventura são importadas.

Mas o que é inegável, entretanto, é que a organização do trabalho técnico tem sido o produto de um complexo processo de esforço entre empregadores, trabalhadores técnicos, o Estado, o trabalhador manual e as forças pré-industriais. E apesar de diferentes resultados e da realidade bastante complexas, razões históricas para estes processos ocorrerem como tal, há um tema recorrente e universal em todos estes processos que atravessa todas as variáveis nacionais. Em nenhum dos casos descritos aqui há trabalhadores técnicos [engenheiros] com um grupo desenvolvido, uma comunidade ocupacional distinta como um estrato no interior da empresa (MEIKSINS e SMITH, 1993, p.139).

A visão de um grupo profissional como algo homogêneo é, como pode ser percebido, algo que se superou ao longo do tempo nos estudos sobre as ocupações e profissões. Todavia a visão específica da engenharia como um grande grupo ocupacional também tem trazido uma espécie de generalização sobre as inúmeras situações de trabalho que as diversas engenharias lidam. Deste modo, uma diferenciação que Rodrigues (1999) defende no estudo sobre os engenheiros, que deveria se pautar nos diferentes espaços e situações de trabalho, deve ser bastante ressaltada nesta análise sobre o engenheiro agrônomo. Tratar numa mesma situação engenheiros mecânicos, agrícolas, de computação, civis, agrônomos, de pesca, militares, e diversas outras ocupações que são antecidas pelo substantivo engenheiro, certamente incorre em homogeneizações de processos que muitas vezes são mais complexos e diferenciados do que se imagina. Assim, mesmo com sua defesa de uma visão mais apurada e atenta às diversidades do grupo profissional, o trabalho de Rodrigues e de diversos autores cai nesta vala da homogeneização do grupo profissional, mesmo que o objetivo seja o oposto. A partir do pressuposto de Freidson (1998), que incorpora boa parte da tradição de pesquisa em sociologia das profissões e a ancora numa visão de poder profissional que vai também às interações entre indivíduos no trabalho e na formação de grupos e suas interações com outras instituições, temos a possibilidade de estudarmos a constituição de uma profissão no Brasil. A realidade nacional fica evidente nos estudos relatados acima como uma variável a ser tomada como fundamental; assim, evita-se de circunscrever em demasia o objeto de estudo, perdendo, assim, seu poder representativo. O estudo das ocupações e profissões deve levar em conta as dimensões já amplamente discutidas no contexto maior da sociologia do trabalho e que tem relações diretas com a organização de uma profissão. Com efeito, temas como divisão do trabalho, gênero, associativismo, relações com o Estado, além das mudanças nos padrões de organização do trabalho no mundo contemporâneo não podem ser relegados a um segundo plano.

No caso da profissão de engenheiro agrônomo, a realidade de um país com uma estrutura fundiária bastante desigual em diversos aspectos, aliada a desigualdades regionais em termos de

organização da produção agrícola, não pode ser omitida como um fator explicativo. Num instrumento básico de consulta sobre dados profissionais, a Classificação Brasileira das Ocupações, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, temos uma distinção básica das condições de trabalho do engenheiro agrônomo:

Trabalham em atividades da agricultura, pecuária e silvicultura, exploração florestal, pesca e aquíicultura, em empresas públicas e privadas e em cooperativas de produtores. Atuam como empregados, prestadores de serviços ou servidores públicos. Há possibilidade de colocação também em órgãos públicos fiscalizadores da qualidade ou classificadores de produtos e em empresas públicas de extensão rural. Trabalham em equipe, com supervisão ocasional, a céu aberto, ficando, muitas vezes, expostos a condições climáticas adversas. Podem permanecer em condições desconfortáveis por longos períodos, sujeitos a exposição de materiais tóxicos e ruídos intensos (CBO/MTE, 2002)

Desta maneira, um estudo focado numa especialidade como é a de engenheiro agrônomo tem a possibilidade de demonstrar diversidades e um aprofundamento da visão processual de constituição de uma realidade específica no mundo do trabalho que é a profissão.

CAPÍTULO 2

ENGENHEIROS AGRÔNOMOS: HISTÓRIA E FORMAÇÃO DE UM GRUPO PROFISSIONAL

Tendo como pressuposto que uma sociologia das profissões não pode ser dissociada de uma sociologia do conhecimento ou uma sociologia da ciência – visto que muito do discurso e das demandas por novas ocupações se relaciona intimamente à dinâmica das discussões e representações de saberes sistematizados, técnicos e/ou científicos – , não podemos nos furtar a discorrer sobre a institucionalização do ensino e da pesquisa em agricultura no Brasil, bem como sobre os prolegômenos da profissão de agrônomo no Brasil. Assim, uma investigação sobre o processo de surgimento das primeiras escolas agrícolas, os discursos legitimadores de um investimento maior no ensino e na pesquisa agrícola e os processos de institucionalização de uma nova abordagem na agricultura brasileira e sua relação com o surgimento da profissão de engenheiro agrônomo colocam-se como importantes elementos na discussão que pretendemos empreender.

Trataremos das etapas iniciais de formação da profissão em estudo, além das discussões e temas que foram levantados a fim de justificar a necessidade de uma profissão que encampasse praticamente todas as atividades ligadas ao segmento agrícola. Desta maneira, as atividades políticas, as disputas jurisdicionais, a formação de um mercado de trabalho, os discursos que se levantam a favor da profissão, os impactos das estruturas burocráticas e da tecnologia sobre a profissão são trazidos à tona para uma melhor compreensão da construção do profissionalismo na agronomia. Para isso, buscamos junto a anais de congressos de agronomia realizados entre os anos de 1963 e 1973 – período este que compreende a formação da associação profissional de engenheiros agrônomos de âmbito nacional, além do período de luta pela regulamentação da profissão e também as primeiras disputas jurisdicionais em relação a ocupações similares. Além disso, os anais de congressos consultados, num total de sete, nos permitem ter acesso aos discursos, palestras e atas de reuniões realizadas pelos congressistas, o que torna o processo de interpretação mais rico em termos dos debates e dos temas levantados pelas lideranças das associações profissionais. São, pois, elementos fundamentais para que se entenda toda a problemática em questão e as diversas possibilidades de olhares sobre o fenômeno do trabalho.

TECNOLOGIA E ENSINO AGRÍCOLA

Como nos é apresentado nas lições básicas em sociologia, uma das perspectivas mais abordadas vê no contínuo processo de racionalização das ações e relações sociais uma tendência na organização das sociedades. Weber trata da conduta racional como algo inevitável e intrínseco nas instituições capitalistas ocidentais que parece constituir um primeiro nível de aproximação a partir do qual poderíamos interpretar a institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. A tentativa de racionalização da produção agrícola apresenta-se como uma estratégia que visava o desenvolvimento de uma agricultura mais rentável e que buscava estabelecer novos vínculos entre a produção agrícola nacional e o mercado externo.

O surgimento da concepção moderna de agricultura, e a conseqüente teorização do que se concebe como agronomia data de meados do século XIX, ocorre por larga influência dos desenvolvimentos científicos no campo das ciências biológicas, da física e da química, nas quais o estudo fragmentado de elementos como solo, clima e vegetação ainda eram tratados sem as devidas correlações. Ainda no Brasil colonial, a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, logo na chegada da corte portuguesa ao país em 1808, pode ser interpretada como um marco inicial de busca por novos horizontes na botânica e na agricultura do país. (SZMRECSÁNYI, 1990). Apenas depois de quase cinquenta anos, em 1859, tem-se um segundo passo nesse intuito com a fundação do Instituto Bahiano de Agricultura, iniciativa esta que logo implantada em outras províncias como Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e pela criação de um embrião do Ministério da Agricultura, que à época se chamava Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. De acordo com Tamás Szmercsányi, este ímpeto inicial de criação de instituições ligadas ao desenvolvimento direto da agricultura em fins da década de 1850 pode ser atribuído

em boa parte à nova situação criada na agricultura do país pela proibição do tráfico externo de escravos africanos. Tratava-se, como já foi visto, de uma política imposta de fora para dentro, e, mais do que a conjuntura diferenciada dos principais produtos de exportação do Brasil (todos agrícolas na época), foi ela que veio colocar, pela primeira vez, de forma aguda, a necessidade de se promover uma redução dos custos e/ou um aumento da produtividade da nossa agricultura. Tais objetivos só poderiam ser alcançados pela modernização do processo produtivo (1990, 49-50)

A discussão sobre a criação de estações agrônômicas com finalidade de testar novas variedades de plantas e animais e de formulação e experimentação de novas técnicas de cultivo e de criação ocorreu efetivamente após o fim do tráfico de escravos. Além disso, a criação de estações

agronômicas no Brasil encontra forte estímulo a partir do exemplo da sistematização das pesquisas sobre agricultura na Europa e da criação do Instituto Nacional Agrônômico de Versailles em 1848. No Brasil, apesar de que a criação de institutos voltados à agricultura também tenha acontecido em meados do século XIX, somente os institutos da Bahia e do Rio de Janeiro obtiveram êxito. O Instituto Bahiano de Agricultura veio mais tarde, em 1877, dar origem ao primeiro curso de agronomia no Brasil, com a criação da Escola de Agricultura da Bahia no município de São Bento das Lages. Na época, esta escola era encarregada de realizar estudos com variedades de cacau, cana-de-açúcar, mandioca e algodão, além de desenvolver melhoramentos na criação de bovinos e suínos. Já o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado em 1860, obteve sucesso na implantação de novas variedades de cana-de-açúcar e de pastagens para áreas alagadiças. Todavia, com o advento da república, tais institutos de pesquisa entraram em profunda decadência, com exceção da então Imperial Estação Agrônômica de Campinas, criada em 1887, que foi incorporada pelo governo estadual a partir de 1892, e que veio a se tornar o mais importante centro de pesquisas sobre agricultura no país. A iniciativa paulista bem sucedida deveu-se,

por um lado, à pujança da economia paulista, que, no final do século passado [século XIX], já se transformara no principal eixo da expansão cafeeira no país, e, por outro, à deliberada intervenção governamental no setor, promovida pelas elites locais, que eram as principais interessadas e beneficiárias do referido processo. Uma das características fundamentais da grande burguesia cafeeira de São Paulo sempre foi a de não deixar ao acaso, ou a terceiros, o controle dos mecanismos capazes de influir nos rumos e na intensidade da sua acumulação de capital. O ensino técnico, a pesquisa científica e a assistência aos produtores não poderiam fugir à regra (1990, p.52).

As diferenças dos perfis entre a elite agropecuária de São Paulo e a nova dinâmica do poder pós-1889, que fortalece em muito os cafeicultores paulistas, contribui para a produção de tensões entre diferentes projetos para a agricultura, que vão culminar em diferentes propostas para a institucionalização do ensino de agronomia e da organização do trabalho do agrônomo. Esta tensão tem um de seus marcos importantes neste período, onde a crença no poder modificador e civilizador do agrônomo ganharia força e se entremearia a disputas entre as elites rurais no Brasil.

Em um trabalho importante de sistematização do início da agronomia no Brasil, Mendonça (2004) destaca que a consolidação do ensino de agronomia no Brasil pode ser dividida em três fases: a primeira ligada à implantação (1875 a 1909), a segunda ligada à regulação (1910 a 1920) e a terceira ligada à consolidação (após 1920). Destaca Sônia Mendonça que a iniciativa estatal na implantação do ensino agrícola e, mais especificamente, dos primeiros cursos de agronomia, é um fenômeno de grande importância para que se entenda o

entrelaçamento entre saber, poder e reprodução social, por meio da fusão entre a ação política – no caso da preparação de gestores da produção agrícola de novo tipo – e a ação simbólica – por meio da elaboração de um “paradigma” de agricultura/agricultor modernos, entendido como capaz de estender as práticas do poder central para o país inteiro, assim como de reforçar com este os mecanismos da dominação sobre a chamada “população rural” (2004, p. 3).

A dimensão simbólica da educação agrônômica e da formação de um rol de agrônomos que tinham por função a realização dos primeiros planos de pesquisa foi de fundamental importância, já que se vivia um momento em que se constituíam novos atores sociais, “especializados na administração potencial da ordem social que emergia no campo” (id., *ibid.*), e teriam um papel civilizador a ser desempenhado para a constituição de um novo padrão produtivo.

Uma característica importante levantada por Mendonça em relação aos novos diplomados e suas ligações a diversas frações das elites agrárias, se refere ao fato de que na virada do século XIX para o século XX estes eram claramente divididos em dois grandes grupos: um ligado à pujante economia cafeeira paulista e outro ligado a produtores com influência na estrutura estatal na então capital federal. Destaca a autora que “os agrônomos se tornaram igualmente importantes por seu caráter de instrumento tanto da hegemonia de um desses segmentos, pelo caminho do saber, quanto pela reação ‘contra-hegemônica’ de outros segmentos” (id, *ibid.*). A estes estratos da elite agrária estavam vinculadas instituições representativas como a Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1897 no Rio de Janeiro, e a Sociedade Rural Brasileira, representante dos agricultores do estado de São Paulo. A disputa entre estas duas entidades se materializou principalmente quando da criação do Ministério da Agricultura no ano de 1909, no qual uma disputa entre dois segmentos por influências, canais de comunicação e cargos no novo órgão estatal, acabou sendo em princípio favorável à Sociedade Nacional de Agricultura. A crença no saber dos novos formandos era algo partilhado por ambas as entidades patronais; logo, “além das divergências, as duas entidades eram unânimes em eleger o ator considerado capaz de intervir para superar a crise agrícola do país: o agrônomo”(id, p.4). A partir disso, resultou a fundação de duas das mais importantes escolas que formavam agrônomos, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em 1910, denominada posteriormente Escola Nacional de Agronomia (ESAMV/ENA)¹⁵, no Rio de Janeiro, e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)¹⁶, em Piracicaba, e que iniciou suas atividades no ano de 1901.

A disputa que se dava entre as duas entidades classistas teve forte correlação com a organização do ensino e do trabalho do agrônomo. Uma espécie de disputa pelo monopólio da

¹⁵ Posteriormente incorporada à Universidade Rural do Brasil, hoje denominada Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seu campus foi transferido para o município de Seropédica, na baixada fluminense.

¹⁶ Atualmente a ESALQ funciona como campus avançado da Universidade de São Paulo, e se localiza no mesmo local desde a época de sua criação.

formação se evidenciava entre os dois grupos e cabia ao Ministério da Agricultura o reconhecimento dos diplomas. Destaca um documento da ESAMV/ENA do ano de 1933, que “é urgente a necessidade de regular as profissões de maneira a impedir que exerçam cargos técnicos federais, estaduais e municipais e alguns em organizações privadas, os que não sejam graduados pela ESAMV ou estabelecimentos congêneres reconhecidos como tais pelo Ministério da Agricultura” (apud Mendonça, 2004, p. 6).

A partir do golpe de Estado em 1930, o grupo ligado à ENA ganha força, e o sistema de ensino da escola passa a ser tomado pelo Ministério da Agricultura como modelo a ser seguido pelas novas escolas a serem criadas. O grupo ligado à ENA foi também criador do primeiro órgão representativo dos agrônomos no país, a Sociedade Brasileira de Agricultura (SBA), criada em 1927, e constituída de professores da ENA, de funcionários do Ministério da Agricultura e da Sociedade Nacional de Agricultura. Esta organização foi o germe do que hoje é o órgão representante dos agrônomos no Brasil, a Confederação das Associações de Engenheiros Agrônomos (CONFAEAB). Este fato pode ser exemplificado nos anais do IV Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado no ano de 1965 em Belo Horizonte:

Um dos assuntos que mais despertou o interesse da classe, durante o III Congresso, foi a fundação de uma entidade de classe, de âmbito nacional. Embora existisse, na ocasião, uma entidade denominada Sociedade Brasileira de Agronomia, verificou-se que, apesar de sua designação, sua atividade se restringia ao E. da Guanabara (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1965, p. 5).

A prevalência de indivíduos ligados às elites fluminenses na organização da Sociedade Brasileira de Agronomia e ao poder executivo nacional, por intermédio do Ministério da Agricultura, é o elemento central que Mendonça credita para que modelos diferentes de formação de agrônomos que concorriam entre si no início do século, terminasse com um predomínio da ENA:

Por um lado, seria lícito supor uma “menor vinculação orgânica” entre a grande burguesia agroindustrial de São Paulo e os intelectuais que a representavam, configurando um modelo diferente do encontrado na Sociedade Brasileira de Agronomia, onde a “triangulação” Escola/Entidade de Classe/ Sociedade Política esteve absolutamente sintonizada. Por outro lado, considerando que a ESALQ se destinava à formação de agrônomos/proprietários e é patente que, no caso de São Paulo, estes profissionais se tenham definido, antes de tudo, como integrantes da grande burguesia agroindustrial, um caso típico onde a dimensão de classe sobre-determinaria a dimensão escolar/profissional. Neste caso, para os agrônomos de São Paulo, a intermediação de uma entidade profissional como porta-voz de classe se tornava menos estratégica do que era, por exemplo, para os agrônomos diplomados pela Escola Nacional de Agronomia, em sua grande maioria oriundos de setores médios urbanos e dependentes do diploma como instrumento de ascensão político-social. (2004, p. 21).

É a partir disso que a partir de 1963, no III Congresso Brasileiro de Agronomia, emerge a possibilidade de criação de uma entidade que congregasse efetivamente os engenheiros agrônomos de todo o país, de modo que as clivagens resultantes das disputas entre sujeitos de apenas dois estados acabasse por deixar de representar a categoria e provocasse uma crise de legitimidade, visto que o número de profissionais em formação era cada vez maior, e o número de cursos de agronomia no início da década de 1960 já chegava a doze, espalhados por quase todo o país. Os discursos das lideranças da SBA já sinalizavam para tal feito, atentando, então, para um aspecto endógeno da associação profissional enquanto força política. Assim, os dirigentes da SBA acreditavam poder demonstrar a capacidade de uma associação profissional um tanto embrionária em superar crises de eficácia e de legitimidade e de indicar de que maneira as soluções dadas às clivagens básicas fortaleciam ou debilitavam o jogo da representação. Assim, esta espécie de crise de legitimidade pode ser analisada como uma crise de mudança que afetou a estabilidade da SBA e, logo, ensejou a questão da mudança como fator explicativo. Lembrando um famoso analista político, um outro ponto importante numa possível crise de legitimidade é a questão do acesso à política, já que “os sistemas políticos que negam a novos estratos o acesso ao poder político, salvo através de meios revolucionários, também impedem que se desenvolva a legitimidade, provocando esperanças milenaristas no terreno da política” (LIPSET, 1992, p.133).

A AFILIAÇÃO PROFISSIONAL SE INSTITUCIONALIZA: A FAEAB

A Federação das Associações Estaduais de Engenheiros Agrônomos do Brasil, FAEAB, fundada no ano de 1965, também se insere dentro do grupo ligado à SBA. Com sede no Rio de Janeiro, a FAEAB trazia em um de seus objetivos fundamentais, vinculados em seu estatuto, “congregar e representar no âmbito nacional e internacional as entidades estaduais da classe agrônômica brasileira para defesa de seus direitos e prerrogativas” (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1965, p. 12). Constrói-se, assim, uma primeira entidade que verdadeiramente agrega as demais entidades representativas dos engenheiros agrônomos em níveis estaduais com vistas à defesa dos interesses destes atores. Como indicador deste novo padrão de relações entre as entidades representativas de engenheiros agrônomos, cabe ressaltar que neste mesmo congresso, quando se discutia o projeto de lei que regulamentaria a profissão de agrônomo, o Sr. José Calil, diretor do então criado Departamento de Defesa Profissional da FAEAB, esclarece que “com a colaboração da Diretoria da Sociedade Paulista de Agronomia, elaboramos um estudo para reestruturação da Sociedade Brasileira de Agronomia, transformada em Federação das

Associações de Engenheiros Agrônomos” (id., p.124). Mais adiante é expressa novamente uma referência à Sociedade Paulista, quando da elaboração de um código de ética, quando o mesmo diretor afirma que foi elaborado, “juntamente com a Sociedade Paulista de Agronomia (Diretoria), o anteprojeto do código de ética do engenheiro agrônomo, o qual foi encaminhado a todas as associações para manifestação e futura discussão na diretoria da associação” (idem, p.128). A liderança dos grupos de São Paulo e do Rio de Janeiro ficava evidente nos discursos e documentos, e mesmo modelos de organização e de ensino se achavam intimamente ligados a estes dois centros, conquanto o modelo norte-americano de ensino que vigorava em uma escola também muito tradicional, em Viçosa, Minas Gerais, sinalizava a diversificação dos modelos de formação de engenheiro agrônomos. No entanto, no congresso realizado no ano de 1963¹⁷ na Escola Nacional de Agronomia, no Rio de Janeiro, o Sr. Altir Correa, presidente daquele congresso, já enfatizava a necessidade de construção de uma entidade que congregasse os interesses de todas as estados da federação na defesa dos interesses da profissão:

No que tange à organização e defesa da profissão agrônômica é vital, para a preservação do prestígio da classe, a fundação de uma Confederação que, congregando as sociedades estaduais, possa, realmente, expressar o pensamento dos técnicos em agronomia, de todo o país e visando, ainda, um entrosamento entre as sociedades regionais. A profissão agrônômica tem sido espoliada em seus direitos, pela ocupação indevida, por leigos, de cargos privativos de engenheiros agrônomos, em instituições nacionais e estrangeiras, não só de direção como, mesmo de execução, principalmente devido à falta de uma Sociedade que, em nome global da classe, defenda seus interesses (ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1963, p.8).

Entretanto, mesmo assim, alguns cargos da nova associação seriam de exclusividade de habitantes da Guanabara, como vice-presidência, a primeira secretaria, a primeira tesouraria, o que se explica pelo fato de a associação se localizar na Guanabara, mas que já não tinha relação direta com os centros de poder, visto que capital federal havia sido transferida para Brasília.

Interessante notar que no congresso de 1965 – que se tornou paradigmático para a profissão de agrônomo no Brasil – as preocupações com a defesa profissional foram centrais. À essa época ainda não estava regulamentada a profissão de agrônomo, o que culminou num esforço dos agentes ligados à profissão em uma tentativa de influência política para a criação de um mercado fechado, retomando o termo de Paradiise. As temáticas que orientaram o congresso se dividiram em 1) Política de desenvolvimento agrícola; 2) Regulamentação da defesa profissional; 3) Formação profissional – currículos e 4) Temas gerais de agronomia. Assim, o Departamento de Defesa Profissional tinha, entre suas diversas atribuições, realizar

¹⁷ O III Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em 1963, aconteceu 25 após a realização do II Congresso, também realizado no Rio (1938). O I Congresso ocorreu em Piracicaba no ano de 1936.

démarches e representações junto ao Ministro da Agricultura e ao seu Gabinete, objetivando a solução de inúmeros problemas de interesse de associados e da classe, tais como: reclassificação dos cargos de Fiscais do Serviço de Expansão do Trigo, situação anormal reinante na Universidade Rural do Brasil, situação de inferioridade que se pretendia impor ao engenheiro agrônomo no projeto de lei de regulamentação da indústria de rações, falta de critério classista no preenchimento dos cargos de diretor dos Ipeacs etc.[...]Démarches junto ao Ministério da Educação e Ministério da Agricultura para manutenção do currículo de quatro anos nas escolas de agronomia do país; providências para regulamentação da profissão de técnico agrícola. (idem, p.127).

Em outro momento, como parte de um documento elaborado pela coordenação do FAEAB e aprovado em sessão pública, discutiu-se a regulamentação da profissão e os caminhos a serem seguidos para que este objetivo fosse atingido. Logo, recomendou-se às associações de engenheiros agrônomos do Brasil, “que movimentem suas bancadas estaduais no senado, no sentido de motivar seus componentes favoravelmente ao projeto em questão, além do próprio trabalho da FAEAB, no mesmo sentido” (idem, p.113). A ligação com agentes políticos era clara. Neste e nos demais congressos, era constante a presença de ministros da agricultura, governadores dos estados onde se realizavam os congressos, secretários de agricultura e políticos – geralmente parlamentares – cuja formação inicial era de agrônomo, como era o caso do senador José Passos Porto, de Sergipe, que no congresso realizado em 1979, já num período de maior consolidação institucional da profissão, pregou uma mudança de atitude dos profissionais da agronomia ao afirmar que havia observado

ao longo destes tempos que a classe agronômica tem sido por natureza uma classe introspectiva, ela acha que no silêncio dos laboratórios, no campo, na atividade agronômica está apenas a sua responsabilidade perante o país. Acho que a classe agronômica brasileira ainda não procurou ocupar seu verdadeiro espaço. Sendo a profissão responsável por setenta por cento da economia brasileira, ela deveria, a exemplo das demais profissões, ter tomado uma posição de vanguarda no crescimento e na política de desenvolvimento nacional (ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1979, p. 24).

Já em 1963, quando do nascimento da idéia de uma associação nacional de profissionais da agronomia, houve uma conclamação em relação tanto à defesa da profissão, quanto da agricultura no Brasil.

A comissão organizadora central faz um veemente apelo aos engenheiros agrônomos para que, dando o máximo de seus esforços, prestigiem, integralmente o congresso desta classe, formulando votos para que possa resultar do conclave uma total união dos profissionais em torno dos importantes problemas relacionados com a defesa de seus direitos e uma tomada de posição dos técnicos em face da grave situação rural que atravessa o país. Sem paixões políticas ou interesses pessoais, possam alertar, corajosa e sinceramente, as autoridades para a grande responsabilidade do momento atual e as conseqüências futuras, se continuarem a relegar a plano

secundário a produção agrícola, nela incluído o descaso pela pesquisa, experimentação, ensino, fomento, extensão, defesa sanitária, engenharia, tecnologia e economia rurais (ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1963, p. 10).

No ano de 1979, outro parlamentar, o Deputado Federal mato-grossense Bento Lobo, destaca a importância do engajamento político dos profissionais para o sucesso da profissão, relatando sua trajetória de vida como agrônomo e sua entrada na vida política:

Só após 26 anos de profissão, descompromissado com quaisquer organizações ou funções ou missões que tenha exercido no passado é que me arvorei numa disputa política na certeza de que lá em Brasília, no Congresso Nacional, era imperativa a presença de um agrônomo mato-grossense para que aquele Oeste, cuja marcha hoje se desenvolve, não viesse a ser conquistado como ainda vem acontecendo pela ação predatória da nossa Amazônia (idem, p.27).

No mesmo discurso do deputado, de defesa do agrônomo enquanto um agente político, o recurso à história de vida comum dos profissionais é realçada levando em considerações as origens sociais supostamente comuns e os desejos profissionais de cada um:

Meus caros colegas engenheiros agrônomos, entre o sonho e a realidade, áspero tem sido o nosso caminho. Somos acalentados desde a nossa infância em que quantos de nós deixam a nossa casa, a nossa cidade e o nosso Estado em busca de conhecer e entender da profissão da agricultura ara cumprirmos o nosso gesto e a nossa vocação e cumprimos muito mais, o nosso tributo do dever para com a nossa terra e a nossa gente.

Transitamos pelos bancos escolares das mais variadas escolas de agronomia do país, e ali permanecemos quatro anos visualizando e buscando esse aperfeiçoamento pessoal para de que, de volta à nossa terra, ao nosso berço, pudéssemos pela ação e atitude desenvolver e buscar apoio para as atividades agropecuárias desse país, como resposta a tudo aquilo que esse país nos tem entregue.

Sonho acalentado desde a mais tenra infância, desde quando entendo o slogan mais proferido nesta nação, de que o Brasil é um país essencialmente agrícola. E nesta inspiração e neste slogan quantos de nós nos encaminhamos nesse dever quase sagrado de trabalhar a terra brasileira. Ásperos os caminhos, meus caros colegas, porque nem sempre a realidade tem pautado para nós aquelas ilusões que nos levaram aos bancos das escolas de agronomia. Aquele sonho na realidade da vida profissional nem sempre tem sido a realização de cada um de nós. E quantos espinhos as nossas estradas oferecem nas nossas andanças. (idem, p.26).

A partir desse momento, e principalmente a partir da regulamentação da profissão da profissão de engenheiro agrônomo em 1966, nota-se um aumento das moções e proposições da FAEAB no intuito de alargar o mercado de trabalho para o agrônomo. Para isso, uma série de

argumentos é construída no intuito de legitimar o profissional de agronomia como hábil e mais indicado nas mais diversas e possíveis áreas de atuação. O recurso ao conhecimento científico e a visão metódica do trabalho do agrônomo são constantemente comentadas a fim de se consolidar a imagem do agrônomo como um agente de mudança no meio rural, como se verá adiante.

QUAL PROFISSÃO?

O argumento da relação entre profissões e desenvolvimento é marcante nos estudos sobre profissões. A arena para tal debate muitas vezes é a política no nível das representações parlamentares – onde se dão as cartadas finais no jogo das regulamentações das profissões. Em 1979 a profissão de engenheiro agrônomo já estava regulamentada, o que diferencia o rumo dos debates em relação ao congresso de 1965, onde isso ainda não havia ocorrido. Assim, os discursos sobre a relação das profissões com a política se mantêm, porém em um nível distinto. Se no congresso que fundou o órgão máximo representante dos interesses profissionais dos agrônomos havia um nível propositivo muito grande de ações, que cunhavam a necessidade de relacionamento dos profissionais com a política, após a garantia legal do exercício da profissão os discursos se voltaram para a tentativa de garantia de outros campos e de uma maior valorização do trabalho do agrônomo na sociedade. A relação agronomia/desenvolvimento sempre esteve presente como o foco dos discursos em defesa da profissão. No mesmo discurso, o Deputado Bento Lobo afirma que

é imperativo, pois, que ao lado desta prioridade, ao lado deste decreto profundo [de regulamentação da profissão], essencialmente profundo para os destinos da nossa terra e do nosso povo. Porque sem dúvida nenhuma é a agricultura e a pecuária a esteira mais luminosa que haverá de resplandecer o futuro do Brasil. Estaremos aí, conhecemos e identificamos os nossos defeitos, defeitos que só podem ser encarados na posição da pessoa, porque o agrônomo, a mercê de Deus, é um profissional para o qual não se admite a mentira, e dizia aquele dito que “enquanto os erros do médico a terra esconde, os erros do agrônomo a terra mostra”. Oxalá e paz a Deus, que a terra não mostre os nosso erro para o que o povo brasileiro não se decepcione com aquele agrônomo batido no campo, suado e calejado, que a todo instante professa esse amor à pátria e essa dedicação exaustiva. Vamos nos unir, meus colegas, vamos nos unir sem que a parcimônia das nossas atitudes irrelevem a nossa profissão (id., ibid.).

De início emergem alguns dos pressupostos trazidos por Freidson (1998) na constituição dos grupos profissionais e sua relação como o Estado. A busca pela legitimação de um modelo de profissão dentre diferentes atores que integram o grupo profissional é um elemento fundamental

para compreendermos a constituição do que se convencionou chamar em sociologia das profissões de profissionalismo. A crença no saber sistematizado e em sua utilização discursiva como instrumento de legitimação de um grupo profissional também perpassa a constituição da profissão de engenheiro agrônomo no país. Uma representação civilizadora do agrônomo é exemplificada no discurso de abertura do IV Congresso Brasileiro de Agronomia, pelo então presidente da FAEAB, Sr. Eberth Costa:

Como suporte à ação das associações de classe, necessário se torna, porém, o trabalho individual de cada um de nós junto ao meio rural, em sua área de atuação, em busca da maior politização do homem rural, esclarecendo-o e advertindo-o do valor de sua participação na resolução dos grandes problemas locais, estaduais e nacionais, através do exercício consciente e lúcido do direito do voto, que lhe possibilite a escolha de homens realmente integrados na agricultura e afinados com os seus problemas. Do contrário, por maiores que sejam nossos esforços no sentido da tecnificação da agricultura, no propósito de elevar a produtividade e a produção agropecuárias, eles esbarrarão, em última análise, nas decisões legislativas e executivas (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1965, p. 37).

A relação entre profissão e desenvolvimento econômico merece especial destaque na produção sociológica sobre a temática das profissões. Wilbert Moore (1970), por exemplo, faz uma correlação entre o nível de produção de riquezas de diversos países e o número de profissionais, e constata que um dos caminhos para o desenvolvimento econômico é justamente a criação de oportunidades de educação para os mais diversos estratos da sociedade visando a qualificação do maior número possível de indivíduos. Outro fator que Moore destaca é o especial papel dos engenheiros neste processo, já que possuidores de um potencial criativo e desenvolvedor de novas tecnologias, estes profissionais seriam fundamentais nos processos de mudanças sociais. Algo similar, contudo mais aprofundado, é o que faz William Evan (1968), que também chega a uma conclusão parecida, mas inclui, além de correlações entre PIB e número de profissionais, outras variáveis como o número de patentes registradas e o percentual do PIB gasto com pesquisa e desenvolvimento. Evan também destaca que a tendência à especialização pode levar a uma problemática relacionada à identidade profissional. Além disso, a heterogeneização do grupo profissional, segundo o autor, pode levar a uma espécie de redução do nível de solidariedade entre os pares. Diversidade na formação – que culmina em diferentes processos de socialização e aquisição dos valores – além dos diferentes padrões de carreira – ligada a diferentes contextos organizacionais – acabam por gerar uma diversidade no interior do grupo profissional, vista como algo negativo por Evan. Mesmo assim este autor acredita no papel fundamental dos engenheiros no processo de desenvolvimento econômico e tecnológico, dada a visão tecnocrática que esses indivíduos têm, professando assim uma crença na possibilidade da tecnologia resolver os problemas

além de representarem os indivíduos capazes de promover tais mudanças.

Uma crítica a visões como as de Evan e a de Moore é dada por Perruci (1971) que enxerga o modelo proposto por Evan como partindo de duas premissas: a primeira é a de que há uma elite que se dedica a valores profissionais e que esta elite tem acesso aos fatores que lhe permite aplicar o conhecimento e controlar as decisões de ordem política e econômica. No entanto, Perucci defende que uma maior parcialização das atividades e uma maior fragmentação disciplinar, aliadas a uma diversificação das origens sociais dos profissionais, culminam na impossibilidade de efetividade de tais propostas. Isto porque as expectativas em relação à mobilidade social – ligadas diretamente às diversas origens sociais dos profissionais da engenharia, um tanto diferente da medicina, esta última mais elitizada – tendem a reforçar motivações de ordem econômica. Outro fator é a crescente participação desses indivíduos em empresas públicas e privadas, nas quais as estruturas burocráticas impedem o exercício da plena capacidade profissional liberal, ou seja, a fala de liberdade na determinação do conteúdo e no método de trabalho. Na crítica de Rodrigues fica clara a crítica ao teor da análise funcionalista de autores como Evan e Moore:

Pode concluir-se que a visão estritamente funcionalista de estudo dos engenheiros enquanto profissão se debateu com o dilema de, apesar de toda a evidência do senso comum apontar para o fato de eles constituírem uma profissão, não poderem ser classificados como tal, porque em muitos dos seus atributos se afastavam do tipo ideal do modelo profissional. As principais diferenças surgiam ao nível dos processos de recrutamento, dos padrões de formação e qualificação, dos padrões de carreira, associações profissionais, prestígio da profissão, mas sobretudo ao nível do quadro de valores e motivações e da diversidade interna do grupo (2002, p.32).

A relação entre a profissão e o desenvolvimento socioeconômico se fez marcante em diversos documentos e pronunciamentos de dirigentes da FAEAB, quando da tentativa de explicitar a importância de um campo profissional exclusivo para o engenheiro agrônomo e de uma maior proteção legal ao exercício da profissão. Assim, o Sr. José Calil, presidente da FAEAB afirmou no Congresso Brasileiro de Agronomia de 1969, realizado em Porto Alegre, que

a classe agrônoma de nossa pátria acha-se a postos para cumprir os imperativos da moderna tecnologia agrônoma, medida esta imprescindível para romper as barreiras do atraso, do subdesenvolvimento e da miséria ainda reinantes no meio rural. Ao profissional de agronomia incumbe mais do que a outros, a imensa, patriótica e complexa tarefa de transformar e elevar as condições de vida no meio rural, a fim de aproximá-las das condições de vida mais humanas existentes no meio urbano. A atuante presença do engenheiro agrônomo se impõe cada vez mais nos dias que passam. É mesmo imprescindível, pois de sua contribuição depende a solução de múltiplos e agudos problemas de natureza agro-sócio-econômica [...] Cumpre-lhe [ao agrônomo] agora enfrentar com maior ênfase o problema da maioria do bem-estar social, proporcionando

maior segurança e estabilidade à família rural (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1969, p. 64).

Mais do que a proteção jurisdicional, havia a tentativa de conscientização da importância do trabalho do engenheiro agrônomo junto à sociedade. Em momento que se seguiu ao do pronunciamento do presidente da Federação, o então Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Antônio Rodrigues Filho, fez coro ao grande mote do VI Congresso Brasileiro de Agronomia e I Encontro Latino-americano de Engenheiros Agrônomos, qual seja, o debate da recém aprovada regulação da profissão de agrônomo, datada de 1966:

É relativamente recente, entre os povos latino-americanos, a compreensão da importância do papel do engenheiro agrônomo diante das imposições da modernização da agricultura tendo em vista os inadiáveis imperativos de desenvolvimento e de segurança interna de cada país. Essa compreensão, que vem se tornando patente nos últimos anos, impõe a valorização dos técnicos em agronomia e a consolidação, entre eles, de uma firme consciência profissional (ANAIS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1969, p.68).

Nas pesquisas iniciais sobre a consolidação das profissões, autores como Parsons, Merton, Carr-Saunders e outros já diziam sobre a assimetria de saberes entre profissionais e clientes como a principal fonte do poder dos profissionais. Nesse sentido, os discursos sobre a importância do agrônomo nos processos de desenvolvimento parecem confirmar estes estudos iniciais na medida em que diversos líderes das associações profissionais e políticos ligados à defesa dos interesses dos profissionais encaminhavam seus discursos para a relação engenheiro agrônomo/agricultor, ou seja, profissional/cliente. Assim, segundo o primeiro presidente da FAEAB, Sr. Eberth Costa, cabe ao engenheiro agrônomo

liderar e dirigir os homens do campo no sentido de proporcionar-lhes maiores e melhores condições de vida; promover a modernização da nossa vida rural em busca de um desenvolvimento harmônico e equilibrado do país. Sem a remoção dos fatores de subdesenvolvimento e estagnação de que são vítimas as atividades rurais do país, não nos parece que ainda nos encontramos. É necessário que cada brasileiro se convença efetivamente da importância fundamental do desenvolvimento da nossa agricultura e pecuária, sem o que nem mesmo a indústria poderá prosperar além de determinados limites e se sentirá travada pelo baixo poder aquisitivo das vastas populações rurais (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1965, p.38).

A relação com os clientes no caso da agronomia se insere numa situação ímpar em comparação com as demais engenharias. Ligada intimamente com a dinâmica entre profissional e

cliente, a questão da confiança se insere como um elemento fundamental neste processo, já que a forma de relação entre clientes e profissionais e a própria natureza do trabalho do profissional envolve uma dose de incertezas para o cliente, que, por sua vez, não faz de sua relação com o profissional uma decisão completamente racional (cf. DI LUZIO, 2006). Dado isso, uma característica típica da clientela do engenheiro agrônomo – principalmente no que se refere aos primeiros anos da profissão – se referia à prevalência aos métodos tradicionais de gestão dos negócios agrícolas e do tratamento dado ao cultivo e toda a estrutura produtiva das propriedades rurais. Aliada aos baixíssimos níveis de escolaridade que se verificavam no meio rural¹⁸, a falta de crédito para desenvolvimento e implantação de novas tecnologias no campo e a desconfiança por parte de muitos agricultores em relação a muito do que os profissionais de agronomia tentavam implementar¹⁹, fomentavam-se as visões transformadoras, e por vezes messiânicas, que pululavam nos congressos de agronomia em relação à figura do agrônomo e sua relação com o desenvolvimento econômico.

Na fundação da FAEAB é também exposta nos objetivos iniciais do grupo uma busca “pela projeção e elevação do nível cultural do engenheiro-agrônomo e pelo prestígio da classe agrônômica, bem como pela solução dos problemas básicos da agricultura nacional” (id, p. 11). A representação dos engenheiros agrônomos como agentes promotores da mudança e a ênfase deste elemento nos documentos e discursos do grupo se tornaram comuns, e a par desse discurso, a busca por um controle no ensino e no mercado de trabalho. No XI Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado no ano de 1979 em Curitiba, o então presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Ágide Meneguette, afirma no discurso de abertura do congresso:

É preciso corrigir a base, começando pela formação de nossos técnicos. O que queremos são técnicos criativos, capazes de gerar alternativas e consolidar uma tecnologia nacional, livrando-nos da dependência externa. Por isso, combatemos a criação indiscriminada de cursos de agronomia e a fragmentação desses cursos, que tem como conseqüência uma especificação inútil cada vez mais distanciada da formação integral. Que se equipem os cursos já existentes, que se melhore a qualidade do ensino e, sobretudo, que se dê ao técnico em formação uma visão mais ampla da realidade que ele vai viver. A realidade do seu país (ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1979, p. 20).

A proteção ao mercado de trabalho e ao número de profissionais do no mercado ganha espaço desde as primeiras gestões da FAEAB. A profissão como um mercado de trabalho fechado, como lembra o título de um dos trabalhos importantes em sociologia das profissões, é notoriamente uma busca pelos representantes das associações profissionais. No mesmo congresso realizado em

¹⁸ Algo que perdura até os dias de hoje, porém com menores impactos para o tipo de relação por nós analisada, qual seja, entre profissionais e agricultores.

¹⁹ Esta questão será aprofundada no capítulo 3.

1979, o então presidente da FAEAB, Benedicto de Miranda é enfático em relação ao que ele chama de “pulverização agrônômica”, uma

Pulverização da profissão de engenheiro agrônomo, posição essa que nos incomoda sobremaneira, porque com mais de trinta profissões hoje, na área das chamadas Ciências Agrárias, muitos jovens esperançosos em suas novas profissões, esperançosos em servir o Brasil ao terminar seus cursos, se sentem blefados porque não encontram ao menos trabalho para essas novas profissões (id, 22).

Na posse do novo presidente desta mesma entidade o tema continua sendo central. A crítica à intensa divisão do trabalho enquanto fator que traria prejuízos não só à profissão de agrônomo, mas a toda a sociedade, é o argumento de Walter Lazzarini Filho, ao dizer que

Este modelo de desenvolvimento condiciona o próprio ensino na área agrônômica, pois até o final da década de 1950 apenas duas profissões, exatamente duas profissões, agronomia e medicina veterinária, desempenhavam muito as suas funções. A partir desta época houve uma criação indiscriminada de novos cursos de modo que a esses novos profissionais numa especialização precoce não tenham um conhecimento amplo das matérias que compõem o campo da agricultura e que, como profissionais de formação deficiente se constituem em verdadeiro risco para a sociedade. Está se procurando uma especialização não condizente com o nível atual de desenvolvimento do país, está se procurando a formação de verdadeiros computadores técnicos, que percam a noção do seu verdadeiro papel de trabalho para a comunidade e para o país, que sirvam indistintamente a qualquer tipo de governo, desprovidos da capacidade de análise e de uma visão global (id, p. 26).

Interessante notar que, antes da fundação da FAEAB, quando a Sociedade Brasileira de Agronomia organizava os congressos de agronomia sem o nível de organização da entidade que a sucedeu, as demandas no nível de organização e defesa da profissão eram bem menos audaciosas. Nos anais do III Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em 1963, as definições extraídas do congresso sobre a organização da profissão – que à época também não era regulamentada legalmente – se limitam a solicitações junto à órgãos do governo federal para criação de cargos exclusivos para engenheiros agrônomos, ao estímulo à filiação dos profissionais nas associações estaduais, à fundação de associações de ex-alunos, “para funcionarem como órgãos animadores da melhoria do padrão de estudo em suas escolas e estimularem a união da classe” (ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1963, p.118). Fica claro, assim, que a falta de uma entidade à época que congregasse os interesses da categoria em nível nacional culminava numa de ação totalmente diferente do que se verifica após 1965. A defesa da profissão ganha novos ares a partir do IV congresso por conta da fundação da FAEAB.

Outro elemento interessante é a questão do engenheiro agrônomo ser ou não um

profissional liberal. Nos inúmeros debates que se sucederam, havia fortemente o tema do engenheiro enquanto um profissional dependente de organizações e, logo, não sendo um profissional liberal no sentido estrito do termo lança alguns problemas. No próprio congresso realizado em 1965, portanto ainda antes da promulgação da legislação que regularizava a profissão de engenheiro agrônomo, o então presidente da FAEAB, José Calil apresenta alguns substitutivos ao Projeto de Lei 23/63, no qual suprimia a palavra “liberal” no que se refere à qualificação da profissão de agrônomo. Afirmou na oportunidade que,

não há qualquer dúvida de que a engenharia, a arquitetura e a agronomia são profissões liberais. Entendem alguns, entretanto, que o exercício dessas atividades profissionais em função pública escapa à feição liberal. Sem discutir tal ponto de vista, propomos a supressão deste termo no projeto de lei, o que em nada prejudica o caráter essencial às profissões em causa (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1965, p.118).

No mesmo congresso, o Sr. Eberth Costa, também da direção da FAEAB, problematiza esta questão ao discursar sobre o fato de a agronomia ser

uma profissão eminentemente socializada, se bem que tida, comumente, como liberal, uma vez que poucas são as possibilidades do exercício liberal da profissão. Com efeito, o grande contingente dos engenheiros agrônomos exerce suas atividades como assalariados, quer seja no serviço público, quer nas firmas comerciais (ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1965, p.37).

A separação entre profissional liberal e assalariado é clássica nos estudos sobre profissões, entretanto estas distinções precisam ser esclarecidas para que a problematização aqui exposta se torne fértil sociologicamente. Assim, uma distinção interessante é a que Lili Kawamura (1981) realiza em seu estudo clássico sobre os engenheiros no Brasil, no qual a autora difere o profissional liberal, o profissional assalariado e o profissional empresário. Como profissional liberal, o engenheiro detém o controle do processo de trabalho, já que sua autoridade enquanto profissional o legitima para realizar tarefas de concepção, de gestão (inclusive financeira) e de atividades técnicas. A capacidade de controle de parte de seu próprio também é uma característica de seu trabalho. Nesse ponto, Kawamura relembra o estudo clássico de C.Wright-Mills (1976) sobre a classe média, no ponto em que o autor menciona os white-collars como indivíduos que “estabeleciam seus próprios honorários ou outros tipos de remunerações, organizavam o horário e as condições de trabalho em função da situação do mercado e de suas inclinações pessoais” (1976, p.133). Mesmo sendo um profissional liberal, o controle sobre o seu trabalho não era tão grande, visto que a própria tecnologia impunha limites ao exercício do trabalho. As limitações tecnológicas para o controle do

processo de trabalho também se faziam presentes para a categoria “profissional empresário”. Neste caso, o controle do processo de trabalho se dava basicamente pela posse do capital. Este tipo de profissional tem seu controle do trabalho até a definição dos objetivos da empresa, inclusive a questão dos destinos finais dos produtos. Seu poder emerge do fato de ele ser o capitalista, se utilizando da força de trabalho de outrem. Já os profissionais assalariados, vinculados tanto a empresas públicas quanto privadas, além de escritórios de membros da mesma profissão. As funções deste tipo de trabalhador estão vinculadas a escalões hierárquicos elevados, geralmente ligadas a função de gerência. Nas palavras de Kawamura,

se de um lado, o engenheiro vendia sua força de trabalho, e estando assim sujeito a exercer o trabalho definido por essas organizações, de outro, sua posição de dirigente na hierarquia funcional permitia-lhe o controle do processo de trabalho. Sua autoridade técnica possibilitava-lhe o exercício de funções próprias do capitalista, numa área específica do processo de trabalho (1981, p.15).

Assim, o engenheiro exerce uma função delegada pelo proprietário que se relaciona diretamente à extração da mais-valia. Dessa maneira, a próprio processo de trabalho do engenheiro o coloca numa posição de elite junto aos demais trabalhadores. A autora relaciona então este trabalho do engenheiro a uma ideologia patronal que estes profissionais professavam.

A autora lança então um problema que vem acometendo a profissão de engenheiro e que tem relação direta com o que foi acima discorrido. Trata-se daquilo que Kawamura chama de bipolarização do exercício profissional. Antes, porém, a autora recorre novamente a Wright-Mills, para quem nas organizações burocráticas a capacidade de reflexão individual é centralizada algumas vezes na cúpula e com mais freqüência no nível inferior, à medida que os empregos a exigem e monopolizam mais e, nos escalões inferiores, a exigem e permitem menos. Desse modo, as organizações burocráticas conduzem a uma bipolarização do exercício profissional, de modo que os escalões superiores tendem a se tornar basicamente gerenciais, e, de outro lado, os escalões inferiores ficam com funções de ordem técnica e operativa, mais rotinizadas. Os cursos de engenharia, na visão da autora, tendem, pois, a concentrar parte de seu currículo para disciplinas gerenciais, em detrimento de uma formação mais técnica – que sempre caracterizou a profissão. Cria-se também uma distinção entre as funções dos engenheiros, ou seja, engenheiros que se dedicam à gerência e engenheiros que se dedicam às funções técnicas – o que leva a dois segmentos de profissionais em relação ao processo de trabalho e à estrutura hierárquica. Os primeiros tendem a manter o controle do processo de trabalho e o acesso às decisões dos superiores, “nessas condições, a função dirigente desse segmento da categoria leva à estreita identificação com os interesses do capital” (1981, p.46). Já a parcela que se dedica a funções de natureza operativa, de

caráter rotineiro e parcelar, não tem condições de deter o controle do processo de trabalho, sendo assim sujeitada às determinações da divisão do trabalho.

A atuação dos engenheiros nos três níveis gerais que a autora propõe são amplamente discutidos no próximo capítulo, no qual serão trabalhados alguns relatos de experiências de trabalho de engenheiros agrônomos, cuja evolução as técnicas, seus impactos no trabalho, além de outros elementos inerentes ao processo de trabalho serão explicitados. Os impactos que uma profissão que se pretende liberal estar ligada profundamente a estruturas burocráticas enseja uma série de questões sobre o papel e a identidade do engenheiro nas organizações e a sua percepção enquanto um profissional liberal. Como dissemos, no caso dos engenheiros agrônomos esta questão é um tanto mais complicada, visto que a profissão se desenvolveu intimamente ligada ao Estado através dos programas de extensão rural, e que será problematizada no próximo capítulo.

Desta maneira, nos discursos, como pode ser visto, há uma constante recorrência à função altruística da profissão, ao papel de servidora do desenvolvimento. O status da profissão de engenheiro agrônomo tende a ser visto primeiramente a partir do controle do número de cursos e, conseqüentemente, em relação ao número de diplomados. A crescente parcialização das atividades do agrônomo – um aprofundamento da divisão do trabalho – é percebida de maneira negativa, já que se considera este fenômeno uma perda da legitimidade e um descrédito deste profissional perante a sua clientela. Assim, alguns dos elementos presentes na reconstrução sobre os estudos sobre as profissões podem ser vistos nos prolegômenos da organização da profissão de engenheiro agrônomo no Brasil.

CAPÍTULO 3

VIVÊNCIAS, TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONALISMO: O GRUPO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO TEMPO

Paralelamente a uma busca da construção do profissionalismo entre engenheiros agrônomos que busca as lideranças nacionais da profissão e os grandes temas e debates que ocuparam os grandes congressos de agronomia, propõe-se interpretar este fenômeno junto a sujeitos que vivenciaram este processo ao longo de suas carreiras. Para tanto, selecionamos seis casos de indivíduos com larga experiência na profissão agrônomo e que, por intenção da pesquisa, vieram também a ocupar cargos de diretoria e presidência do órgão de defesa dos engenheiros agrônomos, tanto em nível local quanto em nível nacional. Com isso buscamos nas experiências de cada um, nas histórias de vidas, a construção de significados do profissionalismo para estes sujeitos. Além disso, buscamos compreender as relações causais e de poder que existem entre diversas variáveis que são tipicamente analisadas nos estudos sobre o trabalho, como o mercado de trabalho e as decisões individuais, as questões ligadas ao associativismo entre trabalhadores – questão esta que enseja um série de discussões sobre as semelhanças e diferenças entre as associações profissionais e os sindicatos, estes últimos bem mais analisados pelos cientistas sociais que se dedicam à temática do trabalho. Nas entrevistas buscamos, através das histórias de vida de cada personagem, a construção do sentimento de pertença a profissão, de uma identidade profissional e da construção da profissão nas interações sociais, nas motivações que levaram a tais escolhas, nas opiniões e nas relações que estas experiências têm com os grandes debates que se sucederam nos congressos de engenheiros agrônomos.

A análise da trajetória de vida, o auto-relato da história de vida de um indivíduo são meios bastante profícuos de análise da vida social, na medida em que retratam o jogo entre a subjetividade de um indivíduo e o espaço sócio-histórico de sua existência. A relação entre o indivíduo e o meio social no qual ele produz e é produzido – remetendo à concepção de indivíduo e sociedade de Norbert Elias (1994) – se apresenta na fala daqueles que, ao narrar suas experiências, relatam a maneira como eles percebem determinado fenômeno e de como agem na sociedade, e mais, traz à tona a maneira como os indivíduos se inserem na cultura e na sociedade, e a maneira como as identidades são construídas e reinventadas. Sahlins (1990) afirma isso na medida em que toda ação traz em si o passado, a tradição, mas traz também a recriação. É a diversidade de sentidos

atribuídos pelos indivíduos – diversidade esta dada nas interações sociais, no cotidiano – que afirma e reinventa as tradições, no caso em questão, a tradição ambiental. A partir da tensão entre a surpresa, o inesperado, a discordância e as forças organizadoras da narrativa que se pode compreender a mediação entre tempo de narrativa. A narrativa é entendida como uma articulação temporal da ação. Nesse sentido, o que produz uma situação de comunicação é, primordialmente, “a condição de um sujeito que leva à linguagem e compartilha com outrem uma experiência [...] enquanto ato narrativo, a comunicação pode ser entendida como correlato da compreensão hermenêutica, como todos os seus atributos” (CARVALHO, 2003, p.290).

Os relatos individuais ao serem tomados como narrativas deixam de ser entendidos como meras histórias individuais e passam a ser tomadas como uma problematização da relação entre indivíduo e sociedade, ou nos termos de Carvalho, entre sujeito e história. O que se busca, assim, é a trajetória cultural e social dos indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais. O sujeito, ao narrar sobre sua própria experiência, sobre sua própria vida, localiza-se em relação a outras narrativas. Fica claro o desenvolvimento de uma comunidade de sentido²⁰, ao se estabelecer alguns temas centrais no campo das profissões, como mudança individual x mudança coletiva; saber científico x saber tradicional; regulação social x emancipação. Esses temas são compartilhados e geram um nível elementar de cumplicidade e de reconhecimento num universo comum.

A trajetória profissional figurada no discurso, se constitui, então, num importante instrumental de análise. A partir disso percebe-se uma identidade narrativa que configura a questão da profissão e toda a problemática que lhe é inerente. “Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos sociais são ativos narradores ao mesmo tempo em que são narrados, isto é, são formados pelas estruturas narrativas dominantes de seu tempo, e particularmente dos campos de ação onde estão inseridos”(CARVALHO, 2003, p.296). A idéia de campo, desenvolvida por Pierre Bourdieu²¹, fica clara na medida em que o jogo de forças e a busca pela hegemonia de determinado discurso se encontra também nas narrativas e na construção e reinvenção das identidades.

A questão da autobiografia pode ser tomada como uma localização em relação a outras narrativas, algo similar à construção das identidades a partir do outro, da identidade como algo relacional em que entram em ação “ego” e “alter”, ou seja, a idéia de identidade através da alteridade.

²⁰ A idéia de comunidade de sentido é desenvolvida por Richard Rorty. Cf. RORTY, Richard. Solidariedade ou objetividade? *Novos Estudos CEBRAP*, p. 109-121, 1987.

²¹ Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

RELAÇÃO COM CLIENTES: PROFISSIONALISMO EM CONSTRUÇÃO

Quando estamos falando de agronomia, estamos falando basicamente de uma aplicação de saberes de matriz racional, científica, no mundo rural. Este conhecimento, como se viu e será mostrado adiante, é um trunfo utilizado por profissionais da agronomia a fim de se diferenciarem e buscarem uma melhor colocação no mercado de trabalho. Muitas vezes lê-se em anais de congresso, e escuta-se de profissionais o caráter geral do curso de agronomia, e a maneira como o agrônomo é um profissional que tem uma sólida base científica, aliada à praticidade da engenharia. Interessante notar que a agronomia ao mesmo tempo que é tratada como uma engenharia – incluída no sistema do Crea, e também tratada como uma ciência agrária em sistemas de classificação como os do MEC.

No sentido de compreender esta complexidade classificatória da agronomia, e o papel que os engenheiros agrônomos têm como agentes transformadores de realidades produtivas baseadas muitas vezes em conhecimentos tradicionais, recorreremos a um aporte teórico interessante para se analisar a relação entre diferentes formas de saber, eminentemente saberes tradicionais e saberes científicos. A relação do cliente em relação ao profissional tem sido alvo de estudos no sentido de delimitar até que ponto o profissionalismo se relaciona com níveis de confiança dos clientes em relação aos profissionais. A aproximação do engenheiro agrônomo em relação ao agricultor é, por exemplo, um caso típico de relação de confiança que se construiu através do tempo, tendo como suporte as instituições de extensão rural e assistência técnica vinculadas ao Estado. Os baixos níveis de escolaridade e arraigamento de padrões de cultivo e administração da produção – principalmente quando se leva em consideração os produtores de pequeno porte – fizeram da relação agricultor x agrônomo um campo fértil de relações entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos. As estratégias utilizadas pelos profissionais nos primeiros anos de suas atividades de extensão rural, ligada à antiga ACAR²², hoje Emater²³, exemplificam as relações entre diferentes saberes e as relações de poder entre estes níveis de conhecimento – tudo isso ligado a formas de negociação entre estes diferentes sujeitos para que os objetivos dos programas de extensão rural, e, logo, de intervenção do engenheiro agrônomo no meio rural, pudessem alcançar os níveis de eficácia desejados. “às idéias de equilíbrio interior e de convivialidade”. Dessa maneira, o saber científico é “obrigado” a sofrer uma exteriorização em relação ao sabedor e um distanciamento em relação aos seus portadores. Tem-se assim a impressão de que o saber científico vai perdendo a

²² Associação de Crédito e Assistência Rural

²³ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

finalidade e o uso para que foi produzido e, que, além do mais, existirá apenas porque tem um valor de produção semelhante a outro qualquer bem de consumo constituindo-se, por isso, com a função de troca social.

Como refere Lyotard (1986), este tipo de saber – o conhecimento científico - está em oposição ao conhecimento narrativo, precisamente porque este é um conhecimento que traduz a ação discursiva atual do indivíduo, refletindo, igualmente, a sua experiência. O conhecimento narrativo é um conhecimento que surge no contexto da experiência do indivíduo, tornando o indivíduo e o seu saber uma unidade. Esta unidade pode assemelhar-se com outras, coincidindo de várias formas; entretanto, ao mesmo tempo essa unidade é única. Dessa maneira, o conhecimento narrativo poderá eventualmente ser utilizado por outros indivíduos, entretanto sua utilização é também a utilização de uma experiência situada, localizada, que participa ativamente da natureza dialógica dos indivíduos.

Vale lembrar que, como já se comentou, uma das bases de legitimação do poder do profissional repousa nos diferentes níveis de saber, mas que ao mesmo tempo se estabelecem níveis de confiança entre clientes e profissionais. Assim, expectativas em termos de comportamento institucionalizadas no papel do profissional e na idéia de profissionalismo promovem uma confiança do cliente nas situações de consulta ou assessoria (cf. Di Luzio, 2006). Assim, um exemplo típico desta situação de confiança do cliente em relação à formação e as credenciais dos profissionais nos é dada por um de nossos entrevistados, que iniciou seu trabalho em fins da década de 1950 na ACAR de Pernambuco, quando perguntado sobre a facilidade ou não de intervenção junto aos agricultores durante os primeiros anos de sua atividade:

Ah, tem. Acontece que como eles sabem que como a gente saiu de uma escola de nível superior, eles aceitam a orientação. Facilmente eles aceitam. Aceitavam e continuam aceitando, porque afinal de contas a gente aprende muita coisa que eles não sabem, e eles também sabem muita coisa que um estudante de agronomia não sabe. E aí a gente associa as duas coisas, né? O lucro eu acho que é recíproco, né? Eu acredito muito na agricultura regional... (Entrevistado nº 1)

Entretanto o nível de aceitação do trabalho do agrônomo, principalmente até meados da década de 1960, não era tão grande como se afigura para o entrevistado nº 1. Diversos relatos negam este nível de confiança extremo e automático por parte do produtor rural em relação ao trabalho do agrônomo, tal como se verá adiante. Como exemplo disso, o desconhecimento da função e dos conhecimentos que o engenheiro agrônomo possuía, gerava também um descrédito no sentido de que o profissional não aplicava grande parte daquilo que aprendia na faculdade:

O coitado [agrônomo] tinha muita disciplina que ele aprendia, e nesses lugares mais remotos não tinha como

aplicar. O currículo de agronomia abrange uma área muito grande, desde engenharia até medicina, alimentação. Tudo, tudo, ele tinha que saber. Então como não tinha como aplicar aquilo direito, ele pegava um teodolito e ia medir terreno, porque ninguém obrigava fazendeiro a ter um agrônomo. Antigamente se plantava a mesma semente, as mesmas variedades. Falar em genética, ninguém sabia que diabos era aquilo. E aí começaram a introduzir uma variedade de capins, de milho híbrido, e aí foi desenvolvimento, criando uma mentalidade de agronomia. Então começaram o Ministério da Agricultura ali na Praça Cívica e a situação do agrônomo começou a melhorar porque já havia quem contratasse. E aí começou a fazer os PAPs, os Postos Agropecuários, justamente para divulgar a agronomia. O pessoal começou a dar os seus palpites, e inclusive era muito difícil pra o fazendeiro aceitar as idéias. Ah...Eles falavam: “ah, meu pai, meu avô criavam assim, e eu também vou criar assim”. (Entrevistado nº3)

A questão do poder do profissional e das expectativas por parte dos clientes que legitimam o profissional em termos de relações de confiança, se estabelece basicamente pelos níveis de aceitação de uma autoridade e de como esta é reconhecida. A interpretação, por parte do cliente, que o profissional seja um portador de um conhecimento passível de intervir em sua realidade confere poder e cria o ambiente de institucionalização de uma profissão, algo que pode ser estudado como um “ato social concebido não só como comportamento ‘externo’ observável, como também a atividade ‘encoberta’ do ato” (HAGUETTE, 1995, p.26). Assim, o que se instaura é uma espécie de fenomenologia das profissões, visto que o poder profissional está no nível da crença e da aceitação da *expertise* de tais profissionais. Nas palavras de Freidson,

não se tenta determinar o que é profissão num sentido absoluto mas, sim, como as pessoas de uma sociedade determinam quem é profissional e quem não é, como eles “fazem” ou “constroem” profissões por meio de suas atividades e quais são as consequências maneira como eles vêem e realizam seu trabalho (1998, p.55).

No contexto do estudo do problema da legitimação do saber, Lyotard remete ao estudo dos jogos da linguagem, tendo em vista que os seus lances, ou enunciados, constituem o que ele chama “vínculo social observável”. Deste modo, distingue-se entre emissor, receptor e referente quando se trata de efetuar jogos de linguagem – lembrando claramente o esquema analítico da lingüística de Saussure. O emissor é quem profere o enunciado, o receptor é aquele que o recebe e o referente é o sujeito do enunciado, aquilo de que trata o enunciado. Estes componentes da linguagem ficam em posições específicas face a determinados enunciados: consoante eles sejam prescritivos, interrogativos, avaliativos, etc. Os jogos da linguagem são diferentes discursos possíveis que colocam os três intervenientes em posições específicas e particulares uns em relação aos outros.

Na exploração que Lyotard quer fazer do significado do termo jogos de linguagem, é retomada a perspectiva de Wittgenstein e da metáfora do jogo do xadrez para nos fazer visualizar de que se trata. As relações sociais e os tipos de vínculos que unem durante mais ou menos tempo os

indivíduos dependem desses lances da linguagem. Assim, a linguagem é o participante mais importante e o mais comum no estabelecimento de vínculos sociais. Nesse ponto, a forma como o profissional se aproxima do cliente exemplifica a maneira como diferentes formas de abordagem, de jogos de linguagem que se estabelecem, têm relações diretas com os níveis de confiança entre agricultores e profissionais. Outro caso de agrônomo que se trabalhou em programas de extensão rural elucida a construção de vínculos sociais nos primeiros anos da ACAR de Minas Gerais:

O primeiro choque que eu tive nesse campo aí, foi quando eu fui estagiar em Divinópolis, Minas Gerais, em 1958. Eu nunca tinha até então tratado com um agricultor. Ficava sempre no campo teórico. Então o meu chefe, ou melhor, o meu instrutor, o Sr. Miguel Afonso Neto, me conduziu até o interior pra ver como eram as técnicas de trabalho. Eu, teoricamente, sabia, mas na prática mesmo, não é que a teoria é diferente, mas a coisa é outra. Quando eu vi ele chegar na casa do primeiro agricultor, cumprimentou o agricultor, cumprimentou a senhora dele, me apresentou, apresentou a supervisora local. Nos sentamos numa mesa, tomamos um café, naquele linguajar mineiro, e eu senti que ali como um supervisor ia penetrando no inconsciente do agricultor. E da mesma forma no da dona de casa. Ali eu comecei a pensar que era preciso haver alguma coisa a mais na agronomia do que a parte teórica. De fato, a aproximação do supervisor local, do engenheiro agrônomo, não se faz no primeiro contato. Eu não tenho dúvida nenhuma sobre isso. Você vai aos poucos e ele vai sentindo que o que ele sabe você sabe. Se você demonstrar distanciamento, você se distancia do homem. Você tem que deixar ele expor tudo que sabe, os conhecimentos técnicos, pra depois você começar a mostrar onde tem erros e onde tem acertos. Essa é a técnica de se chegar no homem rural. Porque até ele adquirir confiança há uma série de estágios. É preciso ter respeito por ele, pela família, pela riqueza e e pela pobreza dela, ou seja, é um profissional que você tem que ser mesmo. Assim como tivemos facilidades no município de Divinópolis, nós tivemos muitas dificuldades no município de Visconde do Rio Branco, já que o agrônomo de lá era muito arrogante. Ele se impunha. Lá ele se impunha porque o diretório central, em Belo Horizonte, dizia que você tinha que ter 50 mutuários. E essa diretriz causava danos na atuação do agrônomo, porque impunha metas e com isso passava por cima de muita coisas. Então eu notei que a humildade do profissional tem que imperar. Não pode ser arrogante. Então em Goiás a gente tinha que orientar os profissionais já com essa experiência lá de Minas. Então a conquista é diária, paulatina, mas sem ser subserviente. (Entrevistado nº5)

Outra característica do saber que deriva disto é sua relação com a cultura. A cultura fornece as bases do consenso para se julgar se um dado saber é legítimo. O trecho a seguir, de maior extensão, demonstra as maneiras como os agrônomos se utilizavam do próprio conhecimento dos agricultores para, a partir de então, intervir:

A gente se reunia nas comunidades. Era assim: em cada comunidade você tentava organizar um grupo de homens – pra trabalhar em grupo – um grupo de senhoras e moças, e um grupo de meninos e meninas. Daí a gente se reunia uma vez por mês, geralmente, pra ensinar tudo em relação ao meio rural, as técnicas. E a moça ensinava para as meninas as técnicas do lar, cozinhar, costurar, tudo ligado à vida da família. (Entrevistado nº6:0)

Perguntado sobre dificuldades em relação à absorção e à aceitação de conhecimentos ministrados pelos agrônomos, o entrevistado nº6 continua:

Entrevistado nº6: Tinha comunidade que tinha dificuldade sim. Eu lembro de uma comunidade muito fácil que era a de Nova Veneza, lá no Jerivá. Lá tinha muitos italianos, e o italiano agregava com mais facilidade. O melhor Clube 4S²⁴ que eu tinha era lá, o de Nova Veneza. Mas perto de Nerópolis também tinha dois também bons e um em Petrolina de Goiás²⁵ – que chegou a ser numa certa época um dos melhores. Tinha época que melhorava e outras em que piorava, dependia muito do presidente. Isso porque às vezes você pegava um presidente bom, e aí o trabalho desenvolvia bem [...]

Eu volto à comunidade lá de Nova Veneza, devido ao nível cultura. Muitos ali vieram da Itália havia pouco tempo e eles queriam aprender. Já o brasileiro era um pouco mais difícil. Eles não tinha muita vontade de aprender quanto os italianos [...] A metodologia da extensão levava você a envolver muito o público rural. O indivíduo que não tinha muita cultura era ensinado mais com figuras, então variava muito. A gente trabalhava muito com palestras. Às vezes a gente trabalhava por exemplo com figuras de alguém capinando, ou curando uma vaca, ou fazendo um silo...ou adubando, ou plantando uma árvore. Naquela época quase ninguém adubava, mas eu ganhei umas amostras e ensinava o pessoal a adubar. Falava em adubação orgânica. Isso em 1962. Falava pra evitar as queimadas. Fala pra senhora que as vezes queimava uns gravetinhos pra se livrar deles pra não fazer isso, dizia: “olha, coloca isso debaixo da terra e depois que ele amolecer a senhora coloca debaixo do pé-de-laranja que vai ajudar a produzir”. Então você percebe que desde o começo a gente procurava orientar diretamente o produtor (Entrevistado nº6).

O fato de muitos agrônomos serem de origem rural também se relaciona diretamente com o sucesso nos programas de extensão rural, revelando uma espécie de *habitus* destes profissionais em relação aos comportamentos esperados e as formas de abordagem da clientela. O entrevistado nº6, ao ser perguntado se a relação com os agricultores havia mudado ao longo do tempo, continuou em parte com sua explanação sobre os métodos praticados pelos engenheiros agrônomos da ACAR Goiás:

Mudou. Eu já tinha prática, já que eu era filho de fazendeiro. Em Ribeirão Preto a gente trabalhava muito na roça. Em Barbacena também. Já no Rio o curso de agronomia não fazia a gente pegar na terra, era quase que só livros. Esse conhecimento passado me ajudou muito a chegar no produtor e orientá-lo. Mas eu tive retorno também. A gente acaba aprendendo alguma coisa com ele, porque ele fica ali dia e noite, e então a gente acaba aprendendo coisas com ele também. Daí a gente tentava levar isso pra outras pessoas, pra outras comunidades. Tem sempre diferenças entre as comunidades, por exemplo: alguma tem mais conhecimento em gado, outra em arroz, outra em milho, outra em porco e por aí afora. (Entrevistado nº6)

²⁴ A sigla 4 S significa “Saber, Sentir, Servir, Saúde”. Os clube 4 S foram importantes mecanismos de agregação de populações rurais e se converteram em importantes instrumentos dos programas de extensão rural.

²⁵ Nova Veneza, Nerópolis e Petrolina de Goiás são municípios da região centro-norte do estado de Goiás.

Outro caso interessante nesse sentido é o do entrevistado nº4 que narra a maneira como foi feita para convencer agricultores da região de Itaberaí²⁶ de que o plantio de arroz em terras de cerrado era algo viável:

E você fazia o negócio e mostrava pros outros. Eu fiz a primeira adubação aqui na saída norte. Na saída norte só tinha técnico em Inhumas e Itauçu. Eu fiquei em Itauçu, pela ACAR Goiás. Eu era o último técnico daquela região. E às vezes eu era chamado por produtores lá de Jussara, ia lá em Jussara. Atendia no domingo. Goiás velho eu também fazia no fim de semana. Com isso eu fiz também Itaberaí. Um dia um produtor chamado Dário Valdir me perguntou se naquelas terras de cerrado em Itaberaí dava pra plantar arroz. Pra você ter uma idéia de como era! Eu disse: “olha, se o senhor fizer uma adubação...”. Eu falava aquilo no grito, porque não tinha pesquisa nenhuma. Então ele me perguntou se poderia desmatar um alqueire pra plantar e eu disse que sim. Eu disse: “se fizer a adubação direito e chover, o senhor colhe”. Ele então foi desmatar e acabou desmatando quatro alqueires. Isso valeu pra ele uma briga com o sogro, porque o sogro achou que ele estava ficando doido em plantar arroz no cerrado. Quando ele terminou de desmatar e veio me procurar pra comprar fertilizante foi uma dificuldade. Nós só fomos achar em Anápolis, porque lá concentrava alguns horticultores e então a gente conseguiu comprar o fertilizante. Plantadeira e adubadeira nós conseguimos achar uma em Anápolis. Lá eu fui pra propriedade dele, regulei a máquina bem reguladinha e plantamos. E como era uma coisa inusitada pra época, todo mundo ficou na expectativa. Tinha gente que ia quase todo dia lá ver a lavoura dele (risos). E acabou que saiu tudo muito bem, uma lavoura espetacular, um ano bom, colheu um produto de primeira. E a partir daí facilitou muito. As pessoas me procuravam. A divulgação naturalmente foi grande e aí nós começamos a falar em adubar algumas terras de cerrado que estavam cansadas. O sujeito que não acreditava, deixava a gente fazer isso só numa parte da terra e via que a diferença era grande demais. Aí o negócio acabou pegando. E o município de Itaberaí acabou sendo o maior produtor de arroz de Goiás numa determinada época. Daí a parte profissional melhorou porque o profissional sai da faculdade com um conhecimento muito amplo, a parte prática hoje com esses convênios com empresas também melhorou. E a tecnologia tá disponível. E as pesquisas estão por toda a parte. Na nossa época a gente tinha que criar o nosso próprio conhecimento. Então nesse ponto ficou mais fácil. Hoje o produtor já acredita e procura o profissional. E precisa ser um bom profissional, já que o produtor também tem um nível de conhecimento muito bom. (Entrevistado nº4)

O saber tradicional se assenta, sobretudo, para Lyotard, em formas narrativas que podem tomar a forma de lendas e mitos, representando heróis felizes ou infelizes (condicionando assim aquilo que pode ser considerado aceitável ou inaceitável), admitindo no seu seio uma “pluralidade de jogos da linguagem” e finalmente esse saber encarnado na forma narrativa é transmitido por convenções lingüísticas. E nisto reside a relação da linguagem e da sua pragmática com o vínculo social.

Para Lyotard o saber científico apresenta as seguintes propriedades ou a seguinte pragmática: a) O saber científico utiliza apenas enunciados denotativos; b) A combinação dos vários

²⁶ Cidade da região central de Goiás.

jogos de linguagem que se constitui como vínculo social, exclui o saber científico; c) Dos vários protagonistas da comunicação, quando se trata de investigação científica, só se aceita a competência do emissor ou enunciador; d) Um enunciado de ciência pode contrariar enunciados anteriores, mas nesse caso, para ser aceito, tem de provar previamente de que forma os enunciados anteriores estão errados; e) Aquilo que Lyotard chama o jogo da ciência, implica olhar de forma diacrônica para um certo objeto ou referente. Esse olhar diacrônico não dispensa o conhecimento do passado (a bibliografia já produzida) e um projeto de descoberta de conhecimento para o futuro (uma hipótese de desenvolvimento do conhecimento).

A relação entre cliente e profissional nos anos iniciais dos programas de extensão rural, pois, demonstra toda a problemática relacionada à intervenção científica no meio rural. Os diferentes níveis de saberes entre clientes e profissionais se mesclam com a questão dos conflitos entre saberes narrativos, tradicionais e saberes científicos. A negociação, os jogos de linguagem que se instauram entre diferentes sujeitos contribuem para a construção do profissionalismo na agronomia. A visão do profissional como um legítimo interventor nos processos de produção agrícola é, então, construída com base em interações que se desenvolvem nos cotidianos de trabalho, através de um complexo jogo de expectativas em relação ao novo, ou seja, do sujeito que estudou a agricultura de forma metódica para a construção de novas realidades produtivas no campo. O papel do cliente e suas expectativas em relação ao profissional vão se modificando através destas relações que se constroem através do tempo, e que dão ao produtor uma nova maneira de enxergar os desenvolvimentos tecnológicos. Adiante, veremos como o mercado de trabalho para os engenheiros agrônomos surgiu vinculado ao Estado, e de que maneira os profissionais encaram sua entrada no então nascente mercado de trabalho para engenheiros agrônomos.

UM MERCADO DE TRABALHO NASCENTE: EMPRESAS SE OFERECEM PARA PROFISSIONAIS

De acordo com Freidson, a educação é uma fonte importante de identidade profissional, mas que não se compara às situações de trabalho, este sim, grande fonte de construção da subjetividade do trabalhador.

Mas, embora estabeleça qualificações para o trabalho, a educação formal não explica suficientemente o comportamento real de indivíduos no trabalho para que seja satisfatório por si mesmo. Cada ambiente de trabalho possui sua própria fonte de influência sobre o trabalho de profissionais individuais.” (1998, p.107)

Outro autor que nos ajuda a pensar a construção de um mercado de trabalho, a colocação do indivíduo em relação ao trabalho e o processo de construção de sua identidade profissional é Claude Dubar (1997). Este autor trabalha com aquilo que ele chama de socialização profissional – que remete, em certo sentido, à relação entre trabalho e educação já enfatizada do pensamento sociológico clássico através de Durkheim. Para isso Dubar dá ênfase à produção sociológica norte-americana e, particularmente, às perspectivas do funcionalismo (principalmente o funcionalismo norte-americano) e do interacionismo simbólico acerca da socialização profissional. No que tange ao funcionalismo, o autor afirma que o fundamental é a crença na capacidade da ciência, ou seja, a importância que se dá ao conhecimento científico enquanto condição da eficácia profissional. A legitimação da atividade profissional, da capacidade profissional sendo pautada na ciência pode ser interpretada como uma premissa que orienta aquilo que Giddens (1991) chama de sistemas peritos – uma confiança na capacidade de profissionais de executar com qualidade o seu trabalho tendo como garantia o conhecimento científico “portado” por estes mesmos profissionais, algo típico da modernidade.

A hierarquização do ponto de vista moral é vista como o porte de um saber sistematizado, por vezes científico, ou seja, o porte de um diploma – fruto de um estudo mais sistemático e de maior valorização simbólica que pode ser interpretado como um fator de distinção no ambiente de trabalho. No relato a seguir, o entrevistado nº2 narra sua trajetória profissional de exemplifica a questão de como determinadas funções, como a de vendas, têm um valor simbólico menor dentro da profissão, sendo vista como algo profano no sentido acima descrito:

Em questão de venda, é uma válvula de escape do mercado de trabalho. A profissão não ensina a vender. Ensina a como usar o inseticida, o adubo, mas não pra vender, e sim pra aplicar na agronomia. Mas ele desvia isso, às vezes por interesse da empresa que precisa de alguém com interesse para saber tratar da questão e então chama esses caras. Selecionam aqueles que têm habilidade pra vender e nem sempre o que sabe mais. E tem gente que ganha dinheiro com isso. O José Albertoni, dono da Agroquima, que é uma grande empresa. E ele veio pra cá sem nada. Abriu uma portinha que cabia ele, uma mesinha e a cadeira pro cliente. No fundo ele empilhava os baldes de Tórdon. Um dia eu estava numa dessas fazendas do Misal Dourado e tô ali trabalhando, quando de longe eu vi um cara com um baldinho nas costas pulverizando umas pragas de fedegoso, que fica próximo de curral. Eu avistei aquele cara e quando eu vi de perto era ele. E eu nem esperava que ele viria pra Goiás. “Então cara, o que você tá fazendo perdido aqui?”, daí eu ele disse, “não, cara, eu vim aqui fazer uma demonstração”. Então tá bom. Então ele foi um cara que sempre se dedicou a isso, desde o primeiro ano lá na ESALQ. Todo o curso dele foi pago pela Dowquima, mas voltado pra isso. Ele não tinha dinheiro pra bancar a estada dele lá em Piracicaba. Certamente a Dow orientou que ele viesse pra Goiás. E hoje ele tá meio afastado da empresa, tá mais ligado às fazendas. Tudo que ele ganhou foi com venda. Eu mesmo tenho um sobrinho que ganha uma boa nota com vendas. Eu não sou muito de acordo de como eles fazem o trabalho deles. Pensando no exercício correto da profissão, não é sempre correto o que eles fazem. Às vezes sim, às vezes não. Porque

eles querem vender o produto deles, e aí atravessam na frente de quem tá orientando aquele fazendeiro, e dizem: “deixa esse e compra esse”. E isso não pode fazer, é proibido. Existe uma ética. Tem alguém que orientou, tem alguém que é responsável técnico pela cultura. (Entrevistado nº2).

Uma outra questão a ser discutida é a de como este mandato é acompanhado pelo desenvolvimento de uma filosofia, de uma visão de mundo, ou seja, a questão da profissão enquanto carreira e enquanto meio de socialização. O modelo de socialização profissional se caracteriza como uma iniciação à “cultura profissional” e como uma conversão a uma nova concepção do “eu” e do “mundo”, ou seja, uma nova identidade.

Entretanto a hierarquização clássica existente na agronomia em relação ao técnico agrícola não necessariamente é vista como uma relação entre diferentes níveis, levando em consideração que o técnico pode, pelo conhecimento do cotidiano da produção, ser reconhecido como um sujeito capaz de realizar uma série de tarefas que também são da alçada do engenheiro agrônomo.

O leigo não sabia separar o que era cada uma das profissões [engenheiro agrônomo e técnico agrícola]. Até hoje tem essa confusão. Porque tem técnico agrícola que se especializa e talvez entenda muito mais daquele assunto do que um agrônomo, já que, por exemplo, é um cara que trabalha com produção de soja, de milho e que tá todo dia ali no campo, acaba sendo chamado de doutor. (Entrevistado nº3).

Outro elemento trazido por Claude Dubar é uma espécie de diferenciação no processo de socialização profissional. Em primeiro lugar há uma espécie de imersão na “cultura profissional”, em seguida há uma “instalação” da dualidade entre o “modelo ideal”, que caracteriza a valorização simbólica da profissão, e o “modelo prático”, ligado às tarefas cotidianas. Nesse sentido, esse processo define uma escolha dos papéis, que tenta afastar esta questão das tarefas mais rotineiras do âmbito da profissão com vistas a valorizar simbolicamente o exercício da profissão. É forjada uma identidade com base num “grupo de referência” a que tais indivíduos gostariam de pertencer futuramente. Dubar resume este processo afirmando que

esta identificação antecipada, que implica uma aquisição cautelara, por parte dos indivíduos em causa, das normas, dos valores e dos modelos de comportamento dos membros do ‘grupo de referência’, é consideravelmente favorecida pela existência de etapas promocionais instituídas, permitindo assim planificar o acesso a este grupo” (1997, p.137).

O relato a seguir, apesar de extenso, nos mostra a relação de um então recém-formado que ingressara no mercado de trabalho e que, através de uma série de coincidências acabara por ficar junto à chefia da empresa onde fora trabalhar. Esta proximidade com um grupo de referência lhe

conferiu uma possibilidade de crescimento na carreira com certa rapidez e acabou por gerar uma certa hierarquia em relação aos colegas de profissão que ocupavam o mesmo nível na empresa, mas que não tinham relações diretas com a chefia:

Tem uma passagem interessante. Eu queria voltar pra Goiás. Não queria ficar em outro estado. A gente teve várias propostas de trabalho. A melhor era a da Bahia, pra trabalhar com cacau no CEPLAC, depois a eletrificação rural de Minas Gerais, e outras empresas que ofereciam salário superior à média nacional. Mesmo assim eu dispensei essas ofertas e vim pra Goiás. Comecei a buscar a alternativa que me agradasse. Dentro dessa busca eu não procurei extensão rural e nem o Ministério da Agricultura. E então veio o IDAGO, o Instituto de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Goiás, na época do governo Mauro Borges. Achei que aquilo batia com o que eu pensava. Eles mostraram interesse e me contrataram. Já pediram inclusive pra eu viajar pra Arraias, porque na época eles tinham um projeto grande lá, e queriam que eu fosse fazer uma visita. Mas aí aconteceu um fato interessante. Eu não chegava a falar com o presidente na época, era só com o presidente do departamento técnico. Eu estive lá num dia e voltei no outro. Eu não tinha assinado nada mas já estava contratado. Acontece que um dia de manhã aconteceu fato inusitado. Eu estava na sala do diretor técnico e chegou um colega de trabalho dizendo “nossa, o chefe hoje tá uma onça”, o chefe era um militar na época, e o colega dizendo: “eu não entro lá pra assinar o ponto de jeito nenhum, prefiro perder o dia de trabalho do que entrar na sala do chefe”. E aquilo me chocou. Achei horrível. Pensei, “como que pode trabalhar num lugar desses?”. Assim que esse colega saiu da sala eu falei pro diretor técnico “olha, eu agradeço a sua receptividade mas eu não vou continuar aqui não” e ele perguntou o porquê, então eu disse: “olha, se um dia o chefe não estiver com a boa veia, eu não vou deixar de entrar na sala dele por conta disso, e se eu entrar e ele não gostar eu vou levar desvantagem já que ele é o chefe”.

Daí eu fiquei uma arara. Voltei decepcionadíssimo. E chegando em casa (naquela época a comunicação era muito difícil) o telefone da vizinha tocou, porque em casa não tinha telefone. Eu fui atender e era esse colega com o qual eu tinha me formado junto e que tinha optado pelo CEPLAC lá na Bahia. Ele e mais cinco colegas. Então ele disse: “olha, o pessoal tá te esperando aqui na Bahia. Seu lugar tá aqui”. Então eu perguntei onde ele estava, e ele disse que estava em Belo Horizonte, e então eu pedi pra ele reservar uma passagem pra mim. Cheguei em casa e disse: “vou pra Bahia”. Aí foi aquele alvoroço: “Bahia não!”. E eu tinha uma proposta lá em Jataí que algumas pessoas da família queriam que eu aceitasse. E profissionalmente seria talvez a melhor proposta da minha vida. Acontece que eu tinha um parente, o Sr. Olavo Sérgio de Lima. Ele era um autodidata, um cara que vivia um século adiante, criava peixe em cativeiro, uma ótima fruticultura. E ele tinha um filho único, o qual ele mandou pra Lavras pra fazer um curso de técnico agrícola. Quando o filho voltasse de Lavras, já iria assumir. O filho chegou e disse que queria mexer com leite. Aquilo deixou o Olavo decepcionado. Comprou uma fazenda pro filho, ao lado da dele, e disse pra fazer o que quisesse, mas na fazenda dele não! Logo que eu me formei e fui pra Jataí, o Sr. Olavo esteve lá em casa, contou a história e falou, “olha, eu queria que meu filho seguisse a minha obra, mas não deu certo e eu vim te fazer uma proposta. Eu queria que você ficasse comigo lá. Você tem o curso e eu te ensino a parte prática, e depois te passo tudo o que eu tenho. A única coisa que eu não quero é que a minha obra morra comigo”. Ele tinha viveiro prontinho pra enxertar, uma coisa de outro mundo. Então era uma oportunidade melhor que eu tinha. Mas eu não queria aquilo porque eu iria ficar na dependência, porque eu não tinha nada pra oferecer, a não ser o meu diploma e a disposição de trabalho. E eu não peguei aquilo. Então eu fui pra Bahia e lá eu me dei bem, graças a Deus. Fui contratado no

dia em que cheguei, exatamente no dia da revolução, dia 31 de março – lá não teve movimento algum. Me dei bem lá porque eu cheguei atrasado, então eu não entrei junto com a turma que chegou. Era uma turma grande fazendo o pré-serviço, e eu cheguei na última semana do pré-serviço. E então a direção achou que não era interessante pra mim fazer uma semana de pré-serviço. Então naquela época tava tendo um curso de técnicas de produção de cacau, com vários veteranos, e a direção achou que era melhor eu fazer esse curso com os veteranos porque eu iria aproveitar mais. Eu me enfiei numa sala cheia de técnicos, pesquisadores sobre cacau. Eu que nunca tinha visto um cacaeiro na vida, a não ser um trabalho na escola. Aí resultado: não entendi bulhufas, aquele monte de termo técnico, mas em compensação eu me dei bem com os veteranos. Então o pessoal do pré-serviço foi pro interior e eu fiquei no escritório central, que era tido como um escritório de elite, pra eu me capacitar melhor. Então enquanto os colegas foram matar tatu a beliscão no interior, eu fiquei com os veteranos no escritório de elite, e além de ter oportunidade de ter acesso a questões bem práticas, eu tive a oportunidade de andar com eles nas fazendas. E dentro de pouco tempo eles me consideraram lá, e fui pra uma sede que fica a sessenta quilômetros de Itabuna. E mais uma vez eu dei sorte porque eram dez colegas que ficavam numa mesma sede e cada um atendia um município. E na sala que eu iria ficar não cabia mais mesa, e então eu acabei ficando com o chefe, separado dos novatos. E aí é lógico que você conversa muito mais com a direção. E em seguida o chefe foi convidado pra fazer um curso no exterior e me indicou pra ficar no lugar dele. Isso em questão de meses. Mas na mesma ocasião a CEPLAC fazer o tripé, já que tinha pesquisa e extensão. Eles queriam montar a parte de ensino. E tinham convidado eu e um colega que havia formado comigo pra montar essa parte de ensino da CEPLAC, na região cacaeira. E eu fui fazer esse trabalho. E fomos implantar um departamento de ensino, por que a CEPLAC só sabia que queria montar um curso, mas não sabia onde, pra quem, como, nada. Deixou tudo nas nossas costas. Nós começamos a trabalhar na adaptação de uma estação experimental. Esse colega meu ficou encarregado da adaptação física do espaço, e eu fiquei encarregado de estudar a implantação do curso, que tipo de curso, do currículo, da duração do curso, da seleção. Eu tive a oportunidade de aprender um negócio totalmente diferente. Nós eramos oito colegas, dividimos o país pra que cada um fosse visitar as escolas de cada região do país, tudo com prazo de retorno. E assim fizemos as decisões. Foram três tipos de cursos e tudo ficou planejado. O curso se saiu muito bem, felizmente deu tudo certo. Implantamos um sistema de auto-disciplina que deu muito certo. Fiquei como vice-diretor e me dediquei à zootecnia, que tinha a ver com a minha ligação com Goiás. Então eu me desliguei do cacau e me dediquei à zootecnia, às aves e suínos principalmente. (Entrevistado nº4)

Interessante notar que a entrada destes sujeitos no mercado de trabalho estava envolta numa situação em que tanto o Estado quanto a iniciativa privada disputavam os recém-formados, revelando a carência por pessoal qualificado na época. Perguntados sobre o momento da entrada do mercado de trabalho, as respostas vieram quase em uníssono:

Esse era o mais fácil. A gente vivia uma época de pleno emprego. Em 1963, na nossa turma, a gente recebeu propostas de trabalho de todos os estados do Brasil. Só de visitas que a gente teve na escola, porque na época era o contrário, eram as empresas que vinham fazer propagandas para os profissionais. Só naquela época a gente teve 14 empresas fazendo propaganda na universidade. Reuniam no auditório e cada uma oferecia mais vantagens. Dessas 14 sem contar com extensão rural em todos os estados que queriam contratar de qualquer maneira, o Ministério da Agricultura na época também queria contratar. Era um mercado relativamente fácil.

(Entrevistado nº4)

Rogério, naquela época era muito fácil. Eu me formei em 1961. Eu tive oportunidades em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo. Então eu pensei: “Eu sou goiano. Se eu não for pra Goiás, quem é que vai?”. Aí eu escolhi Goiás. A oferta de trabalho era muito grande. Tinha na época o tal do pré-serviço. Eram três meses de pré-serviço em Viçosa, Minas Gerais. Lá você se aperfeiçoava em metodologia, sociologia, aquele negócio todo de contato com o produtor rural, né? Daí eu fiz os três meses lá e voltei pra Goiás. Em nove de abril eu comecei a trabalhar na ACAR Goiás. Porque naquela época era ACAR Goiás, em 1962...Chegava aqui e a gente ficava um mês fazendo estágio, junto a um colega que estava a mais tempo, e quando foi dia nove de abril eu assinei o contrato. De lá pra cá, trabalhei trinta e três anos na extensão rural... (Entrevistado nº6)

Fiz o vestibular e passei. E aí antes de me formar eu comecei a trabalhar na engenharia lá [na UFG]. Isso porque naquela época quase não tinha engenheiro, e como eu já tinha experiência na parte de estudos e projetos do antigo Departamento de Estradas e Rodagem, com construção de estradas e tal, e aí eu achei uma beleza. E foi dito e feito. Acabei entrando e trabalhando. Na época de formar o diretor me chamou disse: “você não vai inventar de procurar emprego, você vai ficar aqui”. Parece que eu fui guiado. E aí eu me formei e passei a dar aulas das disciplinas ligadas a construções lá na agronomia.(Entrevistado nº3)

Entretanto essa realidade variava de acordo com a região. Isso porque o desenvolvimento tecnológico, a presença de grandes projetos da iniciativa privada e as pesquisas se concentravam no estados de São Paulo, Minas Gerais e na região sul. Com isso, em outras unidades da federação, as oportunidades de trabalho se concentravam no Estado, através dos programas de extensão rural e de crédito agrícola. Como exemplo desta situação, citamos dois casos:

Não resta dúvida que por conta do emprego, o fazendeiro não é como um industrial, como as empresas de construção de prédios. O produtor rural era mais difícil. Então pra você chegar nele e ele te pagar era muito difícil. Daí você tinha através do governo, de cooperativas. Todo o trabalho era feito dessa maneira. Não adiantava você querer: “ah, eu vou formar aqui uma empresa agrícola, de planejamento, de assistência técnica, um escritório e vou ganhar dinheiro”, porque não adiantava. Porque o produtor não via necessidade de assistência. Quando eu cheguei em 1962 a nossa dificuldade maior era essa, levar e fazer o produtor aplicar. Por às vezes você ensinava e ele não aplicava. Outros aceitavam. Eu tive uma experiência que até hoje eu lembro, porque como eu era ligado mais ao sistema de proteção ao solo, às plantas e aos animais, ao meio ambiente como um todo, em 1963 eu levei um arrendatário a fazer um terraço, uma curva de nível. Marquei a curva de nível e fui com um aradinho puxado a boi, fiz o rego, fiz uma grade em v e ela abria o sulco. Daí o pessoal em 1980, 1990 tinha dificuldade de orientar, mas eu fazia isso em 1963. Por quê? Era questão de convicção mesmo. Eu acreditava e levava o produtor a acreditar em mim. Ali em Nerópolis eu levei dois ou três produtores a fazer conservação do solo em 1964. Sr. Dimas Pires, por exemplo, fez um trabalho muito bom nesse sentido. Então você vê que é muita convicção. Você ensinando com entusiasmo, aquilo funcionava (Entrevistado nº6).

Ou você seria funcionário federal ou funcionário estadual. O campo de trabalho do agrônomo se resumia a isso. Um dos órgãos que influenciaram muito essa diversificação do mercado de trabalho do agrônomo foi o Banco do Brasil, através das linhas de crédito. O que vem sofrendo alterações, mas lançou as bases do mercado de trabalho do agrônomo como um profissional liberal do sentido real do termo. Essa carteira de crédito rural do Banco do Brasil foi responsável pela ampliação do mercado de trabalho. [...] esses agrônomos que eu conheci, principalmente do Paraná, eram fundamentados em argumentos. Eles tinham pesquisa por trás deles, da experimentação, da organização ACAR. Olha, a liberação total do agrônomo como liberal ainda é um pouco difícil. O mercado ainda é fechado. De toda forma hoje nós temos o Crea, que ajuda muito na fiscalização do profissional, e há uma compreensão dos poderes constituídos de que a agricultura não pode andar sozinha. Aquela fase do cara que sabe de tudo de agricultura porque foi criado no meio rural já foi ultrapassada. Hoje evoluiu muito. As sementes foram lançadas.

(Entrevistado nº5)

Com base nas narrativas destacadas, notamos a forte presença do Estado como empregador dos profissionais de agronomia principalmente até meados da década de 1960, quando os programas de extensão rural ganharam força. A iniciativa privada se configurava em outra fonte de empregos, mas tinha seu papel de empregadora vinculado principalmente aos Estados com maior produtividade agrícola. Por parte dos produtores rurais, a figura do agrônomo ainda era um tanto desconhecida durante muito tempo. A atuação do Estado foi importante no desenvolvimento da profissão e, de certa maneira, explica toda a pressão da FAEAB e das associações de engenheiros agrônomos nos estados para uma maior presença de agrônomos na burocracia estatal. A questão da defesa profissional será objeto de estudo adiante, por agora vamos nos concentrar nos impactos causados pela disseminação do ensino de agronomia e do desenvolvimento tecnológico sobre o cotidiano de trabalho do engenheiro agrônomo – algo que tem bastante influência na construção do profissionalismo, afinal é indubitável a importância da formação escolar como importante fonte de identificação dos profissionais, apesar de que acreditamos, como Freidson, que as situações de trabalho, as lutas profissionais, as negociações em torno de uma divisão do trabalho, têm um peso maior na identidade profissional, e no sentimento dos sujeitos em relação ao trabalho, ou seja, aquilo que temos chamado de profissionalismo:

TECNOLOGIA E COMPETÊNCIAS : DO REGULAR DOS PARAFUSOS ÀS IMAGENS DE SATÉLITES

Nos dias de hoje, a formação profissional ganha novos elementos. Crise de emprego, informalidade, modificações na jornada de trabalho, teletrabalho, denotam situações com que os

profissionais de agronomia não conviviam outrora. O perfil de nossos entrevistados inclui indivíduos que têm larga experiência na profissão e que trabalharam até há pouco tempo, ou que ainda trabalham. Assim, as mudanças no mercado de trabalho, no ensino, nas tecnologias, nos investimentos governamentais e privados na produção agrícola foram todos vivenciados por estes profissionais.

No que se refere à formação profissional na atualidade, a idéia que prevalece na caracterização de um perfil de trabalhador que se adapte a esta nova realidade do trabalho é a da pedagogia das competências. Em suma, há um deslocamento conceitual da qualificação em direção à competência que valoriza a dimensão experimental do processo de qualificação. Há, portanto, um destaque aos saberes tácitos e ligados à experiência, em detrimento dos saberes de caráter formal. Assim, a formação deixa de ser eminentemente pautada em conceitos técnicos rompendo um padrão de contratação que institui regras mais ligadas ao indivíduo do que à coletividade. A concorrência por postos de trabalho individualiza a formação e cria novos parâmetros de classificação do trabalhador, sendo o conceito de empregabilidade o que melhor represente este novo momento de individualização da formação, qualificação e busca por trabalho. Assim, afirma Ramos (2002) que

Esse fenômeno tem um significado não só técnico, mas também político. As reformas associaram-se ainda aos processos de globalização da economia e à crise do emprego, colocando-se a necessidade da criação de novos códigos que aproximem a educação das tendências produtivas. Espera-se, por um lado, proporcionar aos jovens passagens menos traumáticas para o mundo do trabalho e, juntamente com os adultos, construir alternativas que supostamente minimizariam o risco da exclusão social. Nisso está a razão de a competência vir associada às noções de empregabilidade e de laboralidade (2002, p. 402).

O conceito de competência, assim como o de empregabilidade tem, na verdade, uma definição pouco delineada. Os documentos oficiais retratam este momento de reestruturação da educação, adaptando-a à nova realidade produtiva e têm por incumbência definir à sua maneira o que cada conceito deve refletir. Shiroma e Campos (1997) destacam que a empregabilidade é entendida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego como uma “capacidade não só de se obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação (Brasil-MTb 1995, p. 9)”. Mesmo que diplomas e certificados sejam importantes na conquista de um posto de trabalho, a permanência depende muito mais das competências adquiridas pelo trabalhador, assim, a individualização, como já afirmamos, coloca-se cada vez mais na ordem do dia quando o assunto é o acesso ao mundo do trabalho.

Perguntado sobre quais as diferenças entre as competências do agrônomo de antes e o de hoje, o entrevistado nº 4 nos dá uma pista importante do que se quer dizer com esta mudança do perfil do engenheiro agrônomo ao longo do tempo:

Quando nós começamos a trabalhar com extensão rural aqui em Goiás, por exemplo, a gente chegava no produtor pra fazer seleção da semente na água. Foi um grande avanço você conseguir convencer o produtor a colocar a semente na água e dizer “o que boiar você joga fora, o que não boiar você planta”. Pra recomendar qualquer coisa você não tinha pesquisa [...] Eu acho que a esperteza no bom serviço. A facilidade de ver as coisas. Sempre foi assim. Eu acho que o tino comercial, de percepção tem que ser muito maior hoje do que antes. Pra começar você tem que adaptar o que você internamente gosta com o que externamente precisa. E essa adaptação nem sempre é muito fácil. Às vezes você gosta de uma coisa, mas lá fora ninguém quer aquilo, então você tem que buscar dentro de você aquilo que você tem de maior facilidade pra escolher lá fora. O leque lá fora é muito grande também. Então vai depender muito da vivacidade e da capacidade de prever as coisas. Prever o que o mercado precisa e dizer, “olha, eu vou entrar por aqui” (Entrevistado nº4).

Em relação ao conceito de competência, os documentos oficiais também tentam fazer uma delimitação. Ramos (2002) afirma, pautada em uma resolução do Conselho Nacional de Educação, que “o agir competente, portanto, realiza-se pela ‘capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (Brasil. CNE/ CEB, Resolução nº. 4/ 99, art. 6º)” (2002, 407).

Já no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, os impactos sobre o trabalho do agrônomo foram drásticos. Se antes, como o caso do entrevistado nº4, o agrônomo tinha que realizar funções “profanas” do tipo regular arado, aparafusar e lubrificar os poucos instrumentos mecânicos que se disponibilizavam aos produtores rurais, os investimentos públicos e privados, aliados ao desenvolvimento de novas tecnologias fizeram do engenheiro agrônomo um profissional mais intelectualizado:

Hoje as máquinas são todas computadorizadas. O profissional fica até sem condição de interferir nisso, porque a máquina já vem pronta, né? O operador dela já sabe muito mais do que o profissional. O profissional hoje tem que se esmerar em outros assuntos, e não nos de antigamente, de regular máquina, por exemplo. A parte de mercado, de desenvolvimento de tecnologia hoje ocupa muito mais o pensamento do profissional do que antigamente. Nesse aspecto melhorou muito, mas também exige mais do profissional (Entrevistado nº4)

Do ponto de vista da agronomia em Goiás evoluiu muito. Era pra estar mais evoluído, eu acho. Do ponto de vista do agricultor, em si, devia estar mais. Porque a ACAR trabalhava com o engenheiro agrônomo, o veterinário e o técnico agrícola e alguns escritórios. Mas em todos os escritórios tinha uma assistente social. E em todos os escritórios tinha os clubes 4S, de jovens filhos de agricultores. Ou seja, de 1959 pra cá, era pra ter uma evolução na área rural muito maior, porque só nos clubes 4S já era pra ter uma evolução muito grande, porque a gente trabalhava com eles procurando elevar. No entanto eu não sei o porquê de com o tempo não surtisse o resultado que a gente esperava. Embora a agricultura esteja hoje muitas vezes mais desenvolvidas.

Eu fiz uma espécie de previsão do futuro da profissão em Goiás.

O fundamental era a pesquisa. Nós sentíamos que os agrônomos daqueles estados que você citou, Minas, São Paulo, eram agrônomos que tinham por trás um cabedal de pesquisas, que dava uma sustentação legal. Abria mercados para os profissionais de lá. Tanto que quando eu estive na ACAR de Minas em 1959, eu verifiquei isso. O que tinha por trás do agrônomo era fabuloso. Uma estrutura bem montada, bem dirigida. Uma estrutura organizada. E aqui nós estávamos improvisados. Por isso que eu faço menção a esse engenheiro agrônomo, esse que criou o primeiro campo de milho híbrido aqui em Goiás, em Inhumas, que foi o Sr. Lourival Pacheco, porque são poucos em que nós podíamos nos apoiar. E em outros lugares havia estrutura. Então quando Mauro Borges começou a lançar essas sementes aqui em Goiás, foram perspectivas que foram sendo criadas. Então hoje Goiás já da resposta a muita coisa, e o agrônomo já se sente mais confortável. Já tem Embrapa, tem Emgopa, mas ainda tem estudos hoje avançados. A gente precisava criar estrutura aqui em Goiás. (Entrevistado nº5)

Revelando uma expressão que denota o tipo de saber do agrônomo e as condições para sua aplicação, o entrevistado nº6 afirma:

O indivíduo aprende, e quando ele aprende ele quer aplicar. Então muitas vezes o agrônomo aprendia e no começo a gente não aplicava. Quando chegou mais ou menos 1975, com esses programas mais avançados do tipo Polocentro, aí veio muito financiamento e o produtor pode financiar tecnologia, máquina, adubo, agrotóxico. Ele pode começar a pensar em rotação de cultura, em comprar um touro melhor, a plantar um milho melhor, enfim, a tecnologia trouxe muitos avanços na tecnologia. O produtor pode evoluir com a gente. (Entrevistado nº6)

O desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias também é um fenômeno interessante de ser estudado. À medida que cresciam os investimentos e que novas demandas surgiam, as tecnologias passavam a ser incorporadas no trabalho do agrônomo. No relato que se segue, o entrevistado nº3 nos narra o início do trabalho de sensoriamento remoto em Goiás, e de como o uso dessa ferramenta demorou a ser compreendido pelos profissionais de agronomia.

Então eu descobri que o currículo mínimo de agronomia tinha aerofotogrametria, fotointerpretação mas que ninguém dava, porque ninguém sabia o que era aquilo. Aí eu pensei, “ah, eu vou dar uma variada nisso”, então eu resolvi fazer um mestrado nessa área, lá em Santa Maria. Fiz o mestrado nessa área, voltei e criei essa disciplina lá, pra área de geografia, engenharia civil e agronomia. E fiquei lá até aposentar. Por isso que você tá me vendo aqui com esses mapas pendurados na parede (risos) [...] Só que agora mudou, porque naquela época a gente trabalhava só que imagem de avião, e hoje é só imagem de satélite. E então a gente aplica isso na agronomia, em florestas, campos de produção, campos de safra, tudo que você imaginar na área de agronomia você pode aplicar [...] Quando eu voltei do mestrado ainda não existia a disciplina. Eu tive que dar três anos de cursos livres dessas áreas. E como eu tinha o trunfo na mão, já que a disciplina era obrigatória, eu fiz com que a universidade colocasse a disciplina como obrigatória depois desses três anos. Aí eu comecei a dar aulas e começou a haver divulgação. Eu lembro bem que o Ministério e a Secretaria da Agricultura, o Idago, o Banco

do Brasil, o IBGE, começaram a me solicitar pra dar curso para os profissionais, porque era um campo que tinha aplicação pra todos eles. E logo em seguida vieram as imagens de satélite – o que facilitou muito. Para o IBGE foi muito importante, porque tinha então uma imagem de satélite que cobria uma área de 220 km x 220 km e era só calcular as áreas depois. Porque antes o IBGE chutava demais, e até hoje chuta muito (risos), porque como eles vão saber a área de cada plantação? E no entanto as estatísticas saíam. Só que os profissionais da agronomia têm uma mentalidade muito agrícola, e não enxergam que o sensoriamento remoto é uma ferramenta muito útil. (Entrevistado nº3)

As inúmeras variáveis que impactam o trabalho do engenheiro agrônomo, influenciam, logicamente, a idéia de um profissionalismo na agronomia. A maior intelectualização dos profissionais oriunda de um maior distanciamento do trabalho manual, simbolicamente menos valorizado, permite uma maior aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica – algo que os profissionais de outrora não podiam exercer. Nesse ponto, o distanciamento do agrônomo em relação a ocupações menos valorizadas como a de técnico agrícola se consolida, mas ao mesmo tempo, a vivência que muitos sujeitos das demais ocupações similares e menos valorizadas possuem, fazem deles concorrentes de uma parcela do mercado de trabalho em que não se exige credenciais ou autorizações legais que somente o agrônomo tem. Desse modo, o mercado de trabalho se segmenta e as variáveis tecnologia e ensino se mesclam com demandas do mercado de trabalho num sentido maior, como competências, especialização, empregabilidade e informalidade. A divisão do trabalho é tênue e além disso é simbolicamente orientada, tal como Freidson afirma, “não é a diferenciação lógica ou funcional de tarefa que constitui a realidade histórica da especialização, mas a diferenciação social do trabalho produtivo que é *interpretada* como diferenciação de tarefa” (1998, p.88). A diferenciação entre funções sagradas e profanas, o porte de diplomas, a utilização de tecnologias, a ampliação da formação acompanhada de uma exigência para a especialização, a crise de empregos, são todos fenômenos que tornam a questão da formação de um mercado de trabalho algo complexo. Uma das estratégias utilizadas pelas associações profissionais é a defesa do mercado de trabalho, uma luta jurisdicional tal como é amplamente discutida na literatura sobre sociologia das profissões. Sobre esse ponto, nos deteremos a seguir ao tratar dos relatos de nossos entrevistados acerca do associativismo profissional e da proteção do mercado de trabalho.

TESTANDO TEORIAS: ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL E PROTEÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A tradição de estudos sobre as profissões tem sido criticada, por vezes, de se limitar a uma espécie

de institucionalismo²⁷ Profissionalismo, por exemplo, é um termo que tenta dar conta de uma realidade maior do que a simples busca por uma proteção legal do mercado de trabalho; afinal de contas, a partir da idéia de profissionalismo levamos em consideração tanto os fatores de ordem materiais quanto simbólicos e toda a correlação existente entre as diversas variáveis expressas nesses dois pólos e a constituição de uma profissão. Nos termos de Johnson, profissionalismo é “um modo de organizar uma ocupação. Ele representa muito mais que um simples status, pois produz identidades ocupacionais distintas e abrigos exclusivos no mercado que mantém cada ocupação separada das outras e, frequentemente, em oposição a elas” (Apud, Freidson, 1998, p.51). Assim, a contínua luta por um mercado de trabalho mais favorável ao agrônomo se mescla aos processos de divisão do trabalho e de identidades ocupacionais que se desenvolvem nos cotidianos de trabalho.

Na base, então, do mundo do trabalho cotidiano do qual abstraímos concepções sobre a divisão do trabalho, parece correto ver na divisão do trabalho um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas...[no entanto] deve-se considerar que a interação que ocorre na divisão do trabalho opera dentro de certos limites amplos e permissivos como aqueles tratados por ecologistas, teóricos organizacionais e outros [...] Na base, então, do mundo do trabalho cotidiano do qual abstraímos concepções sobre a divisão do trabalho, parece correto ver na divisão do trabalho um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas...[no entanto] deve-se considerar que a interação que ocorre na divisão do trabalho opera dentro de certos limites amplos e permissivos como aqueles tratados por ecologistas, teóricos organizacionais e outros”. (id, p.95).

Para exemplificarmos esta complexidade do fenômeno do profissionalismo, no caso brasileiro há certamente um ingrediente que a literatura estrangeira não considera: a questão da deficiência dos cursos e do aumento exagerado do número de faculdades. É certo que este fenômeno tem relações diretas com a constituição do grupo profissional e certamente cria hierarquias dentro do grupo, já que alguns diplomas são mais do que desvalorizados, frutos de um processo de mercantilização do ensino – o que gera desconfiança por parte do empregador e, em termos gerais, da clientela:

²⁷ O institucionalismo de escolha racional parte do princípio de que o contexto institucional é uma variável independente na explicação das ações dos indivíduos. Nesse sentido, o comportamento dos indivíduos é tido como uma resposta que busca maximizar os ganhos no contexto institucional em que eles estão inseridos. Importante ressaltar que também é possível identificar um tipo de institucionalismo mais flexível, chamado de institucionalismo histórico. De acordo com Perissinoto (2004) a diferença entre estas duas vertentes institucionalistas reside, principalmente, no fato de que, para a primeira, os indivíduos agem racionalmente no contexto institucional ao utilizar as regras do jogo no sentido de maximizar seus ganhos. Já para a segunda perspectiva a racionalidade é aceita de forma parcial, se fazendo necessário buscar outras características dos fenômenos sociais. Para o institucionalismo histórico, as ações dos indivíduos são vistas mais como uma adequação às normas institucionais do que como uma maximização de interesses. Devido ao fato do institucionalismo de escolha racional ser bem mais visível na produção científica brasileira, a maioria das críticas publicadas em periódicos da área de ciências sociais se refere a esta vertente.

Eu acho que é bom dentro dessa especialização. O ruim disso é só uma coisa: é que o mercado de ensino também também evoluiu muito e virou um comércio. Hoje existe o comércio do ensino, e com isso muito pilantra entra nessa área. Tem muitos curso vagabundo, muita escola vagabunda e o aluno nem sempre sabe disso. Mas mesmo assim, dentro de um curso ruim, se o aluno for bom ele acaba se saindo bem. Antes a integração com os professores era muito maior, hoje não tem tanto isso, e talvez seja algo negativo na formação dos profissionais. (Entrevistado nº4)

De repente, alguém pensando em mercado de venda de diploma – que é o que tem muito no Brasil – levando em consideração que noventa por cento dos diplomas no Brasil são objeto de negócio e mais nada. Você pode olhar nas escolas. O ensino é uma justificativa, porque o objetivo é vender diploma. É assim que acontece nos cursos que surgem aí em todas as esquinas. Isso desqualifica as profissões que existem. O sujeito legalmente tem as mesmas atribuições do que outro que teve uma formação sólida e concorre no mercado em condições de igualdade do ponto de vista legal, e quem tá contratando não sabe dessas diferenças discrepantes de formação, pra ele tudo é igual. Pra quem é leigo, tudo é igual, e o profissional que oferece o serviço mais barato é contratado. Além do mais, as instituições do tipo CREA, que deveria fiscalizar abusos cometidos por profissionais, têm perdido cada vez mais estrutura, que não evolui. Então não há fiscalização profissional em quase todas as áreas. Na minha área mesmo a fiscalização é muito deficitária. A qualidade do profissional não é avaliada. Então cada vez mais vai se tornando uma promiscuidade de profissões. (Entrevistado nº2)

Como o conhecimento em si não dá um poder especial, mas somente o conhecimento exclusivo dá poder a seus detentores (Freidson), a preocupação com a formação e com o credenciamento de novas ocupações similares junto Crea é presente em alguns de nossos entrevistados. Em sentido oposto, outros entrevistados acreditam que a especialização e o surgimento de novas ocupações sejam algo natural. Opiniões distintas sobre o mesmo fenômeno são algo que o cientista social enxerga como um prato cheio. Assim, a fim de entendermos melhor estas distintas opiniões, temos que primeiramente levar em consideração que o perfil de nossos entrevistados inclui a participação em diretorias da associação dos engenheiros agrônomos de Goiás. Isso significa que as discussões sobre a “pulverização” do ensino agrônomo e sobre o surgimento de novas ocupações e a constante crítica por parte da organização nacional, a FAEAB, não encontra eco em todas as diretorias de associações profissionais em nível estadual. Toda a crítica que foi vista por parte das lideranças da FAEAB no capítulo anterior se dá por conta do ensino de agronomia que se espalhava por todo o país sem o devido controle, mas a questão da especialização e do surgimento de novas ocupações era timidamente comentado. Os nossos entrevistados que têm opinião negativa em relação a este processo seguem em linhas gerais o comentário do entrevistado nº 2:

Olha, em termos de demanda de mercado para o serviço de agronomia, de emprego, isso diminuiu muito de lá

pra cá, principalmente nos órgãos públicos, isso porque tinha muito serviço nos órgãos públicos. Hoje isso nem mais existe, eles estão até deixando esvaziar isso tudo. Agora no ponto de vista do trabalho, na profissão, melhorou muito, mas melhorou pra poucos. Você sabe que em toda profissão, existem poucos, uns cinco por cento, querem realmente ter sucesso na profissão. Uma ampla maioria só quer o diploma e arrumar um emprego, e acaba morrendo no emprego. Alguns até querem algo maior, mas não têm um objetivo maior, e acabam estagnando. O profissional que se dedica tem mercado garantido.

Eu acho isso de certa forma um retrocesso. Seria muito melhor se ficasse como ficou a advocacia, por exemplo. Todos são advogados e todos são médicos, mas todos têm especialidades. Eu acho isso muito mais fácil até do ponto de vista do controle do Estado sobre as profissões, porque tem muita safadeza nas profissões. E é o Estado que controlaria isso por lei. Ele não dá conta se ficar assim, pulverizado, como em muitas profissões está ficando. Na minha, por exemplo, nós tínhamos duas profissões que lidavam com temas de agricultura e pecuária, que eram agronomia e veterinária. Aí depois surgiu a zootecnia, depois a engenharia florestal. A zootecnia, por exemplo, está entre a agronomia e a veterinária, ou seja, existem duas profissões que têm mais condições de fazer um melhor serviço do que ela. Agronomia e veterinária têm as atribuições de zootecnista, enquanto o zootecnista só tem as atribuições dele. Isso não é uma coisa boa pro zootecnista, por exemplo, e nem pro mercado de trabalho. Por o nosso mercado é diversificado, mas não estamos em condições do sujeito demandar um zootecnista pra determinada função e um agrônomo pra outra, por exemplo, naquela região ou naquela fazenda. Da mesma forma engenharia florestal e engenharia agrícola. Antigamente todo serviço de engenharia florestal era feito pelo engenheiro agrônomo, tanto que as escolas de engenharia de florestal começaram com professores de agronomia (Entrevistado nº2).

Já as opiniões que tratam a questão da especialização e do surgimento de novas ocupações como algo natural, tendem a comparar com o contínuo processo de especialização na agronomia e demais ciências agrárias com profissões do tipo medicina e mesmo com narrativas que tratam da especialização como algo típico da vida humana, como se vê abaixo:

Eu acho que todo setor da vida humana, mais cedo ou mais tarde, traz a especialização. Então na minha época eu agrônomo e era responsável por tudo. Hoje tem agrônomo voltado só pra silvicultura, pra soja, pra fertilizantes, enfim o desenvolvimento cria a necessidade disso e eu tenho plena certeza que isso não traz prejuízo pra categoria nenhuma. Leva você a se virar mais, a se interessar mais, a estudar mais, a lutar mais. Porque se eu ficar como agrônomo no geral é muito difícil, a agronomia é muito vasta. Você tem que ser especialista só em leguminosas, ou só em milho, enfim. Essa criação de cursos, no meu pensamento, é vantajosa. (Entrevistado nº6)

Foi especializando, né? Isso é igual na medicina, onde a pessoa se forma e pois vai se especializando. E com essa brincadeira na agronomia saiu a Engenharia Agrícola, a Engenharia Florestal, a Zootecnia. Então o agrônomo tem a visão geral de tudo, extensionista, parteiro, alimentação, aplicação de vacina, fabricação de queijos...Ah, tem a Engenharia de Alimentos. E eu acho isso interessante, porque vamos supor: o cara que gosta de alimentos, pra ele não interessa estudar um monte de disciplina que não tem nada a ver com isso, e então ele já vai pra engenharia de alimentos. O cara vai se especializar bem mais do que o agrônomo, que só vê aquilo superficialmente. Não tem como comparar o cara que fez quatro ou cinco anos de engenharia de

alimentos, com outro que fez um semestre. Então eu acho que isso foi bom. O cara se especializa mais, há uma evolução maior naquela área. (Entrevistado nº3)

No que se refere às motivações para a entrada no associativismo profissional, o que se nota é um tipo de ligação que muito tem a ver com as trajetórias de um grupo ocupacional ainda em processo de profissionalização – sem querer me colocar em termos de mensuração de um grau de profissionalização, como queriam alguns estudiosos da temática. A fundação da FAEAB e das associações profissionais em nível estadual, bem como a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo datam da década de 1960, e por isso, esta década se revela como a mais frutífera para o estudo da construção do profissionalismo na agronomia. A entrada dos sujeitos pesquisados na associação profissional de Goiás, por exemplo, segue por vezes motivações que tinham por fim uma maior regulação e a conquista de um maior status da profissão. No caso a seguir, o entrevistado nº 5 nos relata sua trajetória estudantil e como o associativismo ligado à profissão esteve intimamente ligado à sua formação desde os tempos da universidade:

Já no segundo ano me candidatei a vice-presidente e fui eleito. No terceiro ano eu fui eleito presidente do diretório acadêmico, e essa época foi de grande atividade do diretório. Era uma liberdade total. Você não tinha freios nenhum do ponto de vista policial e a gente depois nós achamos, como membros da união metropolitana de estudantes, que o agrônomo não tinha voz dentro da união metropolitana de estudantes. E eu achei aquilo estranho, e tratei de fomentar a fundação do diretório central dos estudantes de agronomia do Brasil. E com a ajuda do escritório técnico de agricultura, nós fizemos um congresso em Areias, na Paraíba, onde foi criado o diretório central dos estudantes de agronomia e eu fui eleito o primeiro presidente desse diretório. Hoje é a federação dos estudantes de agronomia do Brasil. Isso me deu uma projeção no sistema estudantil na época, até que eu fui eleito presidente do congresso nacional de UNE, em Friburgo. Isso foi um avanço muito grande para os estudantes de agronomia

Naquela época não queríamos a imediata criação de escolas. Nós tínhamos como fundamental a valorização do profissional de agronomia, daqueles que já estavam trabalhando, quase no anonimato. Não tinha reconhecimento e o mercado de trabalho era muito resumindo. Nós pretendíamos ampliar o mercado de trabalho, começar a exigir que o profissional ocupasse o lugar de acordo com a legislação existente, já que era tudo improvisado, em todos os órgãos públicos. Era tudo comandado por leigos, então a nossa maior bandeira era colocar o engenheiro agrônomo no seu devido lugar. E se você notar na Crea, uns dos primeiros dirigentes de lá foi um engenheiro agrônomo. Depois disso teve agrônomo sendo secretário de agricultura, coisa que a gente nem cogitava antes. E depois disso houve um retrocesso, porque a política começou a dominar a área da agronomia, da agricultura, então os cargos principais passaram a ser ocupados por políticos. (Entrevistado nº5)

A defesa profissional ficava clara em alguns depoimentos, assim, a carreira de diretor ou presidente da associação profissional também se mesclava com a de conselheiro do Crea – órgão responsável pelo controle profissional. Como eleições para conselheiro do Crea tinham representatividade por profissão, o cargo de conselheiro muitas vezes nascia dentro da associação

profissional, embora as motivações pudessem ser diferentes para o ingresso nessas duas instituições.

Isso porque a função do CREA é atender à sociedade primeiro, e depois as profissões. Nesse sentido que eu vejo o papel de um conselheiro do CREA, porque ele é eleito dentro da associação profissional pra ser representante da associação dentro do CREA. É importante que o profissional dentro da associação faça alguma coisa pela profissão e pela sociedade acima de tudo. A associação é da classe, mas o CREA não, o CREA tem por função proteger a sociedade, mas pra proteger a sociedade o CREA precisa controlar o exercício das profissões. (Entrevistado nº2)

Em um único caso, a defesa profissional se mesclou com elementos políticos partidários no que se refere às motivações para entrada na profissão:

No caso da AEAGO foi mais uma reação contra uma situação quase nacional. A esquerda radical tava avançando muito. Os profissionais de um modo geral não participavam dos debates, e estava virando um grande auê por parte do pessoal de esquerda dentro da associação. Era de um modo geral gente que só tumultuava. E chegou uma época em que eu chamei meus colegas e disse que o pessoal tava muito afastado e do jeito que tá daqui um pouco a gente não vai poder nem falar mais. A gente precisava reagir. Então começou um processo de discussão, e acabamos participando de eleições e participando de algumas diretorias. E então a gente conseguiu pelo menos equilibrar um pouco a situação. Nós começamos a fazer alguns cursos de defensivos agrícolas com parcerias das empresas e fomos bastante criticados pelo pessoal de ala mais radical de esquerda, principalmente o pessoal do sul. Eles diziam que nós estávamos nos vendendo para as multinacionais, e não era nada disso. Nós estávamos aproveitando os recursos das multinacionais pra bancar os nossos cursos, mas os professores eram todos universitários e técnicos que não tinham nada a ver com as empresas. Conseguimos com isso alertar as pessoas sobre os defensivos agrícolas [...] Durante essa participação na AEAGO eu tive a oportunidade de acompanhar o presidente do CREA numa visita até Jataí, e isso ocasionou um grande choque pra mim. Ocorreu que numa reunião de profissionais lá em Jataí, um colega levantou-se durante a plenária e disse: “eu nunca sonhei em conhecer um presidente do CREA”. Eu achei aquilo esquisito porque um colega nosso, como outro qualquer, como ele pode achar que nunca poderia conhecer um presidente do conselho. Daquele dia em diante eu pensei: “eu tenho que entrar nesse negócio”. Então logo em seguida teve uma eleição, eu participei, ganhei e fui ser conselheiro do CREA. Lá nós fizemos um trabalho grande de interiorização. Fui muito criticado na época pelo pessoal da engenharia civil, achando que a gente tava viajando muito. Mas a gente vivia fazendo reunião no interior, falando sobre CREA, sobre a importância de participar e tal. Até um dia lá em Gurupi vieram alguns engenheiros civis reclamando e eu disse: “olha, nós não temos nada a ver com isso. Nós somos da câmara de agronomia. Cobrem vocês a câmara de engenharia civil uma maior participação dela. Cobrem a vinda deles”. E acabou que eles tiveram que ir pro interior também. Nós acabamos forçando a barra. E com aquilo o CREA começou a criar algumas inspetorias no interior. Quando eu estive na AEAGO, nós fizemos um grande trabalho de reciclagem. Salvo engano foram trinta e oito eventos técnicos no estado inteiro. A gente arrumava patrocínio. E construí a sede ao longo do tempo (Entrevistado nº4).

Os relatos sobre as opiniões e vivências dos sujeitos entrevistados em relação à defesa profissional, associações profissionais e a problemática da especialização e seus impactos sobre o mercado de trabalho, indicam que muito do que se fala em termos das profissões como mercado de trabalho fechado se confirma. Todavia as representações sobre a especialização e o surgimento de novas ocupações similares a de engenheiro agrônomo nem sempre tendem a desqualificá-las com o intuito de defesa do mercado de trabalho do engenheiro agrônomo, já que a agronomia é percebida como uma espécie de “mãe” das demais profissões agrárias, e ao agrônomo muitas vezes recai a função de chefia de equipes de trabalho nas quais outros profissionais fazem parte. Assim, convém mais uma vez lembrar Eliot Freidson, quando este explana sobre a divisão do trabalho, que mais do que uma causa institucional, tem sua fonte nas interações que se constroem nos locais de trabalho:

Em si e por si, as atividades concretas de trabalho da divisão do trabalho são de caráter interativo e emergente. Indivíduos e grupos estão engajados num processo contínuo de conspiração, evasão, negociação e conflito enquanto lidam com variadas circunstâncias e situações de seu trabalho, em certo sentido moldando os termos, as condições e o conteúdo de seu trabalho independentemente do modo formal que está sendo usado para justificar, controlar ou conceituar suas atividades. É nessa realidade última que é responsável por confundir os contornos e desequilibrar a simetria dos planos formais e dos conceitos. (1998, p.93-4)

A divisão do trabalho e a construção de um mercado de trabalho para o engenheiro agrônomo requerem o estudo de situações em que as construções formais deste processo se materializaram. Como dissemos no capítulo anterior, o associativismo profissional foi de fundamental importância para o fortalecimento e a construção de um profissionalismo na agronomia. Entretanto, a partir dos relatos que foram expostos neste capítulo, percebemos que no dia-dia de trabalho, a construção de uma profissão se dá de maneira mais complexa e relacionada com diversas variáveis. A mescla entre as vivências destes sujeitos a história da profissão e dos encontros promovidos pela associação nacional, a FAEAB, nos mostram como um segmento específico da classe trabalhadora, mais qualificado e ligado a uma classe média, vivencia o trabalho de maneira diferente do que grande parte da literatura sobre o trabalho costuma analisar, já que os estratos mais baixos da classe trabalhadora foram tradicionalmente mais estudados. O chamado profissionalismo, esta maneira de perceber o trabalho, é fruto de uma construção constante e que demanda a compreensão tanto de uma perspectiva material, dos constrangimentos que submetem diversos estratos da classe trabalhadora, bem como as ações políticas e o cotidiano do trabalho. No tópico seguinte, veremos como dentro de um grupo profissional se estabelecem hierarquizações e distinções entre grupos, a partir de um recorte macro sobre a situação das mulheres na agronomia.

MULHERES NUMA OCUPAÇÃO MASCULINIZADA

Ao lado da constituição de um grupo profissional, um dos grandes debates em sociologia das profissões é a transição da representação das profissões como grupos homogêneos para grupos com diversos atores, com diversas segmentações e projetos que disputam espaços nos níveis internos do grupo. Assim, a diferenciação interna ocorre paralelamente a uma desigualdade de poder entre indivíduos nos grupos profissionais. A seguir tentaremos discutir uma destas distinções e desigualdades internas aos grupos profissionais, a partir da dimensão de gênero e sua construção histórica na agronomia.

Ao lado das interações que são apreendidas em níveis de análise micro, podem também se verificar as desigualdades que são apreendidas em termos quantitativos, a partir da análise de dados fornecida pela RAIS, que possibilita analisar o quantitativo salarial, os vínculos predominantes, as jornadas de trabalho, além de outras variáveis. Desta maneira, de acordo com a RAIS do ano de 2006, dos 15120 agrônomos registrados nas bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 12866 eram homens e 2254 eram mulheres. Em termos de renda média recebida por esses trabalhadores, as desigualdades salariais se estabelecem a partir das faixas salariais mais altas:

	Total	Frequência
De 7,01 a 10,00 salários mínimos		
Masculino	3.007	19,89
Feminino	486	3,21
Total	3.493	23,10
De 10,01 a 15,00 salários mínimos		
Masculino	2.823	18,67
Feminino	411	2,72
Total	3.234	21,39
De 15,01 a 20,00 salários mínimos		
Masculino	1.684	11,14
Feminino	253	1,67
Total	1.937	12,81
Mais de 20,00 salários mínimos		
Masculino	2.150	14,22
Feminino	322	2,13
Total	2.472	16,35
Total		
Masculino	12.866	85,09
Feminino	2.254	14,91
Total	15.120	100,00

Fonte: RAIS/MTE 2006, elaboração do autor.

As diferenças ficam evidenciadas quando são evidenciados os dados referentes às faixas salariais mais baixas. Os diferenciais nas frequências se tornam menores à medida em que as faixas salariais ficam menores. O fato de se encontrarem salários menores para as mulheres é algo amplamente avaliado pelos estudos sobre trabalho e gênero.

TABELA 02
Desigualdade salarial e gênero entre eng. agrônomos, até 7 sal. Mín. – 2006

	Total	Frequência
Até 0,5 salário mínimo		
Masculino		0,03
Feminino		0,01
Total		0,04
De 0,51 a 1,00 salário mínimo		
Masculino	54	0,36
Feminino	9	0,06
Total	63	0,42
De 1,01 a 1,50 salários mínimos		
Masculino	58	0,38
Feminino	10	0,07
Total	68	0,45
De 1,51 a 2,00 salários mínimos		
Masculino	110	0,73
Feminino	26	0,17
Total	136	0,90
De 2,01 a 3,00 salários mínimos		
Masculino	322	2,13
Feminino	88	0,58
Total	410	2,71
De 3,01 a 4,00 salários mínimos		
Masculino	428	2,83
Feminino	144	0,95
Total	572	3,78
De 4,01 a 5,00 salários mínimos		
Masculino	544	3,60
Feminino	128	0,85
Total	672	4,44
De 5,01 a 7,00 salários mínimos		
Masculino	1.681	11,12
Feminino	376	2,49
Total	2.057	13,60

Fonte: RAIS/MTE 2006, elaboração do autor.

Para Oliver (2007), a masculinização da agronomia é historicamente observável. Segundo pesquisa da autora em escolas agrícolas por todo o país,

O pequeno ingresso de mulheres nas escolas superiores de agricultura também foi marcante no período posterior a essa data e até 1950. No quadro geral do ensino superior brasileiro, nessa mesma época, outras profissões foram procuradas pelas mulheres – odontologia, farmácia, música e, em um segundo plano bem distante, medicina, direito, pedagogia e economia [...] Nos registros do corpo discente da EAB, da ENA e da ESALQ constam apenas 21 mulheres entre os 2090 registros compilados nas pastas de alunos entre 1930 e 1950. Dessas 21 alunas, dez formaram-se na ESALQ, nove na ENA e duas na EAB. A estas podemos somar mais 26 outras mulheres formadas em outras escolas superiores de agricultura na mesma época (2007, p. 368).

Em texto redigido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará, na ocasião do VII Congresso Brasileiro de Agronomia, no ano de 1971, há um interessante apelo feito no sentido de que se colocasse em meio as proposições a serem discutidas no congresso, a situação da mulher na profissão, e o aproveitamento das profissionais em obras que demandariam a presença de profissionais da agronomia. Afirma a carta que

dirige o se consciente e patriótico apelo, por intermédio de Vossa Excelência Sr. Presidente da República, no sentido de que se promova a mais completa mobilização do pessoal técnico em agronomia, mediante uma política de franquia de oportunidades nos setores públicos e privados, possibilitando ainda o imediato treinamento, atualização de conhecimentos e especialização dos engenheiros agrônomos do norte e nordeste e conseqüente aproveitamento nas frentes de integração nacional, compreendendo a colonização da Transamazônica, área do PROTERRA, convênios estaduais, federais e municipais. Cabe especial atenção no aproveitamento do elemento feminino na agronomia (ANAIS DO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1971, p50).

No mesmo documento indicava-se que, naquele momento, das 37 agrônomas formadas entre 1969 e 1971, 25 estavam desempregadas.

Ainda de acordo com Oliver, os motivos encontrados para o ingresso das mulheres nos primórdios do ensino de agronomia no Brasil se ligam a antecedentes familiares e se dá num ambiente em que a representação da mulher não se liga à ciência e à modernização do campo. Outro fato que merece destaque é a representação destas mulheres como não ligadas ao feminino. Para a autora,

elas também foram retratadas como mulheres sem vaidades, fazendo notar a simplicidade de uma ou a falta de tovelinhos de outra, ou, ainda, pelo fato de não terem cedido ao cortejo dos colegas de turma, deixando suas potencialidades naturais para depois [...] para serem reconhecidas profissionalmente, as qualidades tidas "comumente" como femininas foram afastadas tanto no espaço físico como no espaço simbólico da escrita

(2007, p. 384).

Este afastamento do feminino vai ao encontro do estudo realizado por Jorgensen (2002), para quem as mulheres ao ingressarem nas carreiras ligadas à engenharia posicionam seu *self* a partir de um homem conceitual, uma espécie de destino a ser perseguido – lembrando o esquema formulado por Hughes anteriormente citado. Para Jorgensen, a maternidade é um momento chave neste processo de trabalho emotivo, em que ao se apresentarem como mães, as mulheres se separam deste ambiente que elas mesmas tentam negar como dividido em termos de gênero. Sobre esta questão da maternidade, uma das entrevistadas de um estudo feito por Ranson (2005) afirma que só é possível conciliar a carreira de engenheira e de mãe se quiser trabalhar em tempo parcial.

TABELA 03

Gênero e jornada de trabalho semanal entre engenheiros agrônomos - 2006

Gênero	Até 12	13 A 15 H	16 A 20 H	21 A 30 H	31 A 40 H	41 A 44 H	45 A 48 H	Mais	Total
	HS	S	S	S	S	S	S	de 48	
Masculino	73	19	160	982	7,075	6,301	0	0	14,610
Feminino	20	6	36	244	1,573	963	0	0	2,842
Total	93	25	196	1,226	8,648	7,264	0	0	17,452

Fonte: RAIS/MTE 2006, elaboração do autor.

De acordo com a Tabela 3, as diferenças entre as frequências também se acentuam à medida em que aumenta a carga horária de trabalho semanal. Estes dados tendem a reforçar o que foi relatado no estudo de Ranson e Jorgensen. A jornada de trabalho é um importante indicador das diferenças de tratamento e de possibilidades de trabalho dentro de uma determinada ocupação. Assim, num setor típico onde os engenheiros agrônomos atuam, o setor de serviços, e onde a maioria dos postos de trabalho formais se encontra em condições de jornada de trabalho flexível, é interessante notarmos a predominância da mão-de-obra feminina sob contratos temporários no setor de serviços, o que indica que as mulheres tendem a aceitar e se adaptar mais facilmente à condições de jornada de trabalho flexível.

Outro ponto relacionado à flexibilidade da jornada de trabalho que se mostra mais próxima à realidade das engenheiras agrônomas é o do tipo de vínculo, e em especial, os vínculos de trabalho temporário. Do mesmo modo como foi afirmado, nota-se discrepâncias quando analisamos a relação das frequências entre homens e mulheres em contratos temporários e em contratos de sem prazo de validade (Tabela 4). Assim, a relação se apresenta assimétrica quando comparamos estes percentuais com os apurados em trabalhos de vínculo empregatício de tempo integral (Tabela 5).

Outros aspectos podem ser discutidos neste trabalho a fim de problematizarmos os processos de heterogeneidade e desigualdades de oportunidades em grupos profissionais. A própria

institucionalização da agronomia no Brasil se constitui num processo fértil em termos de análise das relações entre ciência, mundo rural e do lugar na mulher na profissão. A produção sociológica acerca das relações de gênero no mundo das profissões tem dado especial ênfase às desigualdades de tratamento, de possibilidade de ascensão profissional em ambientes corporativos, de uma divisão de trabalho que é produzida em situações de interação que têm como um dos seus elementos a questão de gênero, além das desigualdades de ordem salarial. Além disso, pode-se destacar os diversos elementos que são utilizados para se identificar variáveis de gênero relacionadas à construção de estratégias por parte dos indivíduos que se encontram em posição desvantajosa em uma determinada ocupação em ambientes de empresa. Assim, uma série estudos vem sendo realizada a fim de buscar os recursos discursivos produzidos pelos agentes a fim de contornar ou de tentar estabelecer mudanças nas relações de trabalho que são mediatizadas pela questão do gênero. O fato de se constituir numa profissão amplamente masculinizada faz da engenharia agrônoma uma carreira especialmente interessante de análise das questões de gênero. Desta forma, alguns estudos destacam as estratégias identitárias e todo o trabalho emocional executado por mulheres nas mais diversas carreiras ligadas à engenharia (JAGACINSKI, 1987; JORGENSON, 2002; BAGIHOLE, 2005).

O que desejamos é ressaltar a construção histórica de uma profissão masculinizada e de que maneira as hierarquizações de gênero, dentre outras, se manifestam no grupo ocupacional em questão e se buscará entender de que maneira se apresentam as maneiras de “burlar” este ambiente – algo que se encontra pincelado nas estratégias de trabalho emocional e reposicionamento do *self* tal como Jorgenson entre outras autoras apresentam. Outro estudo interessante é o Daune-Richard (2003), que trata da maneira com a estratificação que se percebe no mundo do trabalho, que se apresenta de várias maneiras passa, sem sombra de dúvidas, pelo filtro das relações de gênero. Tal como tem sido amplamente discutido na sociologia do trabalho contemporânea, a desigualdade entre homens e mulheres que se percebe nas ocupações e profissões bem como na estrutura das empresas se dá num espaço onde as representações sociais, o ideário e a cultura do trabalho corroboram a quase separação das expectativas e do desempenho alcançado por homens e mulheres no trabalho. Obviamente não se está aqui querendo reificar os conceitos de cultura, ou mesmo de ideário e representações sociais. Em termos gerais, todo esse processo de construção simbólica, de construção da sociedade, é realizado pelos indivíduos que são, por sua vez, “influenciados” pela própria cultura, tal como nos lembra Norbert Elias. Nesse sentido, o mundo do trabalho também se enquadra nesse processo de construção de percepções, de visões de mundo, ou - para usar propriamente a teoria à qual se filia Daune-Richard – de representações sociais.

A autora destaca que três pontos centrais nesta discussão. São eles: o fato de que os trabalhos de chefia e de ordem técnica são de caráter masculino e que o trabalho no setor de

serviços abriga grande parte dos empregos femininos. Nesse sentido, a técnica aparece como um componente da masculinidade, como uma disputa nas relações de gênero. Na modernidade a técnica é percebida como aquilo que age sobre a natureza, como aquilo que domina e supera a natureza. O homem é visto nesse processo como o detentor dessa capacidade de portar a técnica, de dominar a natureza, enquanto a mulher é tida como submissa à natureza. “Se o masculino é associado à modernidade da razão, do trabalho, da liberdade e do cidadão, o feminino é ligado à antiga ordem social da família, da dependência e da naturalidade” (2003, p.70). O trabalho técnico é, assim, valorizado e amplamente dominado pelo elemento masculino. Já nos serviços, com exceção dos cargos de autoridade, há uma marcação de que este é o lugar, por excelência, da mulher. Mesmo se há um componente técnico no trabalho, este é desqualificado pelo fato de ser feminino. Um exemplo interessantíssimo é o da profissão de enfermeira – amplamente dominado pelo desenvolvimento tecnológico mas que é percebido como um trabalho de cuidado, de vigilância e de um esforço intelectual pequeno²⁸. O emprego industrial de certa forma se opõe ao emprego no setor de serviços, dada a ampla formação que se exige em termos técnicos da primeira, enquanto a última se dá mais por competências comunicativas oriundas do processo de socialização e da experiência profissional.

As representações sociais do trabalho exprimem um valor diferente ao trabalho do homem em relação ao da mulher. “No mundo do trabalho, essa operação passa pela qualificação dos empregos passa pela qualificação dos empregos enquanto ‘estimação do seu valor social’”(id, p.76). O gênero daquele que ocupa o cargo marca a representação de seu ofício, demonstrando que não só os ofícios têm sexo. Mesmo na entrada do século XXI percebe-se essa distinção, essa estratificação nas relações de trabalho – algo que parece que deve permanecer ainda por muitos anos.

²⁸ Um estudo interessante sobre a condição do trabalho na enfermagem e das suas transformações nos últimos tempos é o de BIALAKOWSKY, Alberto L. et al . Uma sociologia do trabalho contrastada. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 241-263, 2006.

TABELA 04

Tipo de vínculo empregatício e gênero entre engenheiros agrônomos (trabalho temporário) - 2006

	Total	Frequência
Trabalhador temporário, regido pela Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974		
Masculino	4	0,03
Feminino	3	0,02
Total	7	0,05
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.		
Masculino	110	0,73
Feminino	15	0,10
Total	125	0,83
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.		
Masculino	1	0,01
Total	1	0,01
Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa jurídica por t...		
Masculino	18	0,12
Feminino	1	0,01
Total	19	0,13
Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa física por tem...		
Masculino	10	0,07
Feminino	1	0,01
Total	11	0,07
Diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS.		
Masculino	39	0,26
Feminino	20	0,13
Total	59	0,39
Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nr. 9.601, de 21 de janeiro de 1998.		
Masculino	14	0,09
Feminino	4	0,03
Total	18	0,12
Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nr. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nr. 9.849, de 26 de outubro de 1999.		
Masculino	3	0,02
Feminino	1	0,01
Total	4	0,03
Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Estadual		
Masculino	3	0,02
Feminino	2	0,01
Total	5	0,03
Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Municipal		
Masculino	10	0,07
Total	10	0,07

Fonte: RAIS/MTE 2006, elaboração do autor.

TABELA 05

Tipo de vínculo empregatício e gênero entre engenheiros agrônomos (Contratos sem prazo de validade) - 2006

	Total	Frequência
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.		
Masculino	8.280	54,76
Feminino	1.410	9,33
Total	9.690	64,09
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.		
Masculino	155	1,03
Feminino	23	0,15
Total	178	1,18
Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.		
Masculino	261	1,73
Feminino	30	0,20
Total	291	1,92
Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.		
Masculino	585	3,87
Feminino	60	0,40
Total	645	4,27
Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência		
Masculino	3.031	20,05
Feminino	591	3,91
Total	3.622	23,96
Servidor regido pelo regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social		
Masculino	108	0,71
Feminino	18	0,12
Total	126	0,83
Servidor público não-efetivo (demissível <i>ad nutum</i> ou admitido por legislação especial, não regido pela CLT).		
Masculino	233	1,54
Feminino	74	0,49
Total	307	2,03
Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra) para o qual é devido depósito de FGTS - CF 88, art. 7, inciso III.		
Masculino	1	0,01
Feminino	1	0,01
Total	2	0,01

Fonte: RAIS/MTE 2006, elaboração do autor.

CONCLUSÃO

Com larga tradição na produção sociológica norte-americana, os estudos sobre as profissões vêm consolidando aos poucos no Brasil, ampliando as possibilidades da análise sobre o mundo do trabalho. Como foi dito, uma abordagem sociológica sobre as profissões permite ligar corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo (FREIDSON, 1995). Este trabalho objetivou interpretar o processo de profissionalização na agronomia e o modo como o trabalho é vivenciado por engenheiros agrônomos, tentando assim confluir no conceito de profissionalismo – uma importante forma de enxergar o trabalho a partir de um segmento tipicamente da classe média, em que as variáveis de análise tipicamente estudadas junto a trabalhadores *blue collar* não são tão adaptáveis. Buscou-se, assim, através de uma articulação entre entrevistas semi-estruturadas e uma pesquisa histórica sobre a profissão, a construção de um profissionalismo na agronomia.

Fica claro que a maneira como estes profissionais percebem o trabalho reforça a necessidade de um referencial que extravasa a noção de identidade a partir do trabalho, já que muitas vezes o próprio ambiente de criação, a educação recebida em casa, a vivência na fazenda compõem um elemento de identificação comum para a maioria destes profissionais. Ao lado disso, o porte de um saber sistematizado, fruto de estudos na universidade, transpõe-se para a realidade agrícola como um instrumento de mudança, ou seja, o conhecimento adquirido se torna uma ferramenta de transformação da realidade a partir de um *approach* científico no meio rural. Este elemento converteu-se em importante fonte de legitimação do trabalho do agrônomo, tanto por parte de autoridades que lideravam associações profissionais, quanto de políticos que atuavam no sentido de defesa da profissão. Além disso, nos cotidianos de trabalho, o conhecimento técnico do agrônomo muitas vezes conflitou com saberes tradicionais de agricultores que, pela pouca escolaridade, além do não conhecimento do trabalho do agrônomo, relutavam em aceitar esta intervenção.

Os condicionantes de desenvolvimento de uma maior profissionalização na agronomia ligam-se a fatores de ordem política – a exemplo da ligação da FAEAB a parlamentares que lutavam pela regulamentação da profissão e de estabelecimento de um campo de trabalho exclusivo para o agrônomo – bem como de ordem financeira e

tecnológica. Isto porque que, a partir da década de 1970, o estabelecimento de linhas de crédito mais acessíveis no intuito de uma maior automatização da produção rural tornou o trabalho do agrônomo mais intelectualizado e com maiores condições de aplicação de conhecimentos que, muitas vezes, eram adquiridos durante a formação, mas que não encontravam ambiente para aplicação.

A relação com o Estado também constitui importante elemento nesta análise, uma vez que a falta de conhecimento da profissão por parte da população e o baixo nível de desenvolvimento tecnológico não favoreciam a contratação do agrônomo, como profissional liberal. Assim, a relação da profissão com o Estado, por intermédio de programas de extensão rural e instituições de crédito rural como o Banco do Brasil, gerou importantes fontes de trabalho para estes profissionais. Entretanto, a partir daí a condição do engenheiro agrônomo como profissional liberal fica bastante comprometida, e questionamentos sobre o papel do engenheiro nas organizações e dos impactos desta forma de inserção no mercado de trabalho sobre sua identidade profissional são levantadas. Entretanto, tal situação muda a partir de meados da década de 1970 e início dos anos 1980, quando o agrônomo começa a encontrar um campo de trabalho mais vasto na condição de profissional liberal, inclusive em campos de trabalho menos valorizados como a área de vendas.

Preocupações com o mercado de trabalho são constantes nos diversos congressos de agronomia, o que se revelou desde 1963 quando membros da antiga SBA resolvem constituir uma nova associação profissional, na ocasião com maior representatividade nacional, justamente objetivando uma maior divulgação e a consolidação da profissão de agrônomo nos níveis jurisdicionais e também junto à sociedade. A relação com a sociedade é um elemento bastante discutido na literatura sobre profissões enquanto elemento dos mais importantes no desenvolvimento de uma profissão (RODRIGUES, 2002); no caso da agronomia, fica clara a tentativa de disseminar a imagem e a importância do agrônomo como um agente promotor do desenvolvimento no meio rural. Imagens do agricultor como alguém que deveria ter seus métodos de trabalho modificados eram constantemente evocadas, e com isso o agrônomo seria esse profissional capaz de transformar o meio rural. A institucionalização de uma associação nacional de defesa dos profissionais, a FAEAB, veio imersa numa preocupação em tratar a profissão em sua missão social, qual seja, a de promotora do desenvolvimento agrícola. Com a regulamentação da profissão e o surgimento de novas elementos, como o aumento do número de cursos de agronomia e

o surgimento de novas ocupações correlatas, as demandas e os discursos de lideranças da associação mudam e a questão do controle jurisdicional da profissão, no sentido empreendido por Abbott (1988), ganha destaque a partir de então.

Interessante notar que o desenvolvimento do mercado de trabalho do agrônomo caminhou no sentido de uma busca de maior regulação do mercado de trabalho e excluía discussões que revelassem a heterogeneidade na categoria e as hierarquizações que se estabeleciam no interior do grupo profissional. Além disso, o cotidiano de trabalho do agrônomo, sua jornada de trabalho, os trabalhos dos quais era encarregado, as relações de poder nos ambientes de trabalho, a exploração de mão-de-obra qualificada em serviços às vezes não relacionados diretamente ao ofício de agrônomo não eram objeto de discussão. Em poucos momentos nota-se uma revelação de uma ou outra destas facetas, mas as demandas se restringem, *grosso modo*, à proteção jurisdicional do mercado de trabalho e a questões salariais. Hierarquizações no interior do grupo profissional são fenômenos típicos que se relacionam à heterogeneização e, no caso da agronomia, muitas vezes têm relação com a inserção do indivíduo dentro da profissão – já que algumas são simbolicamente valorizadas em detrimento de outras – e também da origem e da própria questão de gênero. Diferenciais de salário são notórios, assim como de jornada de trabalho e tipos de contratação quando se trata, por exemplo, da dimensão de gênero entre profissionais da agronomia. Diversas representações são constatadas entre mulheres que trabalham em profissões masculinizadas, o que muitas vezes traduz as desigualdades de oportunidade e também as estratégias subjetivas utilizadas a fim de superar tais obstáculos.

A relação com os clientes é outro elemento crucial para o entendimento do profissionalismo na agronomia, uma vez que a diferenciação entre níveis de conhecimento e as próprias matrizes de conhecimento – que outrora revelavam o claro embate entre formas científicas e tradicionais sobre a natureza e a produção agrícola – foi um elemento crucial para a consolidação da profissão de agrônomo. Entretanto o desconhecimento da profissão no seu início gerou uma série de dificuldades em termos de aplicação do conhecimento agrônômico em sua totalidade, já que os níveis de confiança necessários a uma relação entre cliente e profissional ainda não haviam adquirido o necessário para a formação de uma relação social no sentido weberiano do termo. Deste modo, o papel das associações profissionais e do Estado como promotores da profissão de agrônomo foi fundamental para a consolidação de níveis de aceitação dos produtores rurais em relação ao trabalho do agrônomo. A elevação dos níveis de

conhecimento por parte do produtor hoje em dia fazem a relação profissional/cliente um tanto diferente dos relatos dos anos 1960. A imposição do conhecimento do engenheiro agrônomo e a legitimação de sua atuação no meio rural constituíram, pois, um processo histórico em que diversos agentes se colocaram em prol deste fim. Este processo é uma fonte importante de identidade profissional, já que a contraposição do agrônomo em relação ao conhecimento rudimentar da realidade agrícola promove um processo de afiliação de sujeitos que se vêem na comum posição de interventores no espaço agrícola.

Importante ressaltar, então, que o profissionalismo enquanto um modo de vivenciar, de encarar o trabalho, é um fenômeno em construção, e que um olhar sociológico se insere como um elemento importante para elucidarmos as diversas manifestações do trabalho nas condutas humanas. A esta visão do trabalho correspondem ações diversas em relação a demais segmentos da classe trabalho, mas que nem sempre se opõem, visto que parcela significativa do que se apresenta a trabalhadores como um todo é determinada por modos de regulação da produção, e, portanto, fora do controle do indivíduo singular. A questão da estratificação social é, como se pode constatar, um elemento-chave para compreendermos diferenças no mundo do trabalho, e, mais do que isso, percebermos como relações de poder, a ação política, o conhecimento, as hierarquizações são construídas de maneira diferente em cada situação, em cada estrato social, em cada parcela da classe trabalhadora e, por fim, em cada profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOT, Andrew. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: Chicago University Press, 1988.

ANAIS DO I CONGRESSO PAULISTA DE AGRONOMIA. São Paulo, 1977.

ANAIS DO III CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Rio de Janeiro, 1963

ANAIS DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Belo Horizonte, 1965.

ANAIS DO V CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Recife, 1967.

ANAIS DO VI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Porto Alegre, 1969.

ANAIS DO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Fortaleza, 1971.

ANAIS DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Brasília, 1973.

ANAIS DO XI CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Curitiba, 1979.

BAGIHOLE, Bárbara. The UK engineering professions: women students' perspectives. *International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*. v. 5, n.1, 2005.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 1997. p. 9-38.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

BRASIL/ MTb –SEFOR. *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília: SEFOR, 1995.

BRINT, Steven. Eliot Freidson's contribution to the sociology of professions. *Work and Occupations*, v.20, n.3, 1993.

CARR-SAUNDERS, A.M.C., E WILSON, P.A. Professions. *Encyclopedia of Social Sciences*, v.12 Londres: Mcmillan, 1934.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes antropológicos*, v.9, n.19, p.283-302, Jul 2003

CASTEL, Robert. A sociedade salarial. In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

CBO. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível on-line em: www.mtecbo.gov.br

MEC. *Censo da Educação Superior*. Disponível on-line em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/>

DAUNE–RICHARD, Anne–Marie. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, Margaret, HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003. p. 65-76.

DI LUZIO, Gaia. A sociological concept of client trust. *Current Sociology*, Londres: Sage, v.54 (4), p. 549-584, Julho 2006.

DINGWALL, Robert. Accomplishing profession. *The Sociological Review*, v.24, n.2, 1976.

DOWNEY, Gary et. al. The invisible engineer: how engineering ceased to be a problem in science and technology studies. *Knowledge and society*, v.8, 1989.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. 2 vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

EVAN, William. Engineering. *Encyclopedia of Social Sciences*, v.5, 1968.

EVETTS, Julia. The sociological analysis of professionalism: occupational change in the modern world. *International Sociology*. Londres, Thousand Oaks CA e Nova Delhi, v.18, n.2, p.395-415, jun., 2003.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIDSON, Eliot. *Para uma análise comparada das profissões*. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1995.

FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOODE, William J. Community within a community: the profession. *American Sociological Review*, v. 25, n.6, 1957.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis:

Vozes, 1995.

HAUG, Marie et. al. *Work and technology*. Londres: Sage, 1977.

HUGHES, Everett C. *Men and their work*. Glencoe: The Free Press, 1958.

JAGACINSKI, Carolyn. Engineering careers: women in a male-dominated field. *Psychology of Women Quarterly*. v 11, 1987, p. 97-100.

JOHNSON, Terence. *Professions and power*. Londres: Macmillan: 1972.

JORGENSON, Jane. Engineering selves: negotiating gender and identity in technical work. *Managerial Communication Quarterly*. v. 15, n. 3, 2002, p. 350-380.

KAWAMURA, Lili. *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1981.

KLEGON, Douglas. The sociology of professions: an emerging perspective. *Work and Occupations*, Brentwood-Tennessee, v.5, n.3, p.259-282, Ago., 1978.

KRAUSE, Eliot. Les guildes, l'État et le progression du capitalisme: les professions savants de 1930 à nos jours. *Sociologie et Sociétés*, v. 20, n.2, 1988.

LAHIRE, Bernard. *Homem Plural*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LARSON, Magali Sarfatti. *The rise of professionalism*. A sociological analysis. Berkley: University of California Press, 1977.

LIPSET, S. Algunos requisitos sociales de la democracia: desarrollo económico y legitimidad política. In: ALMOND, G et al. *Diez textos básicos de ciência política*. Barcelona: Ariel, 1992.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. *O "ethos" dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Agronomia, agrónomos y Estado en Brasil: organizaciones y disputas (1930-1961). *Mundo Agrario*, La Plata, v. 5, n.9, 2004.

MOORE, Wilbert. *The professions: roles and rules*. Nova Iorque: Sage, 1970.

MELUCCI, Alberto. Busca de qualidade, ação social e cultura – Por uma sociologia reflexiva. Métodos qualitativos e pesquisa reflexiva. In: _____. *Por uma sociologia reflexiva*. Pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 25-42; 315-338.

MERTON, Robert King. *Social Research and the practicing professions*. Nova Iorque: University Press of America, 1982.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIROA, Silvia F. de M.. Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 29, 2007 .

PARSONS, Talcott. *The professions and social structure*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, v.17, n.4, p.457-467, Maio 1939.

PERUCCI, Robert. Engineering: professional servant of power. In. FREIDSON, Eliot (org.) *The professions and their prospects*. Londres: Sage, 1971.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, 2002 .

RANSON, Gillian. No longer “one of the boys”: negotiations with motherhood, as prospect of reality, among women in engineering. *Canadian Review of Sociology & Anthropology*. Montréal: Canadian Sociology and Anthropology Association, v.42, 2005.p. 145-166.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*. Celta: Oeiras, 1999.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Sociologia das profissões*. Celta: Oeiras 2002.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SCIULLI, David. Continental Sociology of professions today: conceptual contributions. *Current Sociology*. Londres, Thousand Oaks CA e Nova Delhi: v.56, n.6, p.915-942, Nov., 2005.

SHIROMA, Eneida Oto e CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: Um balanço das pesquisas em educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, Dez 1997, vol.18, no.61, p.13-35

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

WILENSKY, Harold. *The professionalization of everyone?* *American Journal of Sociology*, n.70, 1964.

WRIGHT-MILLS, C. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976